

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

**A biografia como forma de escrita historiográfica: D. João VI no Brasil, de Oliveira
Lima**

Renan Pereira Fontes

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Rodrigo Turin (PPGH / UNIRIO)

Rio de Janeiro

2015

**A biografia como forma de escrita historiográfica: D. João VI no Brasil, de Oliveira
Lima**

Renan Pereira Fontes

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Turin (PPGH / UNIRIO) - Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Prof. Dr. Pedro Caldas (PPGH / UNIRIO)

Suplente:

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Sousa (UERJ)

Rio de Janeiro

2015

À minha mãe, Maria.

Ao meu pai, Antonio.

Agradecimentos

Aos meus pais, Antonio Carlos Mesquitella Fontes e Maria dos Anjos Pereira Fontes, pelo apoio, exemplo, amor e carinho durante toda a minha formação com historiador, como por toda a minha vida.

Ao professor Pedro Caldas pela decisiva participação na minha vida acadêmica, sendo meu professor em disciplinas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tanto na graduação quanto no mestrado, por participar da minha banca de avaliação de monografia, por acompanhar a evolução deste trabalho desde o exame de qualificação e por aceitar participar da banca de avaliação de defesa da minha dissertação de mestrado. Suas sugestões foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Rodrigo Turin pela orientação precisa e presente durante todo o período do mestrado, pela disposição em me ajudar sempre que precisei, pelas críticas e conselhos acadêmicos. A exigência por um trabalho de qualidade resultou em um grande amadurecimento da pesquisa.

À professora Maria da Glória de Oliveira por participar do exame de qualificação e por aceitar a participação na banda de avaliação de defesa da minha dissertação de mestrado. Suas sugestões na qualificação deram um rumo bastante produtivo para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da UNIRIO pelas amplas contribuições teóricas e pela minha formação acadêmica.

Agradeço por último a todos os meus amigos pela amizade, auxílio e cumplicidade ao longo deste período.

“O agir humano tampouco pode ser tão esperto que ache que já esteja voltando do lugar para onde vai, quando ainda se encontra no caminho de ida. Só a consciência histórica, mediante seu recurso rememorativo às experiências do tempo passado, fornece ao presente uma orientação do tempo que, no movimento mesmo do agir, não é percebida.”

Jörn Rüsen

Resumo

A obra de Oliveira Lima *D. João VI no Brasil* conta os fatos que envolveram o momento no qual a Família Real Portuguesa se transferiu para o Brasil em 1808. A partir daí, Oliveira Lima empreende uma escrita que tem como eixo central as ações de D. João VI em solo brasileiro como príncipe-regente e, posteriormente, rei de Portugal. A biografia escrita por Oliveira Lima em 1908 está inserida em um momento de comemorações aos 100 anos da chegada da família real ao Brasil. O objetivo da dissertação está situado em analisar a biografia de Oliveira Lima levando em consideração os estudos sobre o gênero biográfico, especialmente a ideia de que a escrita biográfica é um gênero *híbrido*. A partir de estudos mais aprofundados sobre a obra, objetiva-se com este trabalho contar a história do concurso aberto pelo IHGB que envolveu a publicação do livro, analisar a figura de D. João VI retratada pelo autor, identificar e analisar as biografias produzidas pela instituição entre os anos de 1889 e 1908 e, por fim, entender a biografia como uma reescrita da história arquitetada por um sujeito desiludido.

Palavras-chave: D. João VI; Oliveira Lima; biografia.

Abstract

The work of Oliveira Lima *D. João VI no Brasil* discusses the events that involved the time when the portuguese royal family moved to Brazil in 1808. Then, Oliveira Lima launches a literature focusing on the actions of D. João VI in Brazil as prince regent and later as king of Portugal. That biography written in 1908 by Oliveira Lima is part of a time do celebrate the 100th anniversary of the arrival of the royal family to Brazil. The main purpose of this work is to analyze Oliveira Lima's biography and especially his studies about biography, particularly the idea that the biographical writing is a *hybrid* genre. From there, is also a purpose to discuss the story of a contest opened by the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) resulting in the publication of the book, to analyze the feature of D. João VI considered by the author, to identify and to analyze the biographies produced by the institute between 1889 and 1908 and finally seek to understand the biography genre as a rewriting of history devised by a disillusioned man.

Keywords: D. João VI; Oliveira Lima; biography.

Sumário

1.Introdução	1
2. A história do concurso que originou o livro de Oliveira Lima – D. João VI no Brasil de 1908	5
2.1 A entrada de Oliveira Lima no IHGB	5
2.2 A ideia do concurso em 1903	8
2.3 A polêmica do prêmio: dois projetos em disputa	11
2.4 O regulamento do concurso	16
2.5 A análise de D. João VI no Brasil	21
3. A análise da escrita biográfica no IHGB entre 1889 – 1908 e os diversos usos do passado	
3.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	36
3.2 A escrita biográfica no IHGB	38
3.3 Os estudos sobre o gênero biográfico	41
3.4 O perfil dos biografados no IHGB entre 1889 e 1908	45
3.4.1 Homens das armas	48
3.4.2 Homens das letras	52
3.5 A tríade <i>Monarquia – República – Nação</i> na escrita biográfica do IHGB	55
3.5.1 Distanciamento na relação IHGB – República: a monarquia tratada como passado e a nova ordenação temporal	56
3.5.2 Aproximações na relação IHGB – República: um novo horizonte temporal	60
4. A reescrita da história: a modernidade monárquica na escrita de Oliveira Lima	65
4.1 Oliveira Lima: primeiramente um desiludido e, posteriormente, um monarquista	68
4.2 A análise do livro <i>D. João VI no Brasil</i> como obra de reescrita da história	75
4.2.1 As “novas ideias”	77
4.2.2 A antítese “Atraso da colônia – Progresso da Corte”	82
4.2.3 A antítese “Civilizado – Primitivo”	84

4.2.4 D. João VI e a monarquia no Brasil: equilíbrio entre tradição e modernidade	88
5. Considerações Finais	94
6. Anexos	98
6.1 Breve histórico sobre a carreira de Oliveira Lima	98
6.2 Tabela das 34 biografias pesquisadas na Revista do IHGB entre os anos de 1889 e 1908	100
7. Referências	106
7.1 Fontes: documentos do Arquivo do IHGB	106
7.2 Referências bibliográficas	110

1. Introdução

A pesquisa que deu origem a esta dissertação teve início no ano de 2013 a partir da minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História, na UNIRIO. O interesse de trabalhar com o livro de Oliveira Lima *D. João VI no Brasil* surgiu a partir do trabalho monográfico finalizado no ano de 2012 intitulado *A nacionalidade brasileira em formação: Oliveira Lima e a constituição genética de sentido de Jörn Rüsen*. Com o aprofundamento da pesquisa sobre o autor, a biografia histórica sobre o monarca português se tornou o foco de maior interesse. A partir de então o meu objetivo estava centrado em analisar a obra *D. João VI no Brasil* levando em consideração a concepção de história do autor e o aprofundamento da reflexão sobre a escrita biográfica.

Por meio dos estudos iniciais descobri que a obra era fruto de um concurso aberto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início da década de 1900 no qual Oliveira Lima teria sido o vencedor com a melhor *monografia* sobre a época de D. João VI. Tendo como parâmetro esta ideia, considerei que era preciso investigar as biografias produzidas pelo Instituto para entender melhor qual o contexto de produção no qual a obra de Oliveira Lima se inseria e dialogava.

Algumas questões foram surgindo aos poucos: seria mesmo a narrativa histórica de Oliveira Lima uma biografia? Seria possível comparar as biografias existentes na sessão das biografias do IHGB com a obra do autor? Havia características em comum entre todas as biografias produzidas pelos sócios da instituição? Para definir melhor o andamento da pesquisa decidi que era preciso fazer um corte temporal mais enxuto, pois não seria possível analisar todas as biografias já produzidas pelo IHGB entre a década de 1840, momento inicial do Instituto, e o ano em que foi publicada a obra, 1908. Percebi então que o corte temporal ficaria restrito entre os anos de 1889 e 1908 porque teria como data inicial a mudança de regime político no Brasil, de monarquia para república, e o ano de publicação da obra.

A pesquisa caminhou para a investigação de todas as biografias produzidas pela instituição entre esses 19 anos o que demandou um grande esforço e uma procura incessante nos arquivos do IHGB. Ao final da investigação foram achadas 34 biografias, mas não seria possível analisar esse conjunto biográfico devido a falta de

tempo hábil para tal tarefa. Com isso 10 biografias foram escolhidas para a análise buscando notar os diversos usos do passado feito pelos sócios-biógrafos, a transformação da escrita biográfica nos 19 anos, o perfil dos biografados e dos biógrafos, as características comuns entre as biografias, entre outros fins. O objetivo principal estaria centrado em comparar as biografias produzidas pelos sócios do IHGB nesses 19 anos com a obra de Oliveira Lima de 1908, tentando perceber diferenças e semelhanças.

Essa pesquisa inicial com foco na escrita biográfica produzida pelo Instituto originou o texto produzido para a qualificação apresentada no ano de 2014. Com os debates e as críticas recebidas na qualificação, a pesquisa caminhou para objetivos mais claros: o que envolveu o concurso ganho por Oliveira Lima? Quem propôs o concurso? Quais eram os outros concorrentes? Como foi a entrada do autor no IHGB? A partir desses questionamentos, iniciei os estudos no arquivo do IHGB visando contar a história do concurso que originou a obra de Oliveira Lima. Além disso, a qualificação motivou outros questionamentos: qual era o interesse de Oliveira Lima em produzir uma obra sobre o momento histórico da Família Real no Brasil? O que levou o autor a construir uma obra de mais de 1000 páginas¹? Por que Oliveira Lima enalteceu a monarquia em detrimento a república? Havia um sentimento de desilusão no autor?

Os primeiros questionamentos supracitados originaram o capítulo inicial da dissertação intitulado: *A história do concurso que originou o livro de Oliveira Lima – D. João VI no Brasil de 1908*. Pesquisando nos arquivos do IHGB, levantei todas as fontes disponíveis que pudessem recontar a história do concurso ganho por Oliveira Lima. A partir do ano de 1889, iniciei a busca na Revista do IHGB tendo como foco as atas das sessões que podem ser encontradas ao final de cada publicação. Muitos documentos foram selecionados, especialmente aqueles que referenciavam Oliveira Lima e a proposta do concurso. Com o aprofundamento da pesquisa e a escrita do capítulo será percebido que houve uma longa discussão entre os sócios do IHGB para se chegar a um consenso sobre o prêmio dado ao vencedor, as comissões de avaliação, a aceitação do concurso, os parâmetros estabelecidos no regulamento do concurso, entre outros. Também será analisada a entrada de Oliveira Lima no IHGB, em 1895.

¹ Em seu formato original, a obra possui mais de 1000 páginas. Na versão que passou por análise nessa dissertação, a obra tem aproximadamente 700 páginas.

O capítulo também estará centrado em analisar *D. João VI no Brasil* como uma obra construída por Oliveira Lima, porém que dialogava com dois autores: Francisco Adolfo de Varnhagen e Oliveira Martins. Enquanto Oliveira Lima questionava as ideias de Oliveira Martins estava se apoiando nos princípios estabelecidos por Varnhagen. Este capítulo também analisará a narrativa do historiador-diplomata tendo como foco a figura de D. João VI construída por Oliveira Lima: as características exaltadas pelo autor, a importância do monarca português naquele momento, a ligação estreita entre o monarca e seu governo, entre outras. A obra será analisada então sob um ponto de vista mais específico, a partir das características atribuídas por Oliveira Lima.

O segundo capítulo é originário do texto apresentado na qualificação que objetivava analisar as biografias produzidas pelo Instituto entre os anos de 1889 e 1908. Intitulado *A análise da escrita biográfica no IHGB entre 1889 – 1908 e os diversos usos do passado*, este capítulo estará mais centrado na análise do gênero biográfico. As 10 biografias utilizadas no texto da qualificação foram reduzidas para oito buscando uma análise mais aprofundada. Então, as oito biografias passarão por análise objetivando traçar um perfil dos biografados e as características das narrativas biográficas produzidas pelos sócios. Para um aprofundamento sobre o estudo da escrita biográfica serão utilizados autores como Sabina Loriga, François Dosse, Pierre Bourdieu, que desenvolveram amplas pesquisas sobre o gênero aqui tratado. O gênero biográfico será problematizado tanto a partir de uma perspectiva história quanto com relação ao contato com outros gêneros.

No segundo capítulo também será exposto os momentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1889 e 1908. A instituição passou por graves problemas financeiros que quase decretaram o seu fechamento, contudo a situação muda ao longo da década de 1890. A relação com o governo republicano será a marca desta parte do capítulo, quando o Instituto se esforçava para continuar com suas atividades.

Já o terceiro capítulo da dissertação estará focado em ser uma escrita mais teórica, a partir de uma ideia de desilusão presente em Oliveira Lima. Esse capítulo, intitulado *A reescrita da história: a modernidade monárquica na escrita de Oliveira Lima* tem como objetivo a análise da narrativa histórica do autor a partir de uma perspectiva de reescrita da história. Para isso um autor aparece como fundamental: Jörn Rüsen. O autor será essencial pelo conceito de *matriz disciplinar* que ajudará a pensar a

obra como uma reescrita da história, como também para pensar Oliveira Lima como um desiludido. Os *fatores da matriz disciplinar* ajudarão a construir um Oliveira Lima bastante desiludido com a república no Brasil o que acarretará em uma mudança de pensamento político. Nesse capítulo também será apresentado os motivos que levaram o historiador-diplomata a se desiludir com o governo republicano e, posteriormente, a se aproximar dos ideais monarquistas.

Com isso *D. João VI no Brasil* será analisado a partir de uma reescrita da história, uma vez que Oliveira Lima estava recontando o período da Família Real Portuguesa no Brasil. As “novas ideias” presentes no cenário intelectual da época serão analisadas, pois Oliveira Lima entrou em contato com esse arcabouço teórico. Ideias como *progresso, civilização e primitivo* serão analisadas e problematizadas dentro da escrita biográfica do historiador-diplomata, já que buscou ressignificar a monarquia enquanto possibilidade de ser moderno no Brasil. A ideia de república como *futuro* e monarquia como *passado* é rechaçada por Oliveira Lima. D. João VI será novamente analisado na obra, contudo a partir de uma construção ideal de governo imaginada por Oliveira Lima. Na verdade será apresentado um quadro no qual o autor idealizou a melhor e a pior forma de governo, e D. João VI se sustenta como um personagem que unia diversos conceitos políticos.

2. A história do concurso que originou o livro de Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil de 1908*²

“É preciso voltar ao passado e dele tirar a luz para a compreensão do presente. Entre o ver e o saber deve, então, existir uma etapa de mediação que nada mais é que o método crítico de uma história que encontra sua cientificidade na prática erudita.”

Rodrigo Turin, 2013

O primeiro capítulo da dissertação tem como objetivo percorrer a história do concurso aberto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que deu origem a narrativa histórica de Oliveira Lima sobre o período da família real portuguesa no Brasil. Além de reconstituir todos os fatos que envolveram a elaboração do concurso, a criação do regulamento e a publicação da obra, iniciarei esta trajetória contando o início da trajetória de Oliveira Lima no IHGB.

Este capítulo também estará dedicado a analisar a obra tendo como referencial a construção biográfica que Oliveira Lima fez de D. João VI. O autor propõe uma narrativa que tem como base a história da nação brasileira a partir de um ponto de vista monarquista, por isso o *D. João VI* de Oliveira Lima é visto como um grande homem.

2.1 A entrada de Oliveira Lima no IHGB

A participação de Manoel de Oliveira Lima no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se inicia no ano de 1895, na 6ª Sessão Ordinária do dia 2 de junho, quando foi feito um parecer sobre o seu livro *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, do mesmo ano. Neste parecer concernente aos relatores Dr. Alfredo Nascimento e Barão Homem de Mello, fica claro que a obra impressionou os sócios do Instituto: “[...] findamos o exame das suas 322 páginas agradavelmente impressionados [...] sob as vistas de um trabalho de mérito real e de incontestável valor.”³ Entre os elogios

² Todas as informações a seguir foram retiradas das Atas das Sessões da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre os anos de 1895 e 1909, tendo sido vasculhados todas as atas existentes entre os 14 anos ditos anteriormente. Qualquer referência ao concurso ganho por Oliveira Lima está presente neste texto.

³ Ata das sessões de 1895 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1895, volume 2, pág. 324.

encontrados no parecer, destacam-se a “fluente, correta e ornamentada”⁴ escrita, além de “sincera e desapaixonada”⁵, dando uma conotação científica, racional e distante das paixões. Esta obra se torna o cartão de embarque de Oliveira Lima dentro do corpo dos sócios do IHGB. Ao final do parecer, a Comissão se manifesta em favor do intelectual, “admitido a fazer parte da corporação deste Instituto”⁶, enviando-o à Comissão de Admissão de Sócios.

No mesmo ano, na 9ª Sessão Ordinária do dia 14 de julho, os pareceres de Oliveira Lima e de mais dois autores, Dr. Aristides Augusto Milton e Francisco Batista Marques Pinheiro, foram aprovados pela Comissão de Admissão de Sócios. Nesta sessão, a comissão disserta que Oliveira Lima “seja proclamado sócio correspondente do Instituto, o ilustrado autor daquele interessante livro.”⁷ Tendo isso em vista a entrada de Oliveira Lima nos quadros do IHGB passou, primeiramente, pela Comissão de História que analisou a sua obra autoral, depois a Comissão de Admissão de Sócios aprovou a análise da comissão anterior, e finalmente, o intelectual precisou de uma terceira aprovação, agora entre todos os sócios presentes à sessão. Na sessão seguinte, Oliveira Lima junto a Francisco Batista Marques Pinheiro e Aristides Augusto Milton, são aprovados unanimemente pelos sócios presentes. Oliveira Lima entra no IHGB como sócio correspondente.

Na 11ª Sessão Ordinária, em 25 de agosto do mesmo ano, o presidente do Instituto, Olegário Herculano de Aquino e Castro, convidou os recém sócios a proferirem os seus discursos na sala de sessões. Oliveira Lima começa o discurso agradecendo por ter sido aceito enfatizando a importância do seu livro *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* que garantiu a entrada no Instituto. Na fala sobre o livro, o intelectual destaca a sua origem pernambucana, da qual tem muito orgulho, especialmente pela “história cheia de lances dramáticos, de ilusões generosas, de lutas épicas pela liberdade como nenhuma outra do Brasil.[...]”⁸ que caracterizava a província de Pernambuco.

⁴Idem.

⁵Idem.

⁶Idem.

⁷Idem, pág. 359.

⁸Idem, pág. 367.

A entrada de Oliveira Lima no IHGB é interessante por indicar uma boa receptividade e unanimidade em sua aceitação, isto é, já há certa harmonia entre o jovem letrado e os demais sócios. Em seguida, analisarei sobre tudo o que envolveu o concurso aberto em 1903 dedicado a premiar a melhor *monografia* responsável por narrar os 13 anos de estadia de D. João VI e da família real portuguesa no Brasil. É essencial deixar claro que o concurso aberto pelo Instituto está situado em um momento histórico de comemorações no Brasil de 1900 a 1922. O ano de publicação do livro (1908) marcou o I Centenário da Abertura dos Portos.

Vale ressaltar que a ideia de Oliveira Lima em escrever um livro sobre a monarquia do Brasil não se iniciou com o concurso aberto pelo IHGB. Já em 1900, na época em que morava em Londres, ele iniciou os estudos com o artigo *O Reconhecimento do Império* que “pouco a pouco se solidificava com a documentação encontrada e com a discussão entre pares.”⁹ Teresa Malatian no seu livro *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade* (2001) afirma que o intelectual já se comunicava com outros, como José Veríssimo e Machado de Assis, sobre o interesse em escrever uma história diplomática que tratasse do período monárquico do Brasil.¹⁰

Os estudos do intelectual prosseguiram com tamanho sucesso, devido, principalmente, “a base documental recolhida ao longo dos anos”¹¹, e também as interlocuções que Oliveira Lima fazia com “Machado de Assis, de quem recebeu crítica favorável sobre o plano da obra em 1906, já bastante adiantada e destinada a participar de um concurso promovido pelo IHGB.”¹² Pode-se ver, portanto, que Oliveira Lima já vinha conseguindo reunir inúmeras documentações, principalmente estrangeiras, que traziam um novo ponto de vista sobre a história do Brasil, e também angariou contatos com autores reconhecidos como Machado de Assis servindo para legitimar a pesquisa iniciada pelo intelectual e a futura obra.

⁹Cf. MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade* / Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : FAPESP, 2001, pág. 203.

¹⁰ Nas páginas 203, 204 e 205 do livro de Malatian se encontra às referências que a autora faz para os dois autores. É possível ver partes de cartas que Oliveira Lima trocava com ambos.

¹¹Cf. MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade* / Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : FAPESP, 2001, pág. 204-205.

¹²Idem.

2.2 A ideia do concurso em 1903

A 18ª Sessão Ordinária, em 6 de novembro de 1903, teve como uma de suas *ofertas*¹³ a abertura de um concurso que contaria os anos de estadia da família real portuguesa no Brasil. Vale ressaltar que a figura de D. João VI era vista de maneira positiva por muitos sócios do Instituto, principalmente por ser considerado “fundador da nacionalidade brasileira”.¹⁴ A análise sobre a figura de D. João VI será realizada posteriormente, tendo como base o livro de Oliveira Lima. Ressalto aqui apenas que a ideia de abrir um concurso contando a história da família real e D. João VI no Brasil partiu do Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), na época 2º Vice-Presidente do IHGB.

A abertura do concurso pelo Visconde se situa em um momento de grandes comemorações cívicas entre o final do século XIX e início do século XX. Dentre essas datas comemorativas se situam: o IV Centenário do Descobrimento do Brasil (1900), o I Centenário da Abertura dos Portos (1908) e o I Centenário da Independência do Brasil (1922). Nessa época, o Brasil participava “dessa onda de novas festividades organizadas em torno do civismo e que traduzia o triunfo dos Estados-nações [...]”¹⁵, ou seja, o país desejava estar ao lado das grandes nações europeias e cada vez mais próximo do mundo *civilizado*. As três datas representam momentos fulcrais da história brasileira.

No ano de 1900, muitas cidades brasileiras passaram por comemorações que obtiveram grande sucesso nas quais “dezenas de milhares de pessoas compareceram à inauguração de monumentos, bem como às diversas festividades, e as fachadas das casas e as vitrinas do comércio foram especialmente enfeitadas para a ocasião.”¹⁶ O país estava em polvorosa pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Estas comemorações foram utilizadas pelo governo federal para fomentar certo patriotismo nos brasileiros, já que a república ainda tentava se consolidar tanto administrativamente quanto ideologicamente.

¹³“Ofertas” é o termo usado pelos sócios do Instituto para designar aquilo que está sendo proposto na Revista, como um concurso.

¹⁴Atas das sessões de 1903 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1903, volume 2, pág. 275.

¹⁵ Cf. ENDERS, Armelle. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros / Armelle Enders. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pág. 290.

¹⁶Idem, pág. 295.

Dado o sucesso das comemorações de 1900, o governo federal e o IHGB decidiram apostar na celebração da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1908. Esta data se tornou importante para a história do Brasil também pela Abertura dos Portos concretizada pelo então príncipe-regente D. João em 1808, quando houve “o fim das restrições coloniais ao comércio brasileiro.”¹⁷ A partir daí, o Brasil pôde realizar o comércio livre do controle de Portugal podendo ser considerado um dos primeiros passos rumo à independência em 1822.

Voltando a explanação sobre a ideia do Visconde de Ouro Preto, a proposta está pautada em 10 tópicos que explicam a importância de D. João VI para o Brasil, a concessão do prêmio ao vencedor do concurso, assim como as datas de encerramento e premiação. No 1º tópico, o Visconde ressalta que a saída de D. João de Portugal para o Brasil “necessariamente determinaria mais tarde ou mais cedo a emancipação econômica e política da possessão”¹⁸: na visão do 2º Vice-Presidente, este fato histórico determinou toda a história brasileira subsequente, como se a vinda do monarca para o Brasil ocasionasse, de uma forma ou de outra, a independência do Brasil.¹⁹ Ou seja, a ideia de observar a vinda da família real como essencial para a futura independência implica, na proposta, uma determinada narrativa da história brasileira que condiciona o que aconteceu posteriormente. É vista aqui uma forma de história evolutiva e determinista. A fundação da nacionalidade brasileira por D. João VI impossibilitaria a continuação na situação de colônia.

Entre os elogios feitos a D. João VI, o Visconde reitera que a unificação de várias províncias em torno de um governo central foi fundamental para o futuro sentimento nacional: “Unificou o país, já lhe dando uma autoridade central de todos obedecida, já facilitando comunicações entre a sede do governo, as províncias do interior que antes disso para assim dizer, viviam completamente separados.”²⁰ Já na proposta do concurso elaborada pelo Visconde de Ouro Preto pode-se perceber que o

¹⁷Idem, pág. 299.

¹⁸Atas das sessões de 1903 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1903, volume 2, pág. 276.

¹⁹Essa tese de que a mudança da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 teve como consequência direta a independência do Brasil é de Varnhagen. Então adianto que muitas ideias deste concurso estarão baseadas no pensamento do historiador, considerado aquele que conseguiu relacionar às ideias monárquicas a história do Brasil. Para ter mais informações: “WEHLING, Arno. Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.”

²⁰Atas das sessões de 1903 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1903, volume 2, pág. 276.

futuro livro terá dois parâmetros muito bem estabelecidos: a visão positiva da tradição monárquica e a centralização política. O 2º Vice-Presidente deixa as orientações que devem ser seguidas por todos os concorrentes para a escrita sobre o período do monarca na América.

Ao final da proposta, o 2º Vice-Presidente avisa que o vencedor da melhor *monografia* sobre a estadia de D. João VI no Brasil terá como prêmio um valor não estipulado em moeda nacional. No dia 7 de setembro de 1907, o concurso seria encerrado para autores tanto nacionais, quanto estrangeiros, e no dia 28 de janeiro de 1908 haveria uma solenidade para premiar o vencedor, justamente no dia que marca o I Centenário da Abertura dos Portos. Logo a proposta do Visconde é aprovada e enviada a Comissão de Estatutos e Redação visando o início dos preparativos para o certame.²¹

Um mês depois, na Sessão Ordinária do dia 4 de dezembro de 1903, dentre as *ofertas* anunciadas na ata, está o parecer da Comissão de Estatutos e Redação. Como já dito, a proposta foi criada pelo Visconde de Ouro Preto, mas também assinada pelo 1º e 2º Secretários, Henrique Raffard e Max Fleiuss, respectivamente. O parecer da comissão apresenta inicialmente a proposta do Visconde a qual daria como vencedor o autor da *monografia* sobre os 13 anos de governo do monarca. Sobre o prêmio em dinheiro, a comissão julga que “se ouça o Sr. Tesoureiro do Instituto, que com mais acerto poderia informar sobre os precedentes adotados para as despesas extraordinárias.”²² O prêmio em dinheiro significa *despesas extraordinárias* para as finanças do Instituto, pois remete a um tipo de despesa que não estava programada a acontecer. Por fim, o parecer se põe a favor do concurso ressaltando a criação de uma comissão especial, provavelmente a Comissão de Avaliação dos trabalhos.

É necessário observar que o Instituto, após uma década do fim da monarquia, ainda não se encontrava com as finanças em boa saúde, visto isso pela fala da Comissão.²³ Com o fim do reinado de D. Pedro II, o IHGB passou pela pior crise de sua

²¹A Comissão é composta por: Comendador Henrique Raffard, Dr. Afonso Celso e Barão Homem de Mello.

²²Atas das sessões de 1903 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1903, volume 2, pág. 301.

²³ Mais informações sobre a situação financeira do IHGB na década de 1890, ver a tese de Francisco Gouvea de Sousa intitulada: “Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900) / Francisco Gouveia de Sousa; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.”

história quase decretando o fechamento da instituição.²⁴ Somente com a eleição de Prudente de Moraes o Instituto voltou a receber recursos do governo. No próximo subcapítulo será analisada a *polêmica do prêmio* do concurso envolvendo dois sócios do Instituto, uma vez que ela permitirá entender melhor as disputas acerca da forma de produção historiográfica no IHGB naquele momento. Enquanto Max Fleiuss defendia o prêmio em dinheiro e o capital financeiro, Barão Homem de Mello era um defensor da medalha de ouro e do *capital simbólico*.

2.3 A polêmica do prêmio: dois projetos em disputa

Na Sessão Extraordinária de 7 de janeiro de 1904, os sócios presentes discutiam sobre o prêmio em dinheiro dado ao vencedor do concurso, e logo fica clara uma cisão entre Barão Homem de Mello – membro da Comissão de Estatutos e Redação – e Max Fleiuss – 2º Secretário do Instituto. Respondendo ao presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro, o Tesoureiro do Instituto – Francisco Batista Marques Pinheiro – dá o seu parecer sobre o prêmio em dinheiro: “Respondo a Vossa Excelência que, em minha opinião, atendendo que o Instituto terá ainda outras despesas a fazer, como a impressão do trabalho, o prêmio deve ser de 5:000 \$, submetendo este parecer a Mesa do Instituto.”²⁵ Marques Pinheiro aprova o prêmio em dinheiro e fixa um valor em moeda nacional, considerando as despesas extras que terá com a impressão do trabalho.

Assim que Max Fleiuss lê o parecer, o Barão Homem de Mello pede a palavra se dizendo totalmente contrário ao prêmio em dinheiro propondo que o Instituto mantenha “inalteráveis as suas tradições”²⁶, prosseguindo com a “outorga de medalhas”²⁷ para o vencedor do tal concurso. Fleiuss rebate afirmando que o prêmio em dinheiro será essencial para que existam bons trabalhos, pois “despender tempo, prejudicar interesses, para no fim conseguir uma medalha, é o que não se conseguirá na época atual em que a remuneração do trabalho intelectual se tornou uma nobre exigência da vida social.”²⁸ Além disso, o Secretário lembra o Estatuto da Instituição que prevê o “pagamento de

²⁴A crise pela qual o IHGB passou nos anos iniciais da República será tratada no segundo capítulo.

²⁵Atas das sessões de 1904 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1904, volume 2, pág. 398.

²⁶Idem.

²⁷Idem.

²⁸Idem, pág. 399.

prêmios aos que mais se distinguem no desempenho dos programas distribuídos pelo Instituto.”²⁹ O 2º Secretário é a favor do prêmio em dinheiro considerando a renumeração do trabalho intelectual, especificamente, uma demanda da sociedade de seu tempo.

Existe nesse momento a discussão entre dois modos de reconhecimento: um profissional, que diz respeito ao momento de formação do campo letrado remunerado e defendido por Fleiuss, e o outro que está centrado nas *tradições*, que faz valer o capital estritamente cultural³⁰ do IHGB, defendido por Homem de Mello. A honra, o passado valoroso da instituição e a permanência das *tradições* constituem o *capital cultural* da instituição, e é justamente esta concepção que o sócio não pretende romper.

Já Max Fleiuss coloca como primordial o dinheiro, frente ao simbolismo da medalha de ouro como prêmio. Enquanto os dois sócios discutem na sessão, outros acabam se posicionando. Poucos sócios concordam com os argumentos de Homem de Mello, enquanto a maior parte apoia Fleiuss. Isso é bastante interessante, pois demonstra que os sócios estão refletindo sobre os novos tempos da instituição sem a proteção do imperador. O IHGB necessita se adequar às novas demandas de seu tempo: certa profissionalização e autonomização do trabalho intelectual.

Henrique Raffard lembra que o prêmio em dinheiro não é uma inovação, já que está presente no Estatuto, mas garante que se o Instituto quiser que se faça um trabalho minucioso sobre o governo de D. João VI, a premiação monetária serve de motivação entre os concorrentes. O Conselheiro Salvador Pires propõe que o parecer volte à comissão para que eles possam decidir a querela sobre o prêmio.

²⁹Idem, pág. 399.

³⁰De acordo com Pierre Bourdieu, o capital simbólico: “[...] não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.” (O poder simbólico, p. 145). De acordo com Bourdieu, o capital econômico (renda, salários), o capital cultural (saberes, conhecimentos, diploma) e o capital social (relações sociais, dominação) se encontram ligados formando o capital simbólico.

No artigo intitulado *Capital simbólico e as classes sociais*, Bourdieu apresenta o capital simbólico como: “a forma sublimada de que se revestem realidade tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social, castelos ou terras, títulos de propriedade, de nobreza, de ensino superior, assim que são transfigurados pela percepção encantada, mistificada e cúmplice, que define em particular o esnobismo (ou, em outro nível, a pretensão pequeno-burguesa).” (Pág. 110) O capital simbólico se refere a um prestígio ou honra, que permite identificar os agentes no espaço social.

Neste ano de 1904, início da polêmica sobre o prêmio, Barão Homem de Mello já estava com 67 anos, enquanto Max Fleiuss possuía apenas 36 anos de idade. Essa diferença de idade não foi primordial para a discussão entre os dois, mas pesa na oposição de argumentos. O Barão Homem de Mello viveu por mais tempo a tradição do IHGB no período do governo de D. Pedro II, quando o Instituto era mais valorizado pelo Estado.³¹ Hipoteticamente, penso que o Barão Homem de Mello representa mais o passado imperial, exposto até em seu título nobiliárquico, enquanto Max Fleiuss representa algo *novo*, entretanto não rejeita as tradições. No terreno da concomitância entre as duas formas de pensamento, a discussão se deu e se estenderá por mais algumas páginas.

Pouco mais de um mês depois, no dia 19 de fevereiro, a discussão em torno do prêmio para o vencedor do concurso ainda permanece. Como dito anteriormente, a decisão de aprovar, ou não, a premiação em dinheiro, voltou para a Comissão de Estatutos e Redação. O parecer refeito pela comissão, assinado pela maioria dos membros, mantém a ideia do prêmio em dinheiro para o vencedor da melhor *monografia* sobre a estadia de D. João VI, ressaltando que não vê “razão para alterar essa proposta, já que teve a anuência da Comissão, [...] a do digno Tesoureiro e da grande maioria dos membros do Instituto.”³² Lido por Max Fleiuss, o parecer apresenta argumentos a favor do prêmio em dinheiro lembrando que outras instituições pela Europa e Estados Unidos têm a mesma prática.

Ao fim da leitura, Homem de Mello pede a palavra indicando que este parecer não passou por ele, mesmo fazendo parte da Comissão de Estatutos e Redação, exigindo a leitura imediata dos papéis apresentados. Não há como provar se Henrique Raffard e Afonso Celso ignoraram a opinião de Homem de Mello, contudo o parecer foi assinado pela maioria da comissão significando que sabiam da decisão a favor do prêmio em dinheiro.

A polêmica se estende por mais quatro meses, quando na 6ª Sessão Ordinária de 3 de junho, o Visconde de Ouro Preto – que é pai de um dos membros da comissão,

³¹Como se sabe, a instituição viveu difíceis momentos com a entrada da República só conseguindo se estabilizar financeiramente no governo de Prudente de Moraes, em 1894. Esse argumento será mais desenvolvido no segundo capítulo.

³²Atas das sessões de 1904 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1904, volume 2, pág. 403.

Afonso Celso – pediu a palavra exigindo a resolução deste impasse o quanto antes. O Visconde lembra o pedido de vista dos papéis por Homem de Mello exigindo que ocorra “até a próxima sessão ordinária em que terá, definitivamente, de entrar em discussão o parecer já assinado pela maioria dos membros da Comissão de Estatutos e Redação.”³³ Neste momento, o 2º Vice-Presidente pressiona a comissão a aprovar logo este concurso e dar fim ao impasse que já se arrastava por seis meses. Vale notar que o Barão Homem de Mello não compareceu a esta sessão, e não comparecerá em muitas outras.

Na sessão seguinte, dez dias depois, apesar da nova ausência de Homem de Mello, o seu parecer é lido para todos os sócios. No parecer, a importância do concurso é observada pelo Barão, afirmando que nunca foi contra tal concorrência, e reforçando também que todo o trabalho da Comissão em reunir documentos está sendo feito e publicado na RIHGB. O que aflige o pensamento de Homem de Mello é a “inovação proposta”³⁴ em contraposição a medalha de ouro que representa as *tradições* do Instituto, já tendo sido ganha por nomes importantes do passado.

Reitera também o uso do dinheiro público pelo Instituto, duvidando do “direito de converter em recompensa pecuniária a juízo do Instituto somas que não sejam exclusivamente da contribuição de seus sócios.”³⁵ O argumento de Homem de Mello se baseia em três pilares: a manutenção do *capital cultural* do Instituto com o prêmio em medalha dado ao vencedor do concurso, tão reconhecido no passado, o impacto negativo que este prêmio pode causar nas finanças da instituição, e o valor moral que significa não utilizar as finanças do Estado. Mais uma vez, há dados que apontam para a frágil situação financeira da instituição.

A leitura do parecer do Barão prossegue, mas agora lembrando a pequena confusão do parecer de aprovação da comissão, da qual fazia parte, e que não havia chegado à sua casa até a presente data, mesmo depois de quatro meses. Reforça sua convicção contrária ao prêmio de cinco contos de reis ao considerar que substituirá “o prêmio honorífico conforme a prática ininterrupta de 66 anos.”³⁶ Ele invoca o passado para justificar a permanência de uma prática que sempre existiu dentro do Instituto, e

³³Idem, pág. 423.

³⁴Idem, pág. 425.

³⁵Idem, pág. 426.

³⁶Idem.

que está de pleno acordo com as tradições. Homem de Mello defende que o *capital simbólico* seja valorizado frente ao capital financeiro. Rejeitando por completo o prêmio em dinheiro, Homem de Mello afirma que:

Não será com o meu voto que na realização de uma ideia patriótica, como é o concurso que pretendemos abrir, venha uma preocupação material de lucro deformar-lhe as linhas e amesquinhar-lhe as proporções.³⁷

O lucro e a prática capitalista parecem mal vistos pelo Barão, como se o dinheiro *sujasse* moralmente o ato da escrita da história do Brasil. Na opinião dele, os princípios do IHGB não correspondem a tal prêmio. A preocupação material, a busca pela remuneração e a prática capitalista não estão ao lado das *tradições* do Instituto, de acordo com Homem de Mello.

Segundo Rodrigo Turin, a motivação para a escrita da história nacional:

[...] passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação.³⁸

Tratando sobre o ofício do historiador oitocentista e, portanto, dentro do período das *tradições* concebidas pelo Barão, Turin deixa claro que quem se dispusesse a escrever a história da nação já estava em conformidade com um projeto superior ao ato da sua escrita. Ao escrever sobre a nação, o autor defendia, necessariamente, todo o passado de histórias e glórias. Acima de tudo, a escrita da história nacional é um “ato essencialmente político”³⁹, e a *sinceridade* do empreendimento poderia ser corrompida pelo elemento financeiro. Oliveira Lima, por exemplo, tinha a exata noção do que seria escrever um livro sobre D. João VI no ano de 1908 em comemoração ao I Centenário da Abertura dos Portos, ainda mais com a aproximação cada vez maior aos monarquistas.

Retomando a história do concurso, o 1º Secretário Henrique Raffard afirma o envio de todos os arquivos referentes ao parecer da Comissão para a residência de Homem de Mello, enquanto o Barão nega o recebimento de qualquer documento. Aqui

³⁷Idem.

³⁸Cf. TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. Revista História da Historiografia. Número 2, de março de 2009. pág. 14.

³⁹Idem.

fica claro um racha entre aqueles que são a favor do prêmio em dinheiro (*capital financeiro*), e aqueles que apoiam a medalha de ouro para o vencedor (*capital cultural*).

Em meio a discussões, o Sr. Souza Ferreira pensa que toda discussão deve ser encerrada e pede o adiamento da proposta. Por meio de votação o adiamento é negado. Então sete sócios votam em favor do prêmio em dinheiro, enquanto outros dois sócios votam a favor da medalha como premiação.⁴⁰ Portanto, a polêmica sobre o prêmio chega ao fim. Após cinco meses de discussões foi mantida a proposta inicial do Visconde de Ouro Preto, assinada também por Henrique Raffard e Max Fleiuss. A manutenção da proposta inicial representou a vitória de uma ala menos conservadora do Instituto, na qual Max Fleiuss se destaca. Ao final, Aquino e Castro declara a formulação de uma comissão para regulamentar o concurso em sessão próxima.

Dentro do IHGB estavam em andamento dois projetos de trabalho intelectual, historiográfico: um está vinculado ao ato patriótico, à honra e ao *capital cultural*, no qual o Barão Homem de Mello apareceu como principal representante. O outro não nega o patriotismo, nem as *tradições*, mas vincula um maior profissionalismo da prática da escrita, tendo Max Fleiuss como principal figura. Os dois projetos em disputa poderiam implicar em mudanças na instituição. O IHGB estava longe de ser uma instituição com ideias homogêneas na qual todos os sócios pensavam de forma semelhante.

Além disso, será visto posteriormente que o livro de Oliveira Lima sobre D. João VI obedece a uma série de práticas estabelecidas pelo regulamento do concurso, entretanto há espaço para colocar em práticas algumas inovações que o autor trouxe ao gênero biográfico. Daqui por diante será exposto o que concerne ao regulamento do concurso do qual Oliveira Lima saiu vencedor.

2.4 O Regulamento do concurso

A 8ª Sessão Ordinária, em 1º de julho de 1904, conta mais uma vez com a ausência do Barão Homem de Mello e só há como especular se a derrota em votação

⁴⁰Os sete sócios que votaram a favor do prêmio em dinheiro: Henrique Raffard, Max Fleiuss, Souza Ferreira, Oliveira Lima, Marques Peixoto, Leite Velho e Belisário Pernambuco. E os dois sócios que votaram a favor da medalha foram: Barão Homem de Mello e Marques de Paranaguá.

sofrida pelo Barão acarretou em suas sucessivas faltas nas sessões do Instituto. Belisário Pernambuco pede a palavra ao Presidente para que seja feita o quanto antes a nomeação da Comissão visando regulamentar o concurso sobre a estadia de D. João VI no Brasil. Como resposta, Manoel Francisco Correia – 1º Vice-Presidente e Presidente em exercício, devido a ausência de Aquino e Castro – declara que o melhor a se fazer é esperar a decisão do Presidente, já que ficou decidido que o mesmo nomearia a Comissão.

Pernambuco aceita a decisão do Presidente, só lamentando que os concorrentes ao concurso ainda não puderam iniciar seus estudos devido a falta de informações.⁴¹ Max Fleiuss decide então abrir uma votação para que os sócios possam “dar, desde já, por aprovada a nomeação que o seu sábio Presidente fizer, não carecendo, para isso esperar-se pela próxima reunião.”⁴² e a questão se resolve por unanimidade de votos a favor. Há uma ordem hierárquica dentro do Instituto que é bastante respeitada entre seus membros passando pelo Presidente, Vice-Presidentes, membros das Comissões, Tesoureiro e assim por diante. O fato dos sócios aprovarem *a priori* uma nomeação do Presidente mostra a autoridade de Aquino e Castro perante a instituição. O Presidente, assim, nomeia a Comissão de História formada pelos Visconde de Ouro Preto, Alfredo Nascimento e Bernardo Teixeira Moraes Leite Velho. Esta comissão terá a tarefa de criar o regulamento do concurso.

Intitulado “Regulamento para o Concurso aberto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a história do Governo do Príncipe Regente e Rei D. João VI no Brasil”⁴³, o documento está separado por 10 tópicos que especificam as regras do concurso que está sendo oferecido. Como possuí apenas uma página, redigirei o regulamento logo abaixo:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolve:

I – Para a concessão do prêmio de cinco contos de reis, em moeda nacional, que será conferido a melhor monografia sobre o Governo do Príncipe

⁴¹Oliveira Lima está presente nesta sessão.

⁴²Ata das sessões de 1904 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1904, volume 2, pág. 434.

⁴³O documento do regulamento está na penúltima página do Volume II, do ano de 1903, da RIHGB. Acima e à direita, tem o número 28 como indicado, mas não sei estabelecer se realmente esta é a página do regulamento.

Regente, depois Rei D. João VI, no Brasil, e o ato do reconhecimento por este soberano, da independência do Império, observar-se-há o seguinte:

II – A criação do prêmio será comunicada a todas as associações literárias e científicas, nacionais ou estrangeiras, com as quais o Instituto se corresponde, solicitando-se-lhes que ao fato deem a maior publicidade possível e que promovam a concorrência ao aludido certame.

III – Este será anunciado aos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e dois de cada Estado da União.

IV – A concorrência será encerrada no dia 7 de setembro de 1907. Até esta data, aquele que pretenderem disputar o prêmio deverão ter remetido o seu trabalho, em carta registrada, ao 1º Secretário do Instituto ou em mãos dente entregue, mediante recibo.

V – As monografias poderão ser manuscritas, impressas ou estampadas à máquina e deverão ser firmadas por um pseudônimo, revelado ao Presidente do Instituto, em carta reservada, também registrada, ou pessoalmente entregue, na qual o autor declarará seu nome, nacionalidade e residência.

VI – Encerrada a concorrência, elegerá o Instituto, em sessão convocada para o dia imediato, uma comissão de seus membros, que emitirá parecer sobre o merecimento e classificação das monografias apresentadas. Os membros da comissão serão em número ímpar, maior ou menos, conforme o dos trabalhos a examinar.

VII – Sobre o parecer, que será formulado no prazo máximo de três meses, impresso e distribuído, deliberará o Instituto em sessão convocada para 8 dias depois da distribuição e que poderá ser prorrogada para os imediatos, concedendo o prêmio e as menções honrosas que julgar merecidas.

VIII – Após a deliberação, serão abertas e lidas as cartas reservadas a que se refere a resolução 5º, afim de verificar-se a quem couberam o prêmio e as menções honrosas.

IX – A solenidade da entrega do prêmio e da declaração das menções honrosas terá lugar no dia 28 de janeiro de 1908.

X – A monografia premiada será impressa na *Revista do Instituto*. A comissão da redação decidirá sobre o destino das demais, restituindo as que forem reclamadas por seus autores.

XI – O autor que houver divulgado o seu trabalho antes da deliberação do Instituto ficará excluído da concorrência.

(Aprovado em sessão de 15 de julho de 1904. Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904. – *Max Fleiuss*, 2º Secretário.)⁴⁴

O Regulamento do concurso contém alguns dados interessantes. Inicialmente, destaco que a primeira frase do tópico I já remete ao prêmio de cinco contos de reis ao vencedor do concurso deixando clara a importância de tal valor. No 2º tópico, o documento ratifica que o concurso será divulgado em várias publicações tanto nacionais, quanto estrangeiras, dando grande publicidade à concorrência. O 4º tópico avisa que o dia *7 de setembro* será o dia de encerramento do envio das monografias, logo em uma data tão simbólica tanto para a história do Brasil, quanto para o Instituto. Esta data representa o dia da Independência do Brasil, tendo como principal personagem D. Pedro I, filho de D. João VI que é o tema do concurso, e pai do Augusto Protetor do IHGB (D. Pedro II). No 9º tópico está explícita que a solenidade ocorrerá no dia 28 de janeiro de 1908, justamente no dia em que se comemora o I Centenário de Abertura dos Portos, uma ação tomada pelo ainda Príncipe-Regente D. João em 1808.

Entre o ano da publicação do regulamento (1904) até 1906, nada foi encontrado com relação ao concurso, nem mesmo uma notícia, pois parece que o concurso deixou de ser assunto crucial para os sócios do IHGB. Só no ano de 1907, sob a presidência do Marquês de Paranaguá, na 8ª Sessão Ordinária em 20 de maio, há uma breve menção de Max Fleiuss com relação à data do encerramento do concurso e as futuras comemorações do dia 28 de janeiro de 1908: “Cabe, pois, ao Instituto a iniciativa dessa justa comemoração.”⁴⁵

Não foi achado qualquer documento que aborde outros concorrentes que disputaram o concurso, nem mesmo os manuscritos. Então toda a minha análise é pautada na falta ou inexistência destes documentos. Posso formular algumas hipóteses sobre isso: ou os documentos que tratavam sobre outros concorrentes se perderam e não foram catalogados, ou este concurso esteve destinado a favorecer Oliveira Lima, já que, provavelmente, os sócios e o círculo letrado já deviam ter conhecimento de seu trabalho sobre o tema. Talvez um dos proponentes do concurso fosse muito ligado ao intelectual,

⁴⁴Regulamento presente na penúltima página da RIHGB, do ano de 1903, do volume II.

⁴⁵Ata das sessões de 1907 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1907, volume 2, pág. 698.

mas não há provas desta afirmação. O que posso considerar é que, por coincidência, ele já havia iniciado os estudos sobre a América Portuguesa desde a década de 1890.

No ano de 1909, há na Revista do IHGB um documento intitulado *Bibliografia*⁴⁶, sem qualquer menção a data e maiores informações. Aparentemente algo sem relevância. Ao abrir percebo que se trata do parecer da Comissão de Estatutos e Redação do livro vencedor do concurso, ou seja, é o parecer final sobre o livro de Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*. Neste documento, a Comissão faz uma extensa avaliação sobre a obra em questão. Logo no início do parecer, a Comissão disserta sobre a forma de pesquisa adotada pelo autor:

Diplomata, o autor dá manifesta preferência às informações de representantes estrangeiros, às narrativas de viagens, às correspondências para fora do país, alias abundantíssimas na época, e, na sua generalidade, traduzindo impressões sinceras.⁴⁷

Por ser diplomata, tendo uma rede de contatos em vários lugares do mundo, Oliveira Lima tem maior apreço àquelas fontes que estão fora do Brasil. Não só nesta obra, mas também na *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, o intelectual se utiliza bastante das fontes para reconstruir os cenários históricos anteriores, e como estava escrevendo um livro sobre D. João VI, Oliveira Lima encontrou uma motivação ainda maior.⁴⁸ No parecer encontrado, a comissão reconheceu e valorizou o fato do autor procurar por fontes inéditas. Em outro trecho, o parecer assinala uma série de metáforas que serviram para elogiar o intelectual:

[...] o autor assemelha-se a um nadador hostil, escolhendo, com discernimento, sobre as ondas, certos e determinados produtos da flora aquática, mais ou menos belos, cujo merecimento, porém, só fica evidente pelo valor que lhes comunica a fibra que os une em conjunto.⁴⁹

⁴⁶Este documento nem aparece descrito no Sumário, no início do volume, mas está paginado. Não consta nem como algo relacionado às atas.

⁴⁷Ata das sessões de 1909 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Bibliografia. Parte: II /1909, volume 2, pág. 280.

⁴⁸Nesta época, Oliveira Lima já estava bem ao lado dos monarquistas se tornando um dos defensores da volta da Monarquia ao Brasil, como também chegou até a trocar muitas correspondências com o príncipe D. Luís de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II.

⁴⁹Ata das sessões de 1909 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Bibliografia. Parte: II /1909, volume 2, pág. 281.

Além de elogiado pela capacidade de pesquisa e análise, a Comissão avalia que o autor acertou e fez um bom trabalho ao unir tudo o que foi pesquisado em torno de um sentido comum a sua argumentação. Ao final, o parecer afirma que Oliveira Lima soube construir a obra com “imparcialidade e critério: preferindo a documentação histórica aos processos indutivos [...]”⁵⁰ A utilização de um processo científico, racional e metodológico baseado no uso de diversos documentos oficiais é o grande fator de elogio pela Comissão.⁵¹ As fontes aparecem fazendo parte deste processo científico de escrita.

Até aqui o objetivo da dissertação foi tentar traçar os caminhos que levaram a escrita do livro *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima: desde a entrada do autor no IHGB, passando pela ideia proposta pelo Visconde de Ouro Preto, chegando às discussões sobre o prêmio para o vencedor, à criação do regulamento do concurso e, finalmente, o parecer final sobre a obra em questão. A figura de D. João VI construída na narrativa biográfica de Oliveira Lima será analisada a seguir levando em consideração uma série de questões já abordadas.

2.5 A análise de *D. João VI no Brasil*

O livro de Oliveira Lima sobre a estadia da família real portuguesa no Brasil é dividido em mais de 30 capítulos abordando todos os assuntos referentes aos treze anos de governo. Diferentemente do que se pode pensar, esta biografia não é organizada de forma estritamente cronológica. O autor separa a sua obra em várias temáticas distintas partindo da contextualização do cenário europeu na década de 1810, passando pela saída de Portugal e chegada da Corte ao Brasil em 1808, a formação dos ministérios, relações internacionais entre Portugal e outras nações, e até capítulos específicos sobre D. João VI, a sua mulher Cartola Joaquina e seu filho D. Pedro.

A obra também é fruto de certo sentimento de desilusão com a república instaurada em 1889 que acometia Oliveira Lima e outros intelectuais brasileiros nas décadas de 1890 e 1900. Decepcionado com os rumos tomados pelo regime

⁵⁰Idem, pág. 294.

⁵¹ Para mais informações sobre o papel da erudição e o respeito pelas fontes no IHGB procurar o livro de Maria da Glória de Oliveira, intitulado “Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.”

republicano, o autor passa a observar o passado monárquico com bons olhos e de uma forma nostálgica. O passado e o presente parecem não estar mais em sincronia, portanto o livro sobre D. João VI tenta reconstruir este caminho.

Sobre os intelectuais desiludidos com a república, há três autores que esboçaram teses que permitem explicar o momento histórico em questão. Em 1983, Nicolau Sevcenko escreveu o livro: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Esta obra pretende traçar um panorama dos cruzamentos entre história, ciência e cultura, nos pensamentos de Euclides da Cunha e Lima Barreto, na passagem do século XIX ao XX, no Brasil. Uma das ideias presentes no livro de Sevcenko se refere à geração composta por intelectuais que se encontrava marginalizada politicamente durante o período do Segundo Reinado, chamada de *Geração de 1870*.

Sevcenko afirma que os intelectuais desta geração pediam por mudanças estruturais no governo de D. Pedro II e sua inserção no processo político vigente, que não necessariamente, levariam ao fim do regime monárquico. Criaram diversas plataformas políticas que visavam modernizar o Brasil. Porém com os militares tomando o poder em 1889, os intelectuais se sentiram desprestigiados uma vez que a república tomou “um rumo inesperado e contrário às suas expectativas”.⁵² Os intelectuais, chamados de *escritores-cidadãos* por Sevcenko, passaram a criticar e lutar contra a república, entretanto faziam isso através de suas palavras.

Ainda de acordo com o autor:

[...] uma vez assentado o regime republicano e mortas as esperanças da ‘Grande Mudança’ em que todos depositavam sua fé, a condição do grupo intelectual diante das novas pressões pareceu oscilar entre a tradição engajada da ‘geração de 70’ e a tendência à assimilação desvirilizadora da nova sociedade.⁵³

O grupo perdeu o seu caráter unificador com a instauração da república, na medida em que cada um dos intelectuais deveria se adaptar individualmente aos novos tempos. Com a distância se tornando cada vez maior entre o que eles pensavam e o que o governo republicano realizava, o sentimento de desilusão se tornou crescente. O autor

⁵²Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. pág. 92.

⁵³Idem, pág.102.

separa o grupo em dois: os *vencedores* e os *derrotados*. Os *vencedores* eram aqueles que foram “desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio social, elevados a proeminência do regime e de guias incondicionais do público urbano”⁵⁴, ou seja, de acordo com o autor, são aqueles que conseguiram se adaptar melhor ao momento republicano.

Os *derrotados*, “por um lado se postaram os que acatavam o seu opróbrio com resignação diante do mal consumado inexorável, [...]”⁵⁵, uma vez que “estavam inconformados com a nova ordem das coisas e que reagem pela combatividade permanente, buscando na pregação reformista obstinada um desagravo contra seu abandono.”⁵⁶ Havia então os intelectuais que se adaptaram ao regime republicano – *vencedores* – e os demais que não se acomodaram plenamente aos novos tempos – *derrotados*. Nicolau Sevcenko busca organizar os intelectuais em dois grandes grupos que haviam se decepcionado com os rumos que a república tomou após 1889.

Ângela Alonso, em 2002, no seu livro *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, conta a história da Geração de 1870 brasileira. Ampliando os estudos de Sevcenko, Alonso considera as ideias desta geração inscritas na luta política como meios de expressão de um movimento político que surgia na crise do império – entre as décadas de 1870 e 1880.

Ao contrário de Sevcenko, a autora está mais interessada em apontar o que confere união ao grupo. A marginalização dentro da ordem saquarema foi o que “pôs do mesmo lado membros de grupos sociais ascendentes e decadentes, cafeicultores de São Paulo, estancieiros gaúchos e mesmo a nova geração de uma das alas da elite imperial. Sua unidade era política: anti-saquaremas.”⁵⁷ A situação de marginalização contribuiu para que grupos tão distintos pudessem ter uma identidade em comum lutando pelo mesmo ideal: reformas estruturais no Império e maior participação política.

Neste primeiro momento, a intenção dos intelectuais era criticar o *status quo* vigente no Império através de atividades políticas autônomas, como jornais independentes e associações. Em um segundo momento, os grupos contestadores

⁵⁴Idem, pág. 103.

⁵⁵Idem, pág. 105.

⁵⁶Idem, pág. 105.

⁵⁷ Cf. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pág. 161.

acabaram sendo absorvidos por uma coalizão nacional pró-reformas no gabinete do liberal radical Manuel Pinto de Sousa Dantas. Contudo, o gabinete saiu derrotado nas urnas.⁵⁸ Com a derrota do gabinete e a tomada de poder pelos militares em 1889, o que se viu foi a “fragmentação política a dispersão do movimento em um processo acelerado de centrifugação. A crise aguda do cerne do *status quo* que retirara o inimigo comum, a baliza empírica que associava grupos tão diversos.”⁵⁹ O que mantinha a união dos grupos contestadores foi a marginalização que sofriam durante o período monárquico. Com a queda do Império, há uma disputa entre os diferentes grupos tentando preencher o espaço que antes estava ocupado pelos monarquistas.

Diferentemente de Sevcenko, Alonso não tem uma visão pessimista quanto ao destino dos intelectuais após 1889. O primeiro afirma que o sentimento de desilusão com as ações tomadas pelo novo governo somado a dificuldades de adaptação aos tempos republicanos resultou em um momento extremamente negativo para os intelectuais, ocasionando inclusive dificuldades financeiras a alguns. A autora discorda da hipótese de Sevcenko.

Segundo Ângela Alonso:

O novo regime abriu as portas do parlamento e da burocracia estatal à maioria dos contestadores, que fizeram carreiras gloriosas na República. O novo regime contemplou, assim, a demanda de inclusão dos grupos marginalizados. Mas o acesso permaneceu restrito.⁶⁰

A autora afirma que, posteriormente, a república absorveu muitos destes intelectuais que não participaram do processo político de 1889, isto é, os contestadores da monarquia passaram a fazer parte do governo republicano. Se em parte eles tinham conseguido o que aspiravam – a entrada no corpo político do governo, por outro lado a regra da patronagem e nomeação se repetiam na república. Ângela Alonso busca investigar com maior profundidade a Geração de 1870, caracterizando e dividindo em uma série de subgrupos.

Ângela de Castro Gomes publicou, em 2010, o livro *A República, a História e o IHGB*, fruto de sua pesquisa sobre os historiadores no período da Primeira República. A

⁵⁸Idem, pág. 322.

⁵⁹Idem, pág. 322.

⁶⁰Idem, pág. 327.

autora tinha a intenção de expor os debates que marcaram a definição de uma história moderna no Brasil, dialogando com o que se entendia por ciência na Europa. Enquanto Ângela Alonso procura ampliar os estudos empreendidos por Nicolau Sevcenko, Ângela de Castro Gomes critica as argumentações apresentadas pelo autor a respeito dos intelectuais que viveram durante os anos iniciais da república:

Em suma, os intelectuais desse período, algumas vezes chamados de ‘pré-modernistas’, seriam, em geral, ou espécies de boêmios ou de ‘outsiders’, críticos ao regime, mas desencantados, isto é, com poucos compromissos sociais e/ou políticos. Assim, os que são considerados vencidos [...] viveriam uma espécie de capitulação à dura realidade nacional. Entretanto, os considerados vencedores não se qualificariam intelectualmente por isso; muito pelo contrário, pois seu sucesso adviria basicamente da adesão a uma arte superficial, feita apenas para agradar e vender.⁶¹

A autora pretende criticar autores como Sevcenko que observou os intelectuais do período pós-1889 num contexto de decepção e desilusão geral com os destinos da república, como se houvesse certa sensação de conformismo com o momento histórico. De acordo com o autor, a reação à república foi praticamente nula. Ao longo das décadas de 1890 e 1900, os intelectuais se esforçavam para tentar se adaptar a nova realidade, e mesmo se alguns conseguissem sucesso ou proeminência isso seria fruto de adesão a uma arte superficial.

A desilusão sentida por muitos intelectuais durante os anos iniciais da república não resultou em uma postura pacífica, de acordo com Gomes. A autora deixa claro que o “comprometimento de muitos de seus integrantes com distintos projetos que, mesmo criticando o regime republicano, propunham possibilidade de ação/renovação da República. Para tanto, esses intelectuais se engajam em diversas estratégias de ação e intervenção social.”⁶² Mesmo não participando do governo republicano, muitos intelectuais propuseram novos projetos para a república, até mesmo aqueles que estavam inseridos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ângela de Castro Gomes não tem como objetivo enquadrar os intelectuais desiludidos em tipos ou classificações, e sim demonstrar que eles estavam inseridos em um período de instabilidade da república, o que acarretou na crítica e a criação de novos projetos políticos para o Brasil, significando que o futuro ainda estava em aberto.

⁶¹Cf. GOMES. Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB, Argumentvm, 2009, pág. 28.

⁶²Idem, pág. 29.

Considero, com Ângela de Castro Gomes, que Oliveira Lima não se encaixa facilmente em nenhuma classificação, uma vez que o autor tanto estabeleceu uma carreira de sucesso na diplomacia republicana, como também compartilhou de um discurso negativo quanto aos rumos da república. Ressalto mais uma vez que o intelectual não fez parte da Geração de 1870 no Brasil, contudo entrou em contato com Oliveira Martins em Portugal, na época da Geração de 1870 portuguesa.⁶³ O sentimento de desilusão também acometeu Oliveira Lima contribuindo para a aproximação do autor com a ala monarquista. Analiso então que o autor é um *desiludido ideológico*⁶⁴, já que participou ativamente do governo republicano. A exclusão e a marginalização só ficaram no campo das ideias.

Dando início a análise do livro, logo na introdução, Oliveira Lima considera “Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira, um título que o Instituto Histórico consagrou ao abrir o seu concurso para a narração do reinado americano daquele monarca.”⁶⁵ No início do livro, o autor deixa claro que D. João VI foi quem deu ares de nação para o Brasil, tese repetida diversas vezes. Na verdade a tese é de Francisco Adolfo de Varnhagen, e foi esboçada na proposta do concurso pelo Visconde de Ouro Preto. Oliveira Lima só aplica esta ideia na construção de sua obra.

A partir daí dois questionamentos foram cruciais no pensamento do autor: o que fez D. João VI para fundar a nacionalidade brasileira? Quais foram as medidas tomadas pelo monarca que resultaram no sentimento de autonomia por parte dos indivíduos da América Portuguesa? Ao longo do livro Oliveira Lima procura responder a essas perguntas com o objetivo de provar a tese criada por Varnhagen e delineada pelo Visconde de Ouro Preto.

A mudança da Família Real de Portugal para o Brasil no ano de 1807-1808 pode ser observada por vários ângulos diferentes. Oliveira Lima concebe a mudança para o Brasil mais “como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde”⁶⁶, muito porque “não foi ela adotada repentinamente como um recurso

⁶³A relação entre Oliveira Lima e Oliveira Martins será vista posteriormente.

⁶⁴ Meu termo.

⁶⁵Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 21.

⁶⁶Idem, pág. 43.

extremo e irrefletido”⁶⁷, ainda mais considerando a ideia de “que a partida estava, senão divulgada, planeada, assente em princípio e até certo ponto preparada, dependendo, naturalmente a sua execução da atitude do governo imperial.”⁶⁸ De acordo com o autor, a viagem para o Brasil fazia parte dos planos da família real portuguesa e de seus ministros tendo sido planejada anteriormente, mas devido às circunstâncias do momento o embarque foi apressado e tumultuado. Ao contrário da visão de uma *fuga*, portanto um acontecimento aleatório, Oliveira Lima insere como um acontecimento dotado de sentido prévio, como uma estratégia política.

Em vários momentos parece que o autor escreve o livro objetivando responder um interlocutor desconhecido, como se a cada frase alguém o contrariasse. Este fato não passou despercebido na minha análise, uma vez que Oliveira Lima estava dialogando diretamente com dois autores que se tornaram grandes referências para ele: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Cada um destes autores colocava D. João VI em um espaço diferente: Varnhagen atribuía bastante importância ao monarca, iniciando a tese de que, talvez, sem a sua presença o Brasil contemporâneo ao autor não existiria, já Oliveira Martins vê D. João VI como um covarde que fugiu de Portugal deixando a nação abandonada nas mãos de ingleses e franceses.⁶⁹

A relação entre Oliveira Lima e Oliveira Martins se inicia na década de 1880, quando Oliveira Lima ainda residia em Portugal.⁷⁰ O autor brasileiro se formou no Curso Superior de Letras em Lisboa na mesma época em que a Geração de 1870 portuguesa conseguia destaque no mundo acadêmico.⁷¹ O grupo de intelectuais desta geração estava “imbuído da missão de crítica política e social contra a estagnação e a tradição católica e monarquista.”⁷², dentre eles Oliveira Martins que acabou se tornando fonte de inspiração para os estudantes da época. Ter o historiador português como

⁶⁷Idem.

⁶⁸Idem, pág. 50.

⁶⁹Inicialmente vou tratar da relação de Oliveira Lima com Oliveira Martins, pois o historiador português contribuiu para a formação do pensamento do primeiro.

⁷⁰Mais detalhes sobre a vida de Oliveira Lima serão vistos no terceiro capítulo.

⁷¹De acordo com Alonso, as gerações de 1870 “agiram em prol dos programas de tipo reformistas, às vezes revolucionário” (pág. 331), e existiram não só no Brasil e Portugal, mas também em outros locais da América e Europa. Citação presente no livro da Ângela Alonso que já foi amplamente tratado nesta Dissertação: “Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império.”

⁷²Cf. MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade / Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : FAPESP, 2001, p. 54.

inspiração pode ter contribuído para que Oliveira Lima se tornasse republicano, e somente no final da década de 1890 e início dos anos 1900, o autor passou a ser um monarquista declarado.⁷³ A formação acadêmica de Oliveira Lima é pautada em um aspecto crítico da realidade social e política, principalmente fruto deste tempo de contato com Oliveira Martins.⁷⁴

Por ser um crítico da situação de Portugal no século XIX, Oliveira Martins considerava o *catolicismo* e a *monarquia* como fatores principais para a estagnação econômica e cultural do país. Em seu livro *A História de Portugal* (1881), o autor tenta contar a história da nação desde os primórdios até o século XIX, pautando a sua escrita em “tom pessimista e numa linguagem organicista, como um ciclo vital de nascimento, crescimento e morte.”⁷⁵

Mas por que o livro que conta a história de Portugal será importante para a minha argumentação? Porque analisando os dados disponíveis percebi que a tese de Oliveira Lima sobre a mudança da família real portuguesa é uma resposta a Oliveira Martins. O livro do historiador português, por muito tempo, se tornou uma das versões mais importantes sobre o processo político português das décadas de 1810 e 1820. Nesta obra, Oliveira Martins “consagrara a versão da fuga vergonhosa do Príncipe Regente, do abandono da nação portuguesa às tropas napoleônicas”⁷⁶ que obteve sucesso na época entre os portugueses, como também entre os brasileiros. Oliveira Lima rebate diretamente a versão do seu antigo mentor se baseando em outro autor: Varnhagen.

A relação pessoal entre Oliveira Lima e Varnhagen nunca aconteceu, pois quando faleceu em 1878, o autor de *D. João VI no Brasil* possuía apenas 11 anos. Na verdade, o contato entre os dois se situa num momento em que Oliveira Lima estava se tornando monarquista. Em 1903, o intelectual escreveu uma pequena biografia sobre Varnhagen, intitulada *Elogio de F. A. Varnhagen*, demonstrando a sua contribuição para a escrita da história nacional. Pela forma metodológica de pesquisa e a ânsia pela descoberta de novos documentos, Varnhagen se tornou um dos maiores historiadores

⁷³ Informação retirada do livro de Teresa Malatian: “Oliveira Lima e a construção da nacionalidade”.

⁷⁴Oliveira Lima conviveu ainda com o historiador português quando trabalhava como jornalista na redação do jornal *O Repórter* sempre procurando Oliveira Martins a procura de informações políticas.

⁷⁵Pág. 193, Alonso.

⁷⁶Cf. MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade / Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : FAPESP, 2001, pág. 206.

brasileiros ao escrever a obra *História Geral do Brasil*, na década de 1850, obra em que buscou sintetizar as aspirações do IHGB ao narrar a história da nação brasileira ao longo de três séculos.⁷⁷

Na obra citada anteriormente, Varnhagen “defendia a tese de que a transferência da Corte apresentara um saldo altamente positivo, pois ao transformar o Brasil em centro do reinado, criara condições para a continuidade da Monarquia, [...]”⁷⁸. O historiador argumenta que a mudança da família real portuguesa para o Brasil contribuiu para fazer do país o centro do governo português acarretando na continuidade da monarquia e a futura independência. Oliveira Lima se baseia nos argumentos de Varnhagen para dizer que a vinda de D. João VI foi elemento fulcral nos rumos da história do Brasil, já que sem ele tudo seria diferente. O autor rebate Oliveira Martins se apoiando em Varnhagen.

Não pode ser negligenciado também que o livro de Oliveira Lima é fruto de um concurso aberto pelo IHGB, ou seja, o autor deveria obedecer a todos os critérios para que fosse escolhido como vencedor. Pode-se pensar que o fato de se apoiar em Varnhagen era uma orientação da instituição, pois a figura do historiador é reverenciada pelos sócios. O que fez de Varnhagen tão importante? O historiador consegue escrever a história da nação brasileira a partir de uma perspectiva monarquista, como se desde o passado a nação estivesse em comunhão com o regime monárquico. Após a morte, a tese de Varnhagen será referência para os sócios do Instituto. Outro dado interessante é que o IHGB pretendia marcar o seu lugar entre os institutos históricos mais importantes do mundo do início do século XX, por isso também a obra de Oliveira Lima visava rebater a historiografia portuguesa. O IHGB estava tentando fincar espaço entre os *civilizados*.

Oliveira Lima pensava a história da nação brasileira em comunhão com a monarquia e a centralização política. Estes são, segundo ele, os dois pilares da história nacional, e o que vinculava à tradição imperial, ainda que renovada. Embora faltassem elementos para a consolidação do Brasil como nação, a “nova nacionalidade que assim

⁷⁷ O IHGB nunca deu a chancela que Varnhagen esperava. Só após a sua morte, Varnhagen foi considerado um grande historiador ou o *primeiro*. Para ter mais informações: “CEZAR, Temistocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. TOPOI, v. 8, n. 15, jul. – dez. 2007, p. 159-207.”

⁷⁸Idem, pág. 208.

se constituía, foi o ato do príncipe regente no extremo propício pois que lhe deu a ligação que faltava e com que só um forte poder central e monárquico a poderia dotar.”⁷⁹ A monarquia e a centralização política fizeram de uma simples colônia portuguesa da América uma nação com sentimento autônomo. De acordo com Oliveira Lima, não há como pensar os acontecimentos ligados a história da nação brasileira sem antes considerar esta dupla de fatores. D. João VI se tornou a própria encarnação da futura nação brasileira, anunciando o que o Brasil viria a ser.

O autor atribui o sucesso da empreitada de D. João VI às ações que o monarca tomou enquanto esteve no Brasil, nunca perdendo de vista os ideais monárquico e centralizador:

Quando a monarquia trasladou para a América a sua sede, é que as inconveniências daquela divisão apareceram e se experimentou a necessidade de apertar os laços que deviam prender a um centro único todos os esparsos núcleos de povoamento e de desenvolvimento.⁸⁰

Os atos empreendidos por D. João VI estão sempre pautados na centralização política buscando desde o início unir o Brasil em torno de um centro. Oliveira Lima faz uma busca intensa para chegar a essência da nação brasileira objetivando estabelecer o fio condutor entre o passado e o presente vivido. Por este e outros motivos, o autor pode ser entendido como um intelectual localizado no final do século XIX e início do XX, na época em que eles “seriam profissionais da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos,”⁸¹ colaborando para “vínculos fortes e indissolúveis entre cultura e política, e entre história e memória, [...] entre poder e saber.”⁸² Como já dito anteriormente, o concurso aberto pelo IHGB em 1908 estava inserido no contexto das grandes comemorações cívicas realizadas pelo governo brasileiro.

Tendo isso em vista, o intelectual vitorioso deveria criar uma obra que refletisse tanto as aspirações monárquicas do Instituto, como também o forjamento patriótico imaginado pela república. À primeira vista pode parecer contraditório, mas o livro de

⁷⁹Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 55.

⁸⁰Idem, pág. 107.

⁸¹Cf. GOMES. Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB, Argumentvm, 2009, pág. 26.

⁸²Idem.

cunho monarquista/centralizador auxiliou na consolidação de uma república federalista.⁸³ Descobrir um passado glorioso era o passaporte de entrada para conquistar o lugar entre as nações modernas e civilizadas, sendo este um objetivo do governo republicano.

A figura de D. João VI passou por um processo de reabilitação nas mãos do autor, pois até o ano de 1908 havia uma dualidade sobre o que havia representado o monarca. De um lado havia os críticos da monarquia e do governo de D. João VI – principalmente Oliveira Martins e os membros da Geração de 1870 portuguesa – e do outro, os intelectuais que mostravam o monarca por um ângulo mais favorável – Varnhagen e aqueles que seguiam seus ideais. Pode ser dito então que existia “a imagem de um dom João VI incompetente e glutão [...] com a de um rei amigo que libertara o país do jugo colonial e fizera do Rio de Janeiro sua moradia predileta.”⁸⁴ Então é possível perceber que o lugar da memória sobre D. João VI estava em disputa.

Oliveira Lima desenvolveu uma narrativa que versava sobre diversos assuntos da história do Brasil durante os anos de 1808-1821. Todos os caminhos estavam direcionados a D. João VI, pois é o monarca que amarra o fio condutor da escrita biográfica. Como tudo convergia para o monarca, a obra de Oliveira Lima acaba tomando o perfil de uma narrativa biográfica. Sobre o gênero biográfico, François Dosse considera o seu caráter *híbrido* relacionado a:

[...] a dificuldade de classificá-lo numa disciplina organizada, a pulverização entre tentações contraditórias – como a vocação romanesca, a ânsia da erudição, a insistência num discurso moral exemplar – fizeram dele um subgênero há muito sujeito ao opróbrio e a um déficit de reflexão.⁸⁵

O gênero biográfico encontra dificuldade em sua classificação, fundamentalmente, pelos diversos contatos que estabeleceu com outras narrativas ao longo do tempo. Por isso é complicado organizar um modelo do que seria o gênero

⁸³Outro exemplo desta ligação entre os monarquistas e a nova república era a figura do Barão do Rio Branco. Ele se tornou presidente do IHGB em 1907, e era o responsável pelo andamento da diplomacia, ou seja, o homem que possuía um título nobiliárquico controlava as relações diplomáticas da república brasileira. Oliveira Lima é outro exemplo de monarquista que se encontrava integrado ao regime republicano.

⁸⁴Cf. ENDERS, Armelle. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros / Armelle Enders. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pág.301.

⁸⁵Cf. DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Sousa – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pág. 13.

biográfico, podendo ser entendido como fonte de ensinamentos, fruto de concepções científicas, entre outras.⁸⁶ A História e o gênero biográfico passaram por momentos de maior contato, como também distanciamento, contudo no final do século XIX e início do século XX é possível destacar a união entre os dois gêneros. Os historiadores/letrados estão pensando sobre o Estado-nação fornecendo os fatos históricos do passado que auxiliam na construção da nacionalidade, e o gênero biográfico se insere neste processo. A escolha de alguns nomes importantes do passado nacional servirá para forjar o sentimento patriótico, como a imagem de D. João VI concebida por Oliveira Lima: um forte rei fundador da nacionalidade brasileira.

Baseado em documentos oficiais, o autor percebe que não há pessoa que “se refira com menos respeito ou com menos elogio a Dom João VI. E é curioso verificar que nenhum mesmo tenta fazê-lo, de leve que seja, ridículo, quando os portugueses dele quiserem legar um tipo burlesco.”⁸⁷ Oliveira Lima percebe que a memória negativa sobre o monarca construída pelos portugueses da Geração de 1870 não é fundamentada. A documentação, portanto, a partir da crítica histórica, vem se contrapor a uma determinada memória existente.

O autor esclarece que o monarca está tão arraigado à história nacional que se funde ao próprio reinado, sendo o seu governo uma extensão de suas próprias características:

[...] o regime monárquico autonômico foi em seu alvorecer no Brasil, como igualmente o foi no seu ocaso, brando e humano. Tampouco fez este governo gala de uma índole retrógrada ou mesmo conservadora: foi antes, sem dúvida alguma, mais inteligente e progressivo do que o colonial, até porque dispunha de toda a autoridade, de todos os meios de ação e de todo o prestígio.⁸⁸

Portanto, as qualidades de D. João VI foram transferidas para a sua própria forma de governança: *branda e humana*. Oliveira Lima considera que o reinado de D. João VI pôde oferecer *progresso* ao Brasil porque estava em concordância com as suas qualidades, ou seja, o bom reinado do monarca só foi possível por encarnar a própria

⁸⁶Uma maior explanação sobre o que é o gênero biográfico e o contato com a História se encontra no segundo capítulo.

⁸⁷Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 73.

⁸⁸Idem, pág. 485.

alma da nação brasileira. Mais uma vez está sendo exposto que as ideias de *monarquia e centralização* se ligam a história nacional.

Nos dois últimos fragmentos foi percebido que Oliveira Lima visa estabelecer o biografado em conformidade com a nação brasileira. Já Oliveira Martins em seu livro *História de Portugal* construiu um D. João VI apático e grotesco que fugiu de Napoleão Bonaparte em direção ao Brasil.⁸⁹ Segundo o historiador português, D. João VI:

Era rubro e gordo, e sentado à fresca, desabotoado, prazia-se em gozar as digestões, arrotando solenemente, à portuguesa.⁹⁰

[...] com o seu olhar vago, na imóvel contemplação da regia ociosidade, bocejando em permanência, - a assistir, com as mãos nos bolsos, indiferente e passivo, ao desabar ruidoso do carcomido edifício da nação.⁹¹

O monarca, portanto, tinha hábitos que não eram correspondentes a sua grandeza. Oliveira Martins retratou um rei *fraco, comilão, preguiçoso, passivo* e indiferente às causas portuguesas. Toda a Família Real foi alvo de críticas por parte de Oliveira Martins: ainda rainha, D. Maria I era vista como católica fervorosa, alheia aos assuntos do governo. A visão teleológica também se mostra presente na obra do historiador português considerando que a *debilidade/fraqueza* dos Bragança foi o que provocou a fuga acelerada, desorganizada e vergonhosa para o Brasil. Como já dito anteriormente, Oliveira Martins está inserido na Geração de 1870, criticando e questionando, principalmente, a presença da *monarquia* e do *catolicismo* em Portugal.

Para contrapor esta visão negativa atribuída a família real portuguesa e a D. João VI, como já foi dito, Oliveira Lima se utiliza das ideias de Francisco Adolfo de Varnhagen. De acordo com Armelle Enders, Varnhagen tem quatro teses gerais que fundamentam toda a sua argumentação: “[...] o catolicismo, o enraizamento do Brasil no complexo português, a defesa da integridade do Império (e, portanto, de uma concepção essencialmente territorial da nação), e a monarquia como único horizonte histórico.”⁹² É possível perceber o quanto as ideias de Oliveira Martins se chocam com as teses de

⁸⁹ Além de todos os elementos negativos que Oliveira Martins atribui a D. João VI, o capítulo que o historiador português contempla o seu reinado e o de sua mãe é intitulado “Anarquia espontânea”, denotando também um momento político de Portugal sem reino ou com um reino enfraquecido.

⁹⁰Cf. MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*, volume 2, Lisboa, Guimaraes Ed. 1951, pág. 208.

⁹¹Idem, pág. 224.

⁹²Cf. ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros* / Armelle Enders. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pág.98.

Varnhagen. O brasileiro analisa a história do Brasil em continuidade com a história de Portugal, como se os laços entre as duas nações nunca tivessem se rompido, nem com a independência. A partir desta tese, pode ser dito que Portugal forneceu todas as bases para a formação da nação brasileira.

O pensamento de Varnhagen apontava para uma noção moderna de nação em concordância com “a razão do Estado monárquico. A seu ver, a nação era um território sobre o qual se exercia uma mesma lei, e não, certamente, o povo em processo de evolução.”⁹³ Aqui há uma clara discordância entre o pensamento de Oliveira Lima e de Varnhagen. O autor da biografia considera que o processo de formação da nação brasileira está pautado sob as bases monárquica e centralizadora, por isso o reinado de D. João VI foi tão bem sucedido, enquanto Varnhagen aponta para a questão da territorialidade da nação. O que Oliveira Lima empreende é uma atualização das ideias de Varnhagen adaptando algumas ideias da década de 1850 para um novo cenário intelectual que estava presente na década de 1900. Aquele horizonte da História que oferecia lições para o presente estava perdendo espaço, enquanto a História ligada a ideias evolucionistas ganhava cada vez mais adeptos.

Oliveira Lima pensava em colocar o presente em ordem a partir da reorganização dos fatos históricos do passado. O caminho traçado pela nação brasileira havia sofrido um desajuste com os acontecimentos de 1889, desta forma a reabilitação da imagem de D. João VI é tão importante. A biografia do autor serve para ordenar o presente que até então se encontrava confuso e distante da nação brasileira.

Ainda na obra, o autor levanta todas as características conferidas ao monarca destacando também alguns defeitos. Na verdade as qualidades de D. João VI superam qualquer imperfeição individual, e de acordo com Oliveira Lima:

Se era tímido, pusilânime mesmo, como tal egoísta, ressentido, ciumento de atenções, amigo de monopolizar as deferências e inimigo de perdoar os agravos menores, [...] também era clemente, misericordioso nas grandes ocasiões quando se fazia apelo direto ao seu coração, arguto em qualquer emergência, raramente ou nunca perdendo o equilíbrio moral, tão generoso para com seus fâmulos e validos quanto econômico e governante

⁹³Idem.

invariavelmente bem intencionado. Eram aqueles em suma pequenos defeitos a contrapor um belo conjunto de virtudes, raro num monarca despótico.⁹⁴

Até os defeitos do monarca não são tão graves assim: *tímido, egoísta, ressentido e ciumento*; mas o monarca possuía fraquezas. O que Oliveira Lima pretende é construir um biografado que não seja distante, endeusado e impossível de ser alcançado, na verdade o autor almeja atribuir um caráter humano a figura do rei como se fosse um indivíduo comum. Ou seja, a heroicização da figura histórica depende de certo horizonte de verossimilhança, que crie no leitor um efeito de real. Oliveira Lima costura aos poucos um personagem bastante ligado a história do Brasil que chega a encarnar a nacionalidade brasileira, mas isso não torna o monarca um homem perfeito. Ao mesmo tempo o D. João VI construído por Oliveira Lima também era *clemente, misericordioso, equilibrado, generoso e bem intencionado* que, para o autor, completa um quadro de boas qualidades.

Seguindo a linha de Varnhagen e do IHGB, Oliveira Lima concebe uma biografia que pode ser observada por vários pontos de vista, porém todos os caminhos levam ao monarca português. A ausência da figura dele naquele determinado momento histórico representaria uma mudança na história da nação brasileira, possivelmente retardando a independência e repartindo o Brasil em muitas partes. De acordo com Oliveira Lima, o rei foi tão importante que, no momento certo, soube deixar a colônia nas mãos de seu filho D. Pedro que já se preparava para o rompimento com Portugal. Cada fato histórico é singular e único, entretanto está ligado a uma rede de outros fatos que colaboraram para a independência do Brasil. Esses fatos continuaram conectados até 1889, no pensamento de Oliveira Lima.

O objetivo deste capítulo, enfim, foi reconstruir um caminho que se inicia com a história do concurso que deu origem ao livro *D. João VI no Brasil* (1908), passando pelos debates, brigas e discussões que envolveram a criação do concurso até abordar a análise da biografia propriamente dita, levantando a questão sobre a imagem construída por Oliveira Lima sobre D. João VI. O próximo capítulo estará centrado em discutir em que medida a obra pode ser entendida como gênero biográfico, como também a análise de algumas biografias criadas pelos sócios do IHGB e a situação histórica da instituição nas décadas de 1890 e 1900.

⁹⁴Idem, pág. 578.

3. A análise da escrita biográfica no IHGB entre 1889 – 1908 e os diversos usos do passado

“Além de fazer parte da história, a biografia oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade. Importa, por conseguinte, afastar toda lógica de submissão ou de dominação [...] e conservar a tensão, a ambiguidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade.”

Sabina Loriga, 2011

No primeiro capítulo estive centrado em reconstruir a história do concurso que deu origem ao livro de Oliveira Lima, como também a análise da figura de D. João VI presente na obra. Já este segundo capítulo da dissertação de mestrado busca analisar oito biografias produzidas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1889 e 1908, com a finalidade de servir de contraponto à biografia de Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*. Será feita uma análise comparativa entre a escrita biográfica da RIGHB entre 1889 e 1908, e o que Oliveira Lima concretizou em sua narrativa sobre o monarca português.

Antes de tratar da análise das biografias entre 1889 e 1908, buscarei explicar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando da fundação da sessão das biografias na RIHGB, bem como o tipo de escrita biográfica produzido pela instituição no final do século XIX e início do XX, traçando um breve paralelo entre eles.

3.5 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O IHGB é criado em 1838, objetivando auxiliar na consolidação da nação brasileira, que surge em meio a continuidades e rupturas com a raiz portuguesa. Para ajudar a pensar os desafios desse processo, partirei de uma das sínteses mais importantes de meados do século XIX que aborda o conceito de nação: *Que é uma*

nação?, de Ernest Renan. De acordo com as idéias do filósofo e historiador francês Ernest Renan (1823-1892), a nação é a vontade que um determinado grupo de indivíduos tem de viver em conjunto para que seu legado histórico possa ser preservado para as próximas gerações.

Logo, a *nação* é “a culminação de um grande passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. [...] Possuir glórias comuns do passado e a vontade comum do presente; ter feito grandes coisas em conjunto, querer fazê-las outras vezes mais – eis as condições essenciais para formar um povo.”⁹⁵ Renan demonstra que a legitimação nacional no presente é devido a seu passado de grandes esforços no qual pessoas lutaram e morreram por este ideal, em vista disso justifica-se a vocação coletiva da nação.

Voltando ao IHGB, é importante destacar que a instituição teve como um de seus modelos a Academia Real de História Portuguesa, instituição que visava a glorificação da monarquia através do estudo sobre o passado e também a edificação de uma história nacional portuguesa. Tratava-se de uma história autorizada pelo Estado português servindo para afirmar a soberania e a legitimidade política.

Tanto a Academia Real de História Portuguesa quanto o IHGB nascem de um projeto de Estado monárquico em que os membros da instituição criariam um modelo que exaltasse os feitos da monarquia em prol da pátria.⁹⁶ Contudo, a Academia Real é do século XVIII e o IHGB do século XIX, o que serve para caracterizar a diferença de concepção entre as instituições: a primeira não se preocupava em construir um modelo de nação, pois havia uma concepção monárquica de Antigo Regime, enquanto o IHGB busca a legitimação de uma nação atrelada à monarquia. Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que o IHGB está situado entre as instituições que foram criadas, naquele momento, com o objetivo de construir a história nacional, uma vez que:

[...] parte de um projeto mais vasto das elites políticas comprometidas em forjar simbolicamente a Nação e que incluía outras instituições como o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II, inscreve-se num conjunto amplo de

⁹⁵ Cf. RENAN, Ernest. *Que é uma nação?* In: Plural; Sociologia, USP, Tradução de Samuel Titan. Jr, S. São Paulo, 4: 154-175, I. sem. 1997, pág. 173.

⁹⁶ Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pág. 37.

instituições, que no mundo ocidental, irão dedicar seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais.⁹⁷

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem o objetivo de construir a história da nação brasileira por meio do estudo sobre o passado. Entretanto, antes de 1822, o próprio conceito de nação estava sendo estabelecido. Sendo assim, a independência foi uma ruptura também neste sentido, pois era preciso organizar e escrever o passado brasileiro. O IHGB foi então uma instituição responsável pela constituição deste passado.

A criação de um instituto do perfil do IHGB num país recém-independente como o Brasil tem uma clara função: “Estabelecer uma rede intelectual com instituições europeias poderia assegurar não apenas uma legitimação política para o Império Brasileiro, mas condição mesma de inserção desta história numa história universal da civilização.”⁹⁸ O IHGB ia além do objetivo de construir uma identidade nacional, pois desejava estabelecer uma relação entre a história do Brasil e a história universal, já que a recente nação brasileira deveria se inserir no mundo das nações civilizadas.

Narrar a história do Brasil não seria tarefa fácil para os primeiros sócios do Instituto, posto que, além de contar os eventos históricos, “seria preciso a intervenção do historiador/autor fornecendo ao leitor um eixo de leitura, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado [...]”⁹⁹ Além de buscar os eventos que pudessem contar a história da nação brasileira, o historiador deveria também estabelecer um fio condutor a tudo que estava desorganizado.

3.2 A escrita biográfica no IHGB

A biografia pode ser de grande utilidade para a consolidação de um regime político, ainda mais se tratando do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de 1840 e o Segundo Reinado no Brasil. A utilidade está ligada à forma de abordar a

⁹⁷Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Ciência, civilização e império nos Trópicos. Rio de Janeiro, Acces Editora, 2001, pág. 27.

⁹⁸Idem, pág. 3.

⁹⁹Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pág. 397.

história de vida de indivíduos exemplares no que diz respeito ao novo direcionamento da história nacional e, portanto, de construir a identidade da nação inserindo-os em uma história a ser lida por todos os brasileiros.

Na década seguinte à independência, o passado brasileiro ainda estava muito atrelado à história portuguesa. Não havia nada que diferenciasse o processo histórico das duas nações e a escrita do gênero biográfico objetivava enaltecer homens importantes para a história do Brasil, contribuindo para a construção do ideário do país sul-americano autônomo à história portuguesa.

Sobre a escrita biográfica no século XIX, levando em consideração a atuação do IHGB, Maria da Glória de Oliveira em seu livro *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* (2011), identifica que os sócios do Instituto tinham a preocupação “com os procedimentos que passariam a conferir um caráter mais científico à operação historiográfica: o compromisso com a cronologia, a constituição de arquivos e o uso metódico dos documentos [...]”¹⁰⁰ Os homens que se propusessem a escrever biografias teriam que, a partir de então, seguir alguns procedimentos científicos. Os fatos a serem contados sobre a vida de um indivíduo deveriam estar baseados em provas documentais, isto é, a escrita biográfica deveria se aproximar da ideia de *verdade*.

O trabalho metódico de investigação servia para comprovar o que estava sendo dito, ou seja, a biografia deveria estar “baseada na evocação do compromisso tácito do historiador com a verdade, a justiça e a imparcialidade.”¹⁰¹ A escrita biográfica presente no IHGB estava lado a lado do compromisso com o *real*, logo era preciso ter uma base empírica de investigação. Desta vez, as biografias produzidas pela RIHGB estariam pautadas sob modernas concepções científicas de escrita da história diferenciando-se, assim, do modelo puramente retórico que a regrava.

Como dito anteriormente, a partir da leitura das biografias presentes na RIHGB, o leitor poderia entrar em contato com os homens mais importantes do passado nacional, a fim de absorver algum ensinamento. A escrita biográfica dentro do IHGB, além de adquirir caráter científico, objetivava conduzir o leitor a um aprendizado sobre

¹⁰⁰Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pág. 22.

¹⁰¹Idem, pág. 138.

o passado de sua *nação*, passado este que seria comum a todos os cidadãos brasileiros, favorecendo a constituição de um fio condutor nacional através também deste modelo de escrita.

Nesse sentido, Oliveira considera que a escrita biográfica estava plenamente “afinada ao programa da *historia magistra vitae* [...] portanto, como portadora de *exempla*, servindo, acima de tudo, para instruir os brasileiros no presente.”¹⁰² A escrita biográfica é, assim, a ferramenta utilizada pelos historiadores para poder narrar a vida daqueles indivíduos ilustres que tinham função importante na construção nacional, contribuindo para uma ideia de história como mestra da vida. O plano histórico-biográfico do IHGB se baseava na criação da:

[...] galeria de brasileiros ilustres que reflete, sem dúvida, expectativas e impasses no empreendimento de conciliação dos elementos díspares da formação social do Brasil sob a égide do regime monárquico. Por conta disso, o uso da escrita biográfica [...] tenderia a se confundir com o elogio dos faustos do Império, implícito na eleição e no enaltecimento dos seus ilustres varões das letras, armas e virtudes.¹⁰³

A construção da nacionalidade brasileira esteve em conformidade com o momento de afirmação do Segundo Reinado e da figura de D. Pedro II. Grande parte do desenvolvimento e crescimento do IHGB durante o século XIX é responsabilidade do imperador, um grande apoiador do Instituto e que comparecia a inúmeras sessões.¹⁰⁴

Destaco que a escolha pela concepção da história como mestra da vida, fazendo parte do projeto historiográfico na sessão das biografias da RIHGB, não foi um acaso, tal como corrobora Manoel Luiz Salgado Guimarães:

O recurso à Antiguidade, especialmente a Plutarco, deve ser compreendido como parte do esforço desses letrados brasileiros em associar o uso do passado, pela via dos exemplos biográficos, às finalidades políticas do

¹⁰²Idem, pág. 39.

¹⁰³Idem, pág. 171.

¹⁰⁴Com o andamento do texto, será desenvolvida com mais detalhes a relação entre D. Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

presente, quando estava em jogo a afirmação da monarquia constitucional, como a formação de organização política do Estado.¹⁰⁵

Durante os primeiros anos do IHGB, o governo de D. Pedro II ainda batalhava para tentar consolidar-se em âmbito nacional reprimindo uma série de revoltas no território brasileiro. Assim se pode pensar que o Estado monárquico aproximou-se de uma instituição como o IHGB a fim de imbuir os brasileiros de sentimentos nacionais, desde que ligados a monarquia.

Segundo Rodrigo Turin, esse uso do passado pelos sócios do Instituto não entra em conflito com a pretensão científica e moderna presente em seu projeto historiográfico, uma vez que:

[...] esses usos da antiguidade também nos alertam para o fato de que a convivência do reconhecimento de uma autoridade dos *antigos* e a elaboração de uma concepção moderna de história não aparecem, necessariamente, como antinômicos [...] Uma análise do uso dessas categorias pode, assim, servir como uma chave de entrada para a compreensão das especificidades que caracterizaram a formação de um conceito moderno de história no Brasil oitocentista.¹⁰⁶

O Instituto se utiliza de formas *modernas* e *antigas* para criar uma nova maneira de escrever a história no Brasil, dependendo do gênero e dos objetivos dos textos. Naquele momento de consolidação do Estado Nacional e o aparecimento de novos procedimentos científicos, o uso dos *antigos* serviu para arquitetar um plano historiográfico que estaria presente ao longo de todo século XIX. Era preciso vasculhar os feitos dos homens do passado através de uma série de métodos científicos, ou seja, recorrer à *verdade* e à imparcialidade ao selecionar os biografados ilustres, como veremos a seguir.

3.3 Os estudos sobre o gênero biográfico

¹⁰⁵Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pág. 403-404.

¹⁰⁶Cf. TURIN, Rodrigo. Os *antigos* e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860) In: L'Atelier du Centre de recherches historiques, pág. 16.

O recorte temporal de 1889 a 1908 delimitado nesta dissertação tem por objetivo abarcar o ano de mudança do regime, até a publicação da biografia produzida por Oliveira Lima sobre D. João VI. Ao longo destes 19 anos, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro produziu 34 biografias. Destas, apenas oito foram selecionadas para análise neste trabalho, a respeito dos seguintes indivíduos: Libero Badaró, Regente Padre Diogo Antônio Feijó, Joaquim Norberto de Souza Silva, Marechal Deodoro da Fonseca – General Benjamin Constant – Marechal Floriano Peixoto¹⁰⁷, Cristóvão Colombo, Januário da Cunha Barbosa, Robert Southey e Conde de Nassau.

O motivo da escolha de oito biografias dentre as 34 se deu pela possibilidade de mapeá-las e separá-las de acordo com dois tópicos: *armas* e *letras*. Além disso, percebi uma mudança no modo de escrever biografias comparando-as nas décadas de 1890 e 1900. A seleção destas biografias supracitadas demandou tempo e a leitura de todas as 34 biografias presentes na RIHGB.¹⁰⁸

Pode ser dito inicialmente que as biografias aparecem com diferentes títulos, como *Apontamentos*, *Notícias* e *Esboços*, demonstrando certa indefinição na própria nomeação do gênero dentro do IHGB. Além disso, foi visto que nem todos os indivíduos exemplares biografados estão ligados diretamente a história do Brasil, como o caso do genovês Cristóvão Colombo.

O navegador se encontra, contudo, inserido na história da América e o Brasil está ligado ao processo histórico americano, que em uma visão mais ampla, está configurando a história universal. O biografado precisa conectar-se necessariamente à história do Brasil, caso contrário não estaria inserido nos objetivos de construção nacional do instituto e, portanto, não seria conferido a ele a importância de brasileiro ou não-brasileiro ilustre.

Antes de começar propriamente a análise da escrita biográfica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1889 e 1908, farei uma breve discussão a respeito do gênero biográfico a partir de alguns autores e suas principais ideias. A obra *Usos e abusos da história oral*, publicada em 1998, carrega um artigo

¹⁰⁷A biografia está intitulada “Três cidadãos beneméritos da República”.

¹⁰⁸Para não atrapalhar o andamento do texto, no final da Dissertação há uma tabela indicando todas as 34 biografias pesquisadas.

fundamental para o estudo do gênero biográfico: *A ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu.

Bourdieu, no artigo intitulado *A ilusão biográfica*, ressalta que o biógrafo que tenta colocar a vida de seu biografado em uma ordenação temporal pode cometer um equívoco. Não se pode observar a história de um indivíduo “segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, [...]”¹⁰⁹ Ao olhar para o passado do indivíduo e colocar sua história em uma linha do tempo, desde o nascimento até o momento de sua morte, nos deparamos com a impressão de que toda a sua vida seguiu uma lógica racional e coerente.

O autor ressalta que produzir “uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica [...]”¹¹⁰ A *ilusão* é originária da ideia de que a vida possui um caminho próprio que leva o indivíduo de um determinado ponto de partida até o ponto de chegada. Esta visão teleológica determina a forma na análise dos fatos do passado a partir de acontecimentos posteriores que mudam a visão do biógrafo acerca das coisas.

Exemplifico a tese de Bourdieu da seguinte maneira: certo presidente da república terá sua vida biografada, desta forma o biógrafo sugere uma narrativa onde a eleição para presidente aconteça no fim da biografia, pois toda a vida daquele indivíduo (dramas pessoais, escolhas, viagens, estudos, etc.) foi direcionada para a futura eleição. O que Bourdieu diz está atrelado ao fato de que o indivíduo possui infinitas possibilidades de caminho ao longo da vida optando por uns e rejeitando outros, não sendo verídica uma abordagem cronológica e coerente do trajeto. Essa análise pode ser útil para o estudo do gênero biográfico dentro do IHGB porque os biógrafos pretendiam fazer exatamente o que Bourdieu critica: a criação de teleologias e o uso político das biografias. O biografado estava inserido na história nacional.

Em 2009, François Dosse publicou o livro *O desafio biográfico: escrever uma vida* no qual tenta fazer um amplo estudo do gênero biográfico, desde a antiguidade até

¹⁰⁹Cf. BOURDIEU, Pierre. Usos e abusos da história oral / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 8 e. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. *A ilusão biográfica*, pág. 184.

¹¹⁰Idem, pág. 184.

a época contemporânea. Como já dito no primeiro capítulo, Dosse observa a biografia como um *gênero híbrido* que tende a mudar conforme a época histórica. Além do hibridismo na biografia, o que é interessante na obra de Dosse é a percepção de que a escrita biográfica pode conter motivações para a sua realização demonstrando que o historiador pode escrever aquela narrativa com um claro objetivo.

Dosse afirma que o biógrafo “justifica sua escolha multiplicando os motivos que o levaram a aproximar-se do outro. Faz-se raro, justiceiro frente a uma posteridade que não lhe parece à altura da grandeza real da figura em questão.”¹¹¹ Partindo dos princípios de Dosse, considero que Oliveira Lima escreveu a biografia sobre D. João VI porque havia se tornado monarquista no início dos 1900, e também por considerar que a visão acerca do monarca não condizia com o que havia sido em vida. Como falado no primeiro capítulo, D. João VI era observado, por parte da historiografia, de modo negativo (patético, covarde e bonachão).¹¹²

A biografia de Oliveira Lima sobre o monarca português prova que o Instituto não desejava romper completamente com o passado português. Na sua fundação, os sócios do IHGB estavam pautados em reunir os documentos que fossem essenciais para contar a história da nação brasileira, isto é, para construir a história nacional seria fundamental a organização dos escombros do que se passou – incluía, portanto, a presença portuguesa no Brasil.

Na verdade, era preciso tratar o passado como *passado*, abrindo novas possibilidades para o presente e futuro. A história da nação portuguesa permaneceria no passado como *herança*, porém fechava-se o túmulo. Dosse aponta que a biografia pode ser percebida como:

Instrumento de exorcismo da morte, ela a introduz no cerne mesmo de seu discurso e permite simbolicamente a uma sociedade situar-se ao se dotar de

¹¹¹Cf. DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Souza. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pág. 100.

¹¹²No final do século XIX, os estudos de Oliveira Martins, em Portugal, se tornaram referência para o estudo sobre a nação portuguesa. Na obra D. João VI e a Família Real Portuguesa eram vistos de forma extremamente depreciativa tendo abandonado Portugal no ano de 1807-1808, como já foi observado no primeiro capítulo.

uma linguagem sobre o passado. O discurso do historiador nos fala do passado para enterrá-lo.¹¹³

Logo, uma das funções da escrita biográfica no IHGB seria lidar com a herança portuguesa, o que ocasionaria na organização dos fatos passados do ponto de vista brasileiro. Já em 2011, a obra *O pequeno X: da biografia à história* é publicada por Sabina Loriga. A autora também tem o objetivo de contar a história da biografia desde os tempos antigos, porém detém maior atenção na relação, ao longo do tempo, entre o gênero biográfico e a História. Assim como François Dosse, Loriga deixa claro que a biografia, na verdade:

[...] é, desde a origem, um gênero híbrido e compósito. Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo – quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo. É portanto difícil estabelecer regras gerais.¹¹⁴

É importante destacar que não se pode generalizar a *biografia* como um termo fechado, pois é preciso problematizar seu significado. Como observa Loriga, a biografia é na origem um *gênero híbrido*, já que se relaciona com diversos outros tipos de gêneros até a época contemporânea. Como é difícil estabelecer paradigmas do que é a biografia, pode ser considerado então que o gênero varia de acordo com a época e com o escritor que a utiliza. Loriga tem como base de argumentação a ideia de *pequeno x*:

A expressão é de Johann Gustav Droysen, que, em 1863, escreve, que se chamamos *A* o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este *A* é formado por $a + x$, em que *a* contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que *x* representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade.¹¹⁵

Apoiada em Droysen, Loriga utiliza a expressão *o pequeno x* para explicar que a letra corresponde a liberdade que o indivíduo tem de encaminhar a vida a sua própria maneira. A época histórica também não existe por si só: tudo que está concernente a um período específico só existe pelos homens que viveram aquele momento, por isso o indivíduo é tanto *particular* como também *totalidade*. A fórmula do *pequeno x*

¹¹³Cf. DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Souza. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pág. 409-410.

¹¹⁴Cf. LORIGA. O pequeno x: da biografia à história / Sabina Loriga; tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pág.18.

¹¹⁵Idem, pág.14.

associava a História às ações dos indivíduos destacando, assim, um modo de pensar a historicidade do gênero. Daqui por diante será exposto o perfil dos biografados selecionados para esta dissertação entre os 19 anos de escrita biográfica.

3.4 O perfil dos biografados no IHGB entre 1889 e 1908

Entre 1889 e 1908, há uma diversidade no perfil dos indivíduos biografados em comparação com os primeiros quarenta anos de produção do gênero no IHGB. Antes de 1889 são privilegiados os brasileiros que, de alguma forma, foram importantes para a consolidação do império. Depois da proclamação da república há uma variação no perfil destes indivíduos, uma vez que só metade deles está diretamente ligada ao passado do Brasil. Somente Libero Badaró, Regente Feijó, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e o Conde de Nassau foram reconhecidamente personagens da história do país, estando presentes em algum evento memorável do passado e que contribuíram para a *formação* da nação brasileira.

Já Joaquim Norberto de Souza Silva e Januário da Cunha Barbosa aparecem como fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento histórico no Brasil do século XIX. Robert Southey ganha importância devido a sua capacidade de escrita e o livro sobre a história do país, portanto está inserido entre os *homens de letras*, no qual Sousa Silva e Cunha Barbosa também estão integrados.

Dentre os dez homens selecionados¹¹⁶, seis podem ser considerados brasileiros e quatro são estrangeiros.¹¹⁷ Isso prova mais uma vez a variação no perfil dos homens biografados entre 1889 e 1908. Na época da fundação do Instituto e da sessão das biografias da Revista, o perfil dos biografados “correspondia ao da elite política e letrada imperial e, por conseguinte, constituía uma espécie de galeria de espelhos que refletia e se confundia com o próprio quadro de fundadores e membros do IHGB [...]”

¹¹⁶São dez homens biografados e oito biografias. A biografia sobre Deodoro, Floriano e Constant é a mesma.

¹¹⁷O termo *considerados* foi utilizado porque Feijó, Souza Silva e Cunha Barbosa nasceram antes de 1822, portanto dentro do império português. Considero todos *brasileiros* mais para a utilização em estatística.

¹¹⁸ Há, portanto, uma dilatação do perfil dos homens biografados se comparados aos anos iniciais do IHGB às décadas de 1890 e 1900.

Oliveira observa que no “período posterior aos anos 1880, percebe-se certo esmorecimento do panteão que vinha sendo erigido desde os primeiros números nas páginas do periódico.” ¹¹⁹ Talvez esse esmorecimento do panteão também possa ser entendido como uma mudança de perspectiva em olhar para o passado. O presente mudou, acarretando a necessidade de revisitação do que passou.

Antes de tratar propriamente da análise das biografias, será aqui abordado o instrumento primordial responsável pela exposição das principais ideias do Instituto. Se o IHGB pretendia construir a história da nação brasileira, teria de haver um espaço onde esta concepção seria produzida e é neste momento que ressalto o papel da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Este local de produção estava destinado, principalmente, ao estudo empreendido pelo IHGB, já que:

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da *Revista* se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nela contida – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos -, de artigos, biografias e resenhas de obras.¹²⁰

Fundada em 1839, um ano após o Instituto, a Revista era um suporte onde os sócios do IHGB podiam escrever e reproduzir a sua maneira de observar os fatos permitindo ainda o acesso à rotina de funcionamento da Instituição, ou seja, era um espaço de exposição a tudo que era pertinente ao IHGB. Era neste veículo de produção de escrita que estavam inseridas as biografias. O motivo de existir uma revista na qual o Instituto divulgava as suas ideias e expunha o seu próprio ponto de vista preenche “uma função decisiva na elaboração e na manutenção de paradigmas, modelos e padrões.” ¹²¹

¹¹⁸Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pág. 107.

¹¹⁹Idem, pág. 27.

¹²⁰Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional nação e civilização nos trópicos. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pág. 20.

¹²¹Cf. HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007, pág. 19.

Além disso, a publicação de suas obras se tornou essencial para a comunicação dos sócios do Instituto com outras academias pela Europa, muito porque enviar “a Revista a instituições de outras nações era a prova da importância do Instituto para o mundo e para a *Nação*, marcando o seu lugar de instituição *civilizada*.”¹²² O IHGB também desejava marcar o seu nome entre as mais notáveis academias, uma vez que era preciso integrar a nação brasileira entre as nações da Europa. Tudo isso visava a entrada da história do Brasil no concerto da história universal ainda intimamente ligada à história europeia.

Segundo Fabiane Dias, ainda que a Revista representasse uma forma de exposição da rotina do Instituto, havia uma Comissão de Avaliação responsável por analisar o que poderia – ou não – ser publicado. Tendo isso em vista, é possível entender uma forma de censura dentro do IHGB, pois os sócios se preocupavam em adequar-se a “homogeneidade do discurso ali veiculado”¹²³ Se o texto de algum sócio estivesse em oposição aos “cânones disciplinares, bem como dos interesses do Estado”¹²⁴, sofreria a censura da comissão.

O objetivo do IHGB era, então, sugerir ao ambiente externo que detinha um discurso homogêneo no qual todos os sócios possuíam ideias bastante próximas para que “não deixasse transparecer as tensões entre as distintas filiações intelectuais”¹²⁵, que estavam convivendo sob o teto do Instituto. A imagem de uma instituição equilibrada e homogênea foi necessária durante o século XIX, principalmente porque auxiliou na consolidação do Segundo Reinado. A Comissão de Avaliação existiu também durante o governo republicano, demonstrando que a figura de um Instituto homogêneo e sólido era essencial para legitimá-lo intelectualmente.

O IHGB se utilizou de formas modernas e antigas para criar uma maneira de se escrever história no Brasil, porém há indícios que nos levam a crer que há alguma mudança em curso no tocante a escrita biográfica entre os anos de 1889 e 1908. Com

¹²²Cf. SOUSA, Francisco Gouveia de. Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900) / Francisco Gouveia de Sousa; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pág. 41.

¹²³Cf. DIAS, Fabiane Rodrigues. Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856) / Fabiana Rodrigues Dias, 2009. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães, Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pág. 22.

¹²⁴Idem.

¹²⁵Idem, pág. 25.

relação à organização textual, foi preferível não analisar cada biografia de forma individual, mas sim dividida de acordo com tópicos: *armas* e *letras*. Dentro destes dois temas, as biografias foram postas em ordem cronológica como poderá ser visto adiante.

3.4.1 Homens das armas

A biografia pode ser entendida em relação aos valores do biografado, prestando-se “ao discurso das virtudes e... [servindo] de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras.”¹²⁶ Os valores que o indivíduo carregou são passíveis de se tornar fontes de ensinamento para os homens no presente, todavia através de um tipo de método que privilegia a escrita da história de forma científica.

Ao longo da leitura das biografias produzidas entre os anos de 1889 e 1908 foi perceptível notar que os homens biografados são enaltecidos e tratados de forma exemplar, de acordo com as suas virtudes, assim como se fazia na época da fundação da sessão das biografias da RIHGB. Embora nesses 19 anos tenha havido uma mudança na forma de se fazer biografia, os indivíduos continuaram a ser enaltecidos. A partir daqui serão analisadas algumas biografias que mostram os *homens de armas*, porém cada um deles detém uma característica própria: Badaró (1890) como *herói da liberdade e da ciência*, Feijó (1891) como *anjo da paz* e Colombo (1899) como *grande descobridor*.¹²⁷

Escrita por Argimiro da Silveira, a narrativa mostra Libero Badaró ligado ao ideal de liberdade e à ciência, provando que as atividades como médico e jornalista ultrapassavam uma série de barreiras. Localizado historicamente no momento do Primeiro Reinado e da luta pela consolidação política do governo de D. Pedro I, Badaró não concordava com a suposta postura ditatorial do Imperador, ficando conhecido pela oposição ao monarca.

¹²⁶Cf. DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Sousa – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pág. 15.

¹²⁷A biografia que contempla Deodoro, Constant e Floriano também corresponde aos *homens das armas*, porém tratei de analisá-las mais adiante quando falo sobre a nação brasileira sob o ponto de vista republicano.

Desta forma, é possível observar claramente a ligação entre Badaró e a *liberdade*: “[...] Libero Badaró, esse venerando campeão das liberdades do povo”¹²⁸ A associação entre Badaró e *liberdade* é calcada sob duas bases: primeiro é a ideia de que o povo do Brasil precisa se libertar daquilo que o oprime, e a segunda é a noção de que o Primeiro Reinado/D. Pedro I significam, necessariamente, *autoritarismo*.

Pelas circunstâncias de sua morte, Badaró acaba sendo retratado como *mártir*: “[...] sentimentos exclusivamente altruístas, que haviam de fazer daquela alma esclarecida, daquele preto generoso um herói da ciência e um mártir da liberdade”¹²⁹ Badaró pode ser visto como *herói da ciência* pelo exercício da medicina, como também *mártir da liberdade* pelo fato de ter sido assassinado a mando de um dos seus opositores. Ele acabou sendo escolhido como homem ilustre do passado devido à sua luta pelo ideal de liberdade, claramente em uma oposição ao regime monárquico.¹³⁰

Badaró então tem sua imagem reforçada a todo instante: “A divisa de Libero Badaró foi então – sciencia e liberdade – este duplo pedestal inquebrantavel, em que se baseiam todos os progressos da humanidade”¹³¹ Aqui se percebe que o *duplo pedestal inquebrantável* está associado a imagem de Badaró: liberdade e ciência. As duas ideias vinculam-se, portanto, a uma concepção de história como progresso e razão ligada aos ideais republicanos. Desta forma, os brasileiros precisam aprender com a história de vida de Badaró os ideais de liberdade.

O Regente Padre Diogo Antonio Feijó, por sua vez, aparece no contexto das Regências, entre o fim do Primeiro e o início do Segundo Reinado. Biografado por José Luiz Alves, Feijó se torna um dos regentes que governam o Brasil entre 1831 e 1840, à espera da maioria do filho mais velho de D. Pedro I. O biografado aparece como *anjo da paz*, como se fosse a salvação do Brasil: “[...] eis que de repente surge o Santelmo da bonança que qual Arcanjo da Paz portador do ramo de Oliveira

¹²⁸Cf. SILVEIRA, Argimiro da. Alguns apontamentos biográfico de Libero Badaró e crônica de seu assassinato, perpetrado na cidade de São Paulo, em 20 de novembro de 1830. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LIII. Ano: 1890, pág. 310.

¹²⁹Idem, pág. 314.

¹³⁰Adiante a biografia de Badaró também servirá para analisar a escrita biográfica do IHGB de acordo com a visão sobre a monarquia e a república.

¹³¹Cf. SILVEIRA, Argemiro da. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica de seu assassinato, perpetrado na cidade de São Paulo, em 20 de novembro de 1830. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LIII. Ano: 1890, pág. 313.

levantando-se da onda popular [...] para ser o depositário da Arca da Salvação Pública”

¹³² Os nacionais precisam aprender com Feijó a manutenção da paz nacional.

Primeiramente é visto o tom pacífico ligado à figura de Feijó, especialmente pelas suas ações que contribuíram para trazer momentos de paz ao Brasil. A *onda popular* se refere ao momento de conflitos que o país passou durante o período da regência, na qual a única chance de triunfo da paz estaria com um homem do povo. É importante destacar que o biografado aparece em íntima ligação com o povo de uma forma elogiosa. A lição que Feijó pôde deixar aos homens se refere às ações que levam a paz. Como homem do povo e que lutou em favor dele, a história de Feijó pode ensinar aos brasileiros que precisam fazer parte do mesmo conjunto, sem os distúrbios da rua. Como homem do povo, Feijó soube também controlar os distúrbios da rua, tão comuns no final do império e começo da república. Do mesmo modo que a biografia de Badaró, na escrita biográfica de Feijó há uma ligação com o povo que é próprio também do período republicano.

Já a biografia sobre Cristóvão Colombo, escrita por Antonio Zeferino Candido, está indiretamente ligada à história do Brasil, uma vez que é considerado o responsável pelo descobrimento da América, em 1492. Sendo navegador, não foi à toa que Colombo teve como principal virtude a de ser um grande *descobridor*: “[...] Colombo sempre, até a morte, testemunhou por este seu mentor espiritual, se deve afferir a natureza do grande descobridor. Tinha uma imaginação quente, impressionável em extremo [...]” ¹³³ Colombo é mais do que descobridor, isto é, é corajoso, destemido e determinado, e por isso acabou mudando a história europeia e a história da América. Devido a sua *imaginação quente*, que pode ser entendida como aventureira e curiosa, Colombo se tornava um *grande descobridor*. A biografia da vida de Colombo está mais associada há uma tentativa de inserir, mesmo que de forma breve, cada vez mais a história do Brasil a história da América, com o objetivo de integrar a nação brasileira ao mundo civilizado.

Avalio então que as biografias presentes na RIHGB entre os anos de 1889 e 1908 além de “sua função pedagógica de ferramenta própria para a avaliação dos

¹³²Cf. Alves, José Luiz. O Regente Padre Diogo Antonio Feijó. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da imediata proteção de S. M. I., o Sr. D. Pedro II. Parte: II. Tomo: LIV. Ano: 1891, pág. 141.

¹³³Cf. CANDIDO, Antonio Zeferino. Colombo. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, pág. 44.

conhecimentos dos alunos, [...] a informação biográfica deve também contribuir para ilustrar o gênio nacional em torno de certo número de figuras.”¹³⁴ A construção de um panteão nacional é obra dos biógrafos que se preocupam em selecionar alguns homens que foram essenciais para a nação, e a partir deles, seria possível extrair algum tipo de ensinamento. Sendo *herói da liberdade e ciência, anjo da paz* ou *grande descobridor*, o homem do passado era considerado exemplar na medida em que “reatava o passado ao futuro através da imagem do modelo a imitar.”¹³⁵ O biografado não deixava de ser objeto de imitação, exemplo e modelo de conduta para a vida dos brasileiros no presente, pois representava valores e ideias vinculadas a um determinado tipo de experiência, na passagem do império para república.

3.4.2 Homens de letras

Nesta seção será feita uma análise dos homens biografados a partir de uma característica em comum: homens de *letras*. As biografias a seguir são narrativas que se detém a contar a história de três homens que foram importantes para o mundo das *letras*: Joaquim Norberto de Sousa Silva (1893), Cônego Januário da Cunha Barbosa (1902) e Robert Southey (1903).¹³⁶

Joaquim Norberto de Souza Silva presidiu o IHGB entre os anos de 1886 e 1891, no momento de transição de regime político. Saía de cena o governo monárquico e entrava no jogo político a república com seus líderes. Escrita por Damasceno Vieira, a biografia tem como pretensão expor os principais momentos de Souza Silva à frente do Instituto. Como homem de *letras*, Souza Silva é observado a partir de sua capacidade de escrita e de seus *empreendimentos intelectuais*:

Fadado desde verdes annos às conquistas literarias, coração sempre repleto de poéticos arroubos, alma entuziastica por todos os empreendimentos intellectuaes que podem nobilitar uma nação, Joaquim Norberto preencheo a

¹³⁴Cf. DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Sousa – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pág. 85.

¹³⁵Cf. HARTOG, François. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo / François Hartog. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pág. 130.

¹³⁶Cônego Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos são considerados os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1838.

sua missão sobre a terra, espargindo em livros os fulgores da inspiração que o iluminava.¹³⁷

O biografado é caracterizado pelos seus *empreendimentos intelectuais*, principalmente devido à sua importância para a construção da história da nação ao longo do período que esteve na presidência do IHGB. Diferentemente dos anteriores, Souza Silva não é visto como herói, não participou de batalhas ou lutou contra algum inimigo, uma vez que o seu papel se centrou em *nobilitar uma nação*. Isto é, para que seja possível construir a nação brasileira é necessário um amplo estudo sobre o passado do Brasil. O passado se encontra sob escombros e desorganizado, somente com a pesquisa empírica e a utilização de métodos científicos seria possível dar sentido para o passado por meio da heroificação do letrado.

Souza Silva contribuiu de forma decisiva para a melhor compreensão sobre a história do Brasil, e assim conseguiu trazer *progresso* para a nação: “A morte o surpreendeu em meio de seus trabalhos literários, [...] no constante empenho de dar à pátria novos contingentes de progresso.”¹³⁸ Aqui fica claro o entendimento de *progresso*: a nação mais desenvolvida é aquela que tem a maior compreensão sobre o seu passado, uma condição para progredir, é ter consciência de si mesmo, de sua formação histórica.

O uso do termo *progresso* indica uma escolha do biografado. Ao usá-lo, o biógrafo concorda com um tipo de história observada de maneira linear e progressiva, entendida em um processo formativo, característico de uma experiência histórica moderna. A questão da escrita biográfica em interseção com as idéias de progresso não elimina a questão da imitação, ou seja, o cidadão é emulado a contribuir para o progresso da nação.

Por fim pode ser destacado que Souza Silva: “Morreo com a tranquilidade de um justo, porque deixou sobre a estrada da vida o grande exemplo de um trabalho incessante, [...] O venerando ancião legou à mocidade do paiz um grandiozo modelo, pela firmeza de character [...]”¹³⁹ Souza Silva se torna exemplo para os outros pelo seu

¹³⁷Cf. VIEIRA, Damasceno. Notícia sobre Joaquim Norberto de Souza Silva. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LVI. Ano: 1893, pág. 35.

¹³⁸Idem, pág. 38.

¹³⁹Idem.

trabalho como presidente do Instituto, em vista disso é possível observar o tratamento exemplar e modelar atribuído ao biografado. O mais importante é que ele *legou à mocidade do país* um modelo, ou seja, a partir das ações de Souza Silva no passado os homens poderão extrair algum ensinamento para o presente.

A próxima biografia a ser analisada se refere ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, escrita por Antonio da Cunha Barbosa. O biografado aparece como figura essencial na fundação do IHGB, sendo assim é necessária que haja uma narrativa de sua vida, dado que: “A carreira do Conego Januario ficará, sem duvida, como um exemplo a seguir, e as honras que lhe foram tributadas, como um alvo a conquistar.”¹⁴⁰

Cunha Barbosa é observado como *exemplo* para os homens que pretendem fazer o bem à nação brasileira, já que a partir de seus atos, os cidadãos brasileiros podem se espelhar e fazer o mesmo. Por ter fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cunha Barbosa era entendido como um homem preocupado com as *letras*, mas especialmente dedicado em construir a história da nação brasileira.

Considero então que a escrita biográfica presente no IHGB entre os anos de 1889 e 1908 tinha como objetivo ensinar a partir dos fatos do passado, até porque “nas homenagens que se tributam aos homens notáveis há profuzos ensinamentos [...] na verdade imperecível da história.”¹⁴¹ O que pode ser aprendido com o passado tende a durar em uma “luta contra a morte, representada pelo esquecimento, em um esforço semelhante ao da taxidermia moderna preocupada em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados”¹⁴² Ao escrever uma biografia, os sócios se esforçam para conseguir *vencer a morte* porque há a perspectiva de que aquilo passe adiante. Desta forma os biógrafos não escrevem apenas para o presente, e sim visando o futuro.

Como último representante do mundo das *letras* dessa análise, Robert Southey tem a sua biografia escrita por Oliveira Lima. O biografado escreveu a narrativa intitulada *História do Brasil* na década de 1810, por isso pôde ter sua história contada pela RIHGB. Como já dito, Southey é elogiado pela sua capacidade de escrita “[...]”

¹⁴⁰Cf. BARBOZA, Antonio da Cunha. Conego Januario da Cunha Barboza: Esboço Biobibliográfico por Antonio da Cunha Barboza do IHGB. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXV. Ano: 1902, pág. 279.

¹⁴¹Idem, pág. 329.

¹⁴²Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pág. 402.

derramando o excesso da sua extraordinária produção intelectual pela mais copiosa correspondência que um homem de letras há legado aos seus admiradores e a posteridade.”¹⁴³

O fato de ser um homem de *letras*, e por ter escrito uma das primeiras histórias do Brasil, é que contribuiu para Southey ser reconhecido pelos sócios do IHGB e lembrado pelas gerações futuras. Com a escrita do livro, Southey conseguiu marcar o nome dentre aqueles que colaboraram para a construção da história da nação brasileira. Estes três biografados, Joaquim Norberto de Souza Silva, Cônego Januário da Cunha Barbosa e Robert Southey só poderiam ser enaltecidos pela capacidade como homem de *letras*.

Até aqui me preocupei em mostrar qual o modelo de escrita histórica praticada pelos sócios-biógrafos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1889 e 1908. Passando pela análise das biografias ficou claro que o gênero biográfico praticava uma forma específica de escrita que combinava vários elementos, alguns novos e outros antigos. A partir daqui se dará a análise das biografias em relação à história do Instituto dentre 1889 e 1908, priorizando a temática *Monarquia – República – Nação* e o posicionamento de cada um dos sócios-biógrafos em observância à mudança de regime político.

3.5 A tríade *Monarquia – República – Nação* na escrita biográfica do IHGB

No período da república concernente a esta dissertação (1889-1908), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve quatro presidentes: Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891), presidindo de 1886 a 1891; Olegário Herculano de Aquino e Castro (1820-1906), presidindo de 1891 a 1906; João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º Marquês de Paranaguá (1821-1912), presidindo de 1906 a 1907; e José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912), presidindo de 1907 a 1912.¹⁴⁴

¹⁴³Cf. LIMA, Oliveira. Robert Southey. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838. Parte: II. Tomo: LXVIII. Ano: 1905, pág. 235.

¹⁴⁴Informação retirada da Dissertação de Mestrado de Hugo Hruby: Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007, pág. 15.

Levando em consideração as características desses presidentes, é possível apontar uma série de questões com relação aos dirigentes do IHGB. Primeiro, o sócio só se torna presidente depois de longos anos dedicados ao Instituto, mostrando que a *longevidade*, a *continuidade* e a *tradição* são parâmetros essenciais ao IHGB. Segundo, os dois últimos presidentes possuíam títulos nobiliárquicos (Marquês e Barão), representando grande ligação com a monarquia. Por último, apenas um dos quatro presidentes saiu do cargo antes de seu falecimento, enquanto os outros faleceram exercendo as atividades relativas ao Instituto.¹⁴⁵ Portanto, estes três fatores nos mostram que o IHGB pode ser encarado como uma instituição calcada na ideia de *continuidade* com a tradição, o que permite induzir o seu esforço ou mesmo dificuldade de reelaborar a tradição monárquica com a mudança de regime político.

3.5.1 Distanciamento na relação IHGB – República: a monarquia tratada como passado e a nova ordenação temporal

Tendo como base os estudos de Lucia Maria Paschoal Guimarães, que deu origem a obra *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, do ano de 2006, pretendo expor a situação do Instituto nos primeiros anos de governo republicano.

Assim que os republicanos chegaram ao poder observaram o Instituto como “uma herança típica do *ancien regime*. Tanto assim, que houve até quem cogitasse extingui-lo.”¹⁴⁶ Havia na instituição muitos homens que tinham participado ativamente do governo monárquico, até mesmo do alto escalão do império, como o Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete de D. Pedro II. No governo de Floriano Peixoto, o Rio de Janeiro foi acometido pela Revolta da Armada que contribuiu para a perseguição aos monarquistas. Havia, assim, um cenário desfavorável aos sócios do IHGB que até receavam pela continuidade das atividades da instituição.

¹⁴⁵Joaquim Norberto de Souza Silva só se tornou presidente com 66 anos, enquanto Olegário Herculano de Aquino e Castro com 71 anos, já João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Marquês de Paranaguá) com 85 anos e, por fim, José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) com 62 anos.

¹⁴⁶Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro. Editora do Museu da República, 2006, pág. 23.

Quando o governo republicano decidiu cortar grande parte da verba que o IHGB recebia do governo federal, a situação se agravou. Não era mais uma questão de revanchismo ou isolamento político. Com o corte, as finanças do Instituto foram gravemente afetadas, e a “diretoria se viu forçada a dispensar os servidores responsáveis pelo funcionamento da biblioteca e da secretaria, [...] A *Revista* [...] começou a sofrer sucessivos atrasos, apesar dos esforços da Comissão de Redação”¹⁴⁷ A falta de verba afetou profundamente o funcionamento do IHGB, comprometendo o andamento das sessões e a publicação regular da Revista. Se o quadro não mudasse rapidamente, o Instituto poderia encerrar suas atividades.

Buscando sair deste momento de crise, Olegário Herculano de Aquino e Castro, na época presidente do IHGB, decidiu junto com a Mesa Diretora criar uma nova categoria de associado: os beneméritos. Indo contra as tradições da instituição, mas solucionando, temporariamente, os problemas financeiros, o presidente criou esta nova modalidade para alocar no quadro dos sócios aqueles indivíduos que tinham grande poderio financeiro. Foi acolhido no IHGB um grupo que não:

[...] frequentava os círculos intelectuais, mas devia transitar com desenvoltura pelos meios financeiros do país, pois no ato de admissão assumiam o compromisso de fazer um donativo ao grêmio de um mínimo de 2:000\$000 (dois contos de réis).¹⁴⁸

Sem a comprovação da chamada *suficiência literária*, o novo sócio entraria no Instituto por uma questão de prestígio. Com o fim da monarquia muitos homens que não pertenciam a aristocracia durante o governo de D. Pedro II estavam em busca de status, como donos de indústrias e empresários bem sucedidos. Apesar da pequena melhora nas finanças, a instituição ainda não tinha se recuperado totalmente.

Hugo Hruby em sua dissertação – *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*, de 2007, aprofunda os estudos de Lucia Maria Paschoal Guimarães no período supracitado dando maior ênfase ao estudo da escrita da história do Brasil. Hruby se apóia no período inicial do regime republicano dedicando parte do trabalho ao momento histórico do IHGB e a relação com o novo governo.

¹⁴⁷Idem, pág. 24.

¹⁴⁸Idem, pág. 25.

Concordando com os argumentos de Paschoal Guimarães, Hruby disserta que a recepção do governo republicano ao IHGB não parece ter sido positiva. O Instituto possuía estreita relação com aquela monarquia que se construiu e fortificou ao longo de todo o século XIX, pautada especialmente na participação do imperador D. Pedro II nas sessões. Logo não é difícil pensar que a república observava o IHGB em plena sintonia com o governo monárquico, isto é, como uma *morada de monarquistas*. Além de exercer suas atividades no Paço Imperial também estavam presentes vários sócios que tinham exercido altos cargos durante a monarquia.¹⁴⁹

Desta maneira o IHGB se esforçava “para mostrar que o que lá se fazia era necessário para o progresso do país, para uma maior visibilidade do Brasil no concerto das Nações e, oportunamente, para um novo governo que buscava se firmar”¹⁵⁰ Nos primeiros anos da república, o IHGB passou a se esforçar para dissociar sua imagem do regime monárquico numa tentativa de iniciar contatos com o novo governo. Segundo Hruby, o Instituto queria passar a imagem de um local “neutro, calmo e silencioso que não se confundia com as tumultuadas disputas que estavam ocorrendo ‘lá fora’”¹⁵¹ O discurso oficial do IHGB após 1889 reforça o objetivo de estudar o passado da nação brasileira almejando construir a história do Brasil.

No pensamento de alguns sócios, a postura *neutra* com relação aos acontecimentos políticos seria vital para que houvesse o início de uma relação com o novo governo. Como já dito anteriormente, a posição de *neutralidade* do IHGB com relação aos acontecimentos políticos das décadas de 1880 e 1890 visava a perspectiva de aproximação com o novo regime, porém, diante da negativa, o Instituto buscou funcionar normalmente em meio à agitação política do período.

Entretanto, já no início da década de 1890, a instituição começou a passar por graves problemas financeiros, na medida em que: “ignorado por uns e desprezado por outros, não teve seus apelos atendidos. Para os anos de 1892 e 1893 os subsídios do governo ao IHGB foram reduzidos a metade pelo Congresso Nacional”¹⁵² O IHGB,

¹⁴⁹Construção localizada no centro do Rio de Janeiro que chegou a ser a casa de despachos de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II.

¹⁵⁰Cf. HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007, pág. 141.

¹⁵¹Idem, pág. 36.

¹⁵²Idem, pág. 42.

antes tão importante para o governo, parece agora ser uma arcaica instituição sem muita serventia.

Francisco Gouvea de Sousa, na tese intitulada *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*, de 2012, focaliza a relação entre o novo governo e os sócios do Instituto utilizando a cidade do Rio de Janeiro como base de suas explicações. Continuando a argumentação de Paschoal Guimarães e Hruby, Francisco Gouvea de Sousa ressalta que a maior preocupação dos sócios se dava com a “continuidade ou não do auxílio do Estado às atividades do Instituto”¹⁵³ Para que o IHGB continuasse normalmente suas atividades era necessário algum tipo de aditivo financeiro que deveria vir do novo governo.

Nesse momento de indefinição, os sócios do Instituto se esforçavam para continuar sua produção. Ao longo deste período (1889 a 1894), cada vez mais a monarquia passou a ser percebida como passado e a república como presente, porém “presente este visto com suspeita e, por vezes, desgosto – o que se manifestava nas sessões, especialmente ao longo da Revolta da Armada, que interrompera o funcionamento regular do IHGB”¹⁵⁴ Com isso, alguns sócios começaram a olhar para trás tentando retomar o passado monárquico em pleno presente republicano.

Portanto, o IHGB tentou se equilibrar entre a manutenção da tradição monárquica e os novos tempos republicanos. A tarefa de ajustar o passado de sucessos, a novidade no presente e a incerteza do futuro era tarefa difícil para os sócios do Instituto. Os sócios precisariam ajustar os novos tempos à história da nação brasileira, entretanto isso pode ser visto de diferentes formas dentro do IHGB. Tristão de Alencar Araripe tentou ordenar o passado do Brasil de acordo com ideais republicanos, já Oliveira Lima busca organizar o tempo de acordo com ideias monárquicas.

Era preciso “retornar o passado colonial, considerar as glórias do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano”¹⁵⁵ Tudo isso para tentar inventar uma nova tradição política republicana para a história do Brasil. Como na época da fundação

¹⁵³Cf. SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)* / Francisco Gouveia de Sousa; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Francisco, pág. 62.

¹⁵⁴Idem, pág. 77.

¹⁵⁵Cf. GOMES. Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*, Argvmentvm, 2009, pág. 30-31.

do IHGB, os sócios teriam que articular o período colonial, imperial e republicano em uma sequência lógica, organizada e racional, mas não sem disputas e tensões.

Para exemplificar o que está sendo dito, na biografia sobre o Regente Feijó, de 1891, ano da morte de D. Pedro II, o biógrafo José Luiz Alves pratica uma série de elogios ao império do Brasil, especialmente ao Segundo Reinado. Na escrita biográfica há a ideia de que a monarquia precisa ser engrandecida: “[...] cheio de entusiasmo solta de seus lábios o grito da Independência ou Morte no dia 7 de Setembro de 1822 transformando o vasto mundo de Cabral de Colônia Lusitânia no grande Império do Brasil [...]”¹⁵⁶ O *grande Império do Brasil* representa a mudança de uma simples colônia de Portugal para uma respeitável nação.

Para reforçar ainda mais a imagem da monarquia brasileira, o biógrafo constrói a relação *antigo* versus *progresso*, para explicar a relação entre Portugal e Brasil: “[...] por Ella (constituição portuguesa) offender gravemente os direitos do Brasil que já marchava a passos acelerados na vanguarda da civilização e do progresso e impossível era retroceder ao antigo jugo colonial”¹⁵⁷ Aqui o Brasil aparece *marchando* em direção ao *progresso*, representado pelo futuro governo monárquico. Enquanto o *antigo* representa a monarquia portuguesa, aquela que ainda mantinha algumas nações sob seu domínio. Os dois trechos mostram o governo monárquico é percebido como parte essencial do progresso da nação brasileira.

Em 1891, escrever uma biografia que ressalta o papel de D. Pedro II durante o regime monárquico é tratar o passado como *passado*, ou seja, criar uma nova continuidade, uma reescrita da história. Entre 1889 e 1894, o tempo aparece aberto entre uma série de possibilidades “seja para republicanos, seja para monarquistas, marcando um momento de intensos debates e apreensões. A rearticulação entre passado, presente e futuro se daria por diversos caminhos [...]”¹⁵⁸

Até a eleição de um presidente civil, o Brasil passa por momentos conturbados que assinalam o período de transição entre o regime monárquico e o republicano. O

¹⁵⁶Cf. ALVES, José Luiz. O Regente Padre Diogo Antonio Feijó. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da imediata proteção de S. M. I., o Sr. D. Pedro II. Parte: II. Tomo: LIV. Ano: 1891, pág. 132.

¹⁵⁷Idem, pág.135.

¹⁵⁸Cf. SOUSA, Francisco Gouveia de. Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900) / Francisco Gouveia de Sousa; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pág. 31.

IHGB se insere nesse período de instabilidade política perdendo prestígio perante o governo, e ainda se vê fragilizado financeiramente tendo sua continuidade em risco. Daqui para frente será mostrado que o Instituto passará por um novo momento.

3.5.2 Aproximações na relação IHGB – República: um novo horizonte temporal

O início da recuperação do IHGB está localizado no ano de 1894 com a eleição de Prudente de Moraes para presidente do Brasil. Tendo se aproximado bastante do IHGB, ele foi eleito presidente de honra da corporação e retribuiu a boa recepção indo à sessão magna de dezembro de 1894.

Segundo Paschoal Guimarães, devido a boa relação inicial entre o governo de Prudente de Moraes e o IHGB, em 1896, as autoridades republicanas aumentaram o subsídio dado a instituição, uma vez que “há registro de que a subvenção dos cofres públicos se elevava para a quantia de 12:000\$000 (doze contos de reis). A importância [...] aproximava-se ao valor do último subsídio concedido por d. Pedro II.”¹⁵⁹ A partir de meados da década de 1890, o IHGB começa a se recuperar financeiramente prosseguindo com as sessões e a publicação da Revista.

De acordo com Hruby, a aproximação maior entre a instituição e o novo governo pode ser percebida também na “nomeação do presidente do Instituto, Olegário Herculano de Aquino e Castro, como Presidente do Supremo Tribunal Federal e a concessão de um aumento de 100% no subsídio governamental ao Instituto”¹⁶⁰ O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia sido nomeado Presidente do Supremo Tribunal Federal, um dos cargos mais altos da esfera republicana, além disso, dobrou o auxílio dado ao governo para o Instituto provando que o passar dos anos serviria para aproximar cada vez mais a república ao IHGB.

Assim como Paschoal Guimarães e Hruby, Sousa ressalta também a aproximação com o novo regime. Contudo, de acordo com o autor, essa ligação se deu com a entrada de vários indivíduos que faziam parte do corpo político republicano: “A

¹⁵⁹Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro. Editora do Museu da República, 2006, pág. 29.

¹⁶⁰Cf. HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007, pág. 45.

aproximação ao atual regime se dava, também, pela inclusão em seus quadros de um vasto número de servidores da República. [...] por exemplo os sócios Manuel de Oliveira Lima e Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (diplomatas) [...]”¹⁶¹ Oliveira Lima e Nabuco de Araújo representam indivíduos que eram servidores do governo republicano e entraram no Instituto a partir de 1894.

O novo momento histórico acarretou em mudanças também na escrita biográfica dos sócios do IHGB. Na biografia sobre os *Três beneméritos da República* (Floriano, Deodoro e Constant), escrita por Tristão de Alencar Araripe, em 1897, estão presentes muitos ideais republicanos.¹⁶² A república só pode ser considerada positiva se estiver associada ao seu caráter de *progresso*: “A instituição republicana em nossa terra natal foi inquestionavelmente assinalado progresso, que nos deve conduzir o auge da grandeza.”¹⁶³

Para o biógrafo, república significa *progresso e civilização*, e depois de 389 anos, finalmente chegou ao Brasil. Com o regime republicano o país estaria mais próximo da civilização europeia, isto é, a partir de 1889 caminhará de forma progressiva ao futuro. Além disso, a nação é uma entidade que pertence ao passado republicano, e não mais ao passado monárquico:

Confrontados pois os factos históricos da nossa terra, vemos que o espirito republicano por actos de indisputável energia e vigor surgiu sob os reis portuguezes da antiga metrópole em 1710 e 1789; surgiu sob o rei portuguez residente no Brasil em 1817; surgiu sob o primeiro imperador em 1824; surgiu enfim sob o segundo imperante em 1835, 1837 e 1848. Sendo pois assim, como negar no coração da Patria o sentimento íntimo da liberdade na aspiração republicana?¹⁶⁴

É possível provar que a nação tem origem republicana por uma série de eventos do passado que contribuíram para formá-la, segundo Araripe. Os *eventos republicanos* de 1710, 1789, 1817, 1824, 1835, 1837 e 1848 não podem passar despercebidos na história da nação brasileira. Todos apontam para o caminho da nação em comunhão à

¹⁶¹Idem, pág. 51.

¹⁶²Tristão de Alencar Araripe era um republicano convicto, por isso teve muitos adversários dentro do IHGB.

¹⁶³Cf. ARARIPE, Alencar. *Três Cidadãos Beneméritos da República*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: I. Tomo: LX. Ano: 1897, pág. 385.

¹⁶⁴Idem, pág. 389.

república. De acordo com Araripe, a *aspiração republicana* está presente no povo brasileiro. Ele rejeita o passado imperial procurando reorganizar a história da nação brasileira segundo ideais republicanos.

Segundo Hruby “tínhamos um passado disperso que explicava o presente irreversível. Tínhamos o presente uno que Araripe ancorava solidamente no passado fragmentado das províncias e que apontava o futuro promissor [...]”¹⁶⁵ O autor percebe que Araripe torna sólido o que era fragmentado com o objetivo de criar um *passado republicano*, e conseqüentemente, uma *nação republicana*.

Como o presente aparecia como irreversível, segundo a marcha do progresso, o futuro aparece como esperançoso para a nova república. De acordo com Araripe a monarquia fica no passado e a república caminha para o futuro. Como contraponto, nesta dissertação está sendo observado, como será mostrado no último capítulo, que a nação pode estar de acordo com a monarquia (Oliveira Lima) ou relacionada a república (Araripe).¹⁶⁶

Toda esta argumentação que mostrou a nação sendo percebida de diferentes pontos de vista só corrobora a ideia de que não há um tipo de *escrita do IHGB*, isto é, algo que esteja cristalizado, caracterizando todos os sócios da Instituição. O fato de algumas biografias exaltarem a monarquia enquanto outras lançam as glórias à república serve para estruturar a diversidade de ideias presentes: “[...] se é incorreta caracterizar os discursos do Instituto como, majoritariamente, de contrários ao novo regime, também não se pode afirmar como sendo, em sua maioria, de favoráveis.”¹⁶⁷

A existência de opiniões diversas entre os sócios é característica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde os seus momentos iniciais, como mostra o papel da Comissão de Avaliação que censurava alguns trabalhos para não demonstrar o debate de ideias e a tensão entre os sócios.

¹⁶⁵Cf. HRUBY, Hugo. O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). / Hugo Hruby. – Porto Alegre, 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Orientação: Prof. Dr. Charles Monteiro, pág. 255.

¹⁶⁶Para mais informações sobre a relação entre nação e república, ver “CATROGA, Fernando – O Republicanismo Português (Cultura, história e política). Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA – Porto, III, Série, vol. 11, 2010, pp. 95-119.”

¹⁶⁷Cf. HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007, pág. 77.

Por último, destaco a narrativa histórica sobre o Conde de Nassau (1908), escrita pelo Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa. Esta narrativa mostra alguma mudança em curso na sessão das biografias da RIHGB. O primeiro sopro de desconfiança se deu com o próprio título da biografia: *Reabilitação histórica do Conde de Nassau*. É a única narrativa, dentre as sete já mencionadas, que tem como pretensão reescrever a vida do biografado.

Pereira da Costa achou necessário voltar ao passado para recontar a vida de Nassau. Mas por que havia essa necessidade? Pode estar ligada ao fato de que o conhecimento histórico passou por avanços ao longo do século XIX e início do XX, e a partir disso foi possível reescrever a história sobre o mesmo homem, no entanto observada sob outro ponto de vista.¹⁶⁸ Também considero que a reescrita da história passa pela necessidade de reordenar o tempo, assim como tentou Oliveira Lima no seu livro sobre D. João VI. O próximo capítulo estará baseado em analisar o sentimento de desilusão presente em Oliveira Lima e a ideia de reescrita da história.

¹⁶⁸A biografia de Oliveira Lima sobre a vida de D. João VI no Brasil também se trata de uma *reabilitação histórica*, uma vez que o autor empreendeu uma vasta pesquisa ao longo de uma série de arquivos tanto nacionais, quanto internacionais. Mas isso será visto no terceiro capítulo.

4. A reescrita da história: a modernidade monárquica na escrita de Oliveira Lima

“Admitiu, então, como futuro possível, a restauração do regime monárquico entre nós, embora sem se tornar militante de causa tão arrojada: era por demais consciencioso e até escrupuloso em suas normas de conduta, para, diplomata de carreira, agir contra o regime em vigor: ou desservi-lo.”

Gilberto Freyre, 1970

O terceiro capítulo desta dissertação possui como objetivo analisar a obra *D. João VI no Brasil* (1908) a partir de uma perspectiva de reescrita da história. A reescrita, no caso, se dá pela reconstrução da figura de um indivíduo que foi primordial para a história do Brasil, transformando a colônia portuguesa em nação. Como já fora tratado no primeiro capítulo, Oliveira Lima procura reescrever a história do período da família real portuguesa no Brasil se opondo à visão pessimista de Oliveira Martins.

O autor empreende um tipo de escrita que visa recontar a história de D. João VI no Brasil por meio de um ponto de vista positivo. Em 1889, a república é instalada no Brasil deixando o então republicano Oliveira Lima esperançoso de tempos melhores para o país. Os sucessivos governos militares e, posteriormente, o pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que se revezavam na presidência contribuíram para causar um sentimento de desilusão no autor. Parecia que o passado, o presente e o futuro de Oliveira Lima não estavam em ordem. Na década de 1900, Oliveira Lima começa a sair da condição de desiludido e acaba se aproximando cada vez mais das ideias monárquicas.

Para pensar o livro como uma reescrita da história, farei uso de um conceito que será essencial para pensar a obra de Oliveira Lima: a chamada *matriz disciplinar*. O historiador alemão Jörn Rüsen apresenta a *matriz disciplinar* como “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinante da ciência da história como disciplina especializada.”¹⁶⁹ O essencial é pensar a *matriz disciplinar* como um conceito que identifica a história como uma ciência com métodos próprios¹⁷⁰, contudo ressalto que é apenas uma orientação metodológica visto que essa “disciplina especializada” ainda é problemática para o momento de Oliveira Lima.

Rüsen considera que a *matriz disciplinar* “permite esclarecer que, por que e como a história tem de ser reescrita a cada vez que as condições de vida dos homens a que se refere tenham sofrido mudanças.”¹⁷¹ A partir da mudança na condição de vida do homem, a história precisará ser reescrita, pois o passado será analisado a partir de um novo ponto de vista. Como exemplo, cito o quadro dos biografados no IHGB que se alterou entre as décadas de 1880 e 1890. Com a mudança de monarquia para república, muitos indivíduos que não eram ligados a monarquia ou até opositores ao regime começaram a ter as suas histórias contadas.¹⁷²

A *matriz disciplinar* também tem como uma de suas características que “toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmo e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo.”¹⁷³ A narrativa histórica, então, serve de apoio para o indivíduo conseguir manter o passado, presente e o futuro em ordem. A partir de uma ruptura/mudança no presente, a narrativa se apresenta como um meio de elaboração de sentido para aquele que estiver realizando a obra historiográfica.

¹⁶⁹ Cf. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010, pág. 29.

¹⁷⁰ A ideia da *matriz disciplinar* é uma ideia utilizada por Rüsen, porém foi extraída dos estudos do filósofo Thomas Kuhn. Informação retirada da nota de rodapé nº 5, da página 24, do livro *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*, de Jörn Rüsen.

¹⁷¹ Cf. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010, pág. 37.

¹⁷² Por mais detalhes, voltar ao segundo capítulo que trata sobre a escrita biográfica no IHGB.

¹⁷³ Cf. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010, pág. 66.

Além de permitir pensar a obra, o conceito de *matriz disciplinar* ajudará a refletir sobre a desilusão de Oliveira Lima com a república. Dentro da *matriz* há cinco fatores distintos e relacionados entre si: o primeiro fator – os *interesses* (*carências de orientação no tempo*), o segundo fator – as *ideias* (*perspectivas orientadoras da experiência do passado*), o terceiro fator – os *métodos* (*regras da pesquisa empírica*), o quarto fator – as *formas* (*de apresentação*) e o quinto fator – as *funções* (*de orientação existencial*).

Sobre o primeiro fator da *matriz disciplinar*, Rüsen elucida que se trata dos *interesses* “que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, [...] e é formado, por conseguinte, pelas carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo [...].”¹⁷⁴ Os *interesses* se formam a partir das carências de orientação que acontecem na vida de um indivíduo.

Em relação ao segundo fator, Rüsen considera que as *ideias* “organizam a interpretação que os homens têm de dar, de si mesmos e do mundo, ao quererem agir (ou modificar esse mundo). [...] Tais ideias são os fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento histórico.”¹⁷⁵ As *ideias* funcionam como um impulso que retiram o indivíduo do estado de carência de orientação no tempo para a formação de uma interpretação própria do passado. A partir disso, o indivíduo terá em vista a construção de uma narrativa histórica.

A relação entre os *interesses* e as *ideias* do indivíduo pode ser situada nos *métodos* utilizados pelo autor para a escrita da narrativa histórica. De acordo com Rüsen, o terceiro fator – os *métodos* – são regras da pesquisa empírica que tornam a escrita da história “científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico.”¹⁷⁶ Os *métodos* são essenciais para a pesquisa porque alteram o quadro anterior: enquanto os *interesses* e as *ideias* movem o indivíduo a partir das experiências tidas na vida prática, os *métodos* irão

¹⁷⁴ Cf. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010, pág. 30.

¹⁷⁵ Idem, pág. 32.

¹⁷⁶ Idem, pág. 33.

aproximar a escrita da história de uma forma regulada de reflexão sobre o passado. Etapas e procedimentos terão que ser seguidos, a partir do terceiro fator.

Segundo Rüsen, após os *interesses*, as *ideias* e os *métodos*, o historiador busca construir a narrativa histórica “para a qual as formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa. Nessas formas de apresentação [...] desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico [...]”¹⁷⁷ O quarto fator da *matriz disciplinar* – as *formas (de apresentação)* – são fundamentais para o conhecimento histórico, pois se configura como o resultado de todo o processo anterior. É necessário deixar claro que a divisão proposta por Rüsen é analítica, ou seja, os fatores da *matriz disciplinar* podem acontecer, em parte, ao mesmo tempo.

O quinto fator da *matriz disciplinar* está relacionado àquilo que o indivíduo realizará em sua vida prática, “pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico [...] então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função.”¹⁷⁸ As *funções (de orientação existencial)* aparecem como consequência daquilo que o indivíduo realizou até concluir a narrativa. A *matriz disciplinar* pode ser entendida de forma cíclica: a partir das carências de orientação temporal surgem os *interesses* e, aliado a isso, as *ideias* vão nortear o pensamento do indivíduo descobrindo os *métodos* que serão importantes para a investigação empírica. Com isso, a pesquisa terá *formas* de se apresentar como uma narrativa histórica, e, finalmente, todo o processo anterior resultará em novas *funções* de orientação existencial na vida prática humana. A *matriz disciplinar* apresentada por Jörn Rüsen tem como objetivo descrever como se dá a elaboração de novas orientações no tempo.

4.1 Oliveira Lima: primeiramente um desiludido e, posteriormente, um monarquista

¹⁷⁷ Idem, pág. 33.

¹⁷⁸ Cf. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º reimpressão, 2010, pág. 34.

Intelectual formado em um ambiente de crítica a monarquia se torna um defensor ferrenho da república como regime de governo: este é o jovem Oliveira Lima. Após a experiência em Portugal, retorna ao Brasil em 1890 com muita expectativa a respeito do regime de governo implantado no ano anterior. Para Oliveira Lima, o Brasil dava um passo rumo ao progresso e ao mundo civilizado. Após os eventos ocorridos entre as décadas de 1890 e 1900, o historiador-diplomata se desilude com o governo republicano do Brasil.

Além do momento político, alguns elementos da vida de Oliveira Lima cooperaram para a desilusão e a aproximação às ideias monarquistas: as rugas com Barão do Rio Branco, a experiência em países de monarquia consolidada e as pesquisas que envolveram a escrita da biografia sobre D. João VI. Para construir a trajetória de Oliveira Lima rumo à desilusão e a aproximação aos monarquistas, três autores serão fundamentais: Paulo Roberto de Almeida, Gilberto Freyre e Teresa Malatian. Com estes autores, será possível apontar elementos da trajetória de vida de Oliveira Lima que colaboraram para o crescente sentimento de desilusão.

Após se formar no Curso Superior de Letras, em Lisboa, Oliveira Lima volta ao Brasil com o objetivo de conseguir contatos para ingressar no quadro diplomático republicano. Neste momento, Rio Branco se encontra em um patamar muito mais alto na carreira, já como Ministro das Relações Exteriores, enquanto Oliveira Lima é apenas aspirante a um cargo na diplomacia brasileira. Apesar da diferença, os dois intelectuais possuem um interesse em comum: a escrita da história. É interessante ressaltar que, na época, não havia o historiador como aquele que investiga e escreve sobre o passado histórico, pois na verdade o que existe é a figura do intelectual como “ator político do campo da cultura, tratado como um personagem integrado a redes de sociabilidades diversas [...]”¹⁷⁹ A história como campo acadêmico não estava bem segmentado de outras áreas, por isso uma série de intelectuais se dedicou a escrever livros de cunho histórico.¹⁸⁰ Oliveira Lima e Rio Branco são dois exemplos de intelectuais que se dedicavam a obras históricas.

¹⁷⁹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Argumentvm, 2009, pág. 26.

¹⁸⁰ Oliveira Lima é um exemplo disso, pois havia se formado em um curso de Letras, trabalhava como jornalista, ingressou na diplomacia e escrevia obras históricas.

No artigo intitulado *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes*¹⁸¹, o diplomata e sociólogo Paulo Roberto de Almeida disserta sobre os diversos momentos da vida dos dois intelectuais tendo como referência os momentos de aproximação e afastamento. Sobre o início da amizade entre os dois, Paulo Roberto de Almeida afirma:

Os primeiros contatos entre Oliveira Lima e Rio Branco se dão no contexto das pesquisas e investigações históricas empreendidas por Paranhos. [...] Como relatado por Fernando da Cruz Gouvêa, coube a seu cunhado, o diplomata Araújo Beltrão, lotado em Lisboa, fazer as respectivas apresentações. [...] A primeira carta de Oliveira Lima ao Barão guardada nos arquivos do Itamaraty, tratando dessas pesquisas está datada de 11 de setembro de 1889, e pouco depois Lima acusava recebimento da brochura *Le Brésil em 1889*, que o Barão tinha feito para a Exposição de Paris.¹⁸²

Na década de 1880, um jovem Oliveira Lima aspirante à carreira de diplomata entrava em contato com um nobre do império, figura importante da diplomacia brasileira. Na época, o Barão do Rio Branco precisava de informações lotadas de um arquivo em Lisboa, e como Oliveira Lima ainda estava cursando Letras na cidade portuguesa, os dois puderam estabelecer os primeiros contatos. Para Oliveira Lima, a aproximação a Rio Branco significou uma relação que seria bastante proveitosa pelos contatos do Barão no meio diplomático brasileiro, já para o Barão a aproximação constituía uma forma de continuar os seus estudos sem sair do local de trabalho.¹⁸³ Inicialmente, a aproximação entre os dois estudiosos se fez de forma amistosa, principalmente pelos interesses profissionais.

No ano de 1901, Oliveira Lima publica a obra *O reconhecimento do Império*, na qual critica a postura diplomática adotada pelo imperador D. Pedro I e pelos políticos

¹⁸¹ Ensaio preparado para o Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil” (IRBr: 28-29.08.02), no quadro das comemorações do Primeiro Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores.

¹⁸² Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes*. Ensaio preparado para o Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil” (IRBr: 28-29.08.02), no quadro das comemorações do Primeiro Centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. Washington, 935: 15 de agosto de 2002, pág. 5.

¹⁸³ Em 1889, o Barão do Rio Branco era Cônsul Geral em Liverpool.

brasileiros na década de 1820.¹⁸⁴ Para o autor, a independência e o reconhecimento da independência por Portugal só foi possível porque o Brasil assumiu uma dívida grande que os portugueses possuíam com a Inglaterra. Em seu primeiro estudo diplomático, Oliveira Lima criticava a incipiente diplomacia brasileira por ter comprado a independência do país. A partir desse estudo, as *ideias* do autor levarão a uma visão crítica a respeito das ações dos diplomatas brasileiros.

Em 1901, Oliveira Lima foi nomeado à Legação do Brasil em Tóquio permanecendo por três anos. Esta nomeação pode ser considerada uma promoção na carreira, visto que Oliveira Lima tinha o objetivo de iniciar contatos com o país asiático pretendendo uma futura política de imigração para o Brasil. Após este período, o historiador-diplomata pensava que seria designado a algum cargo da diplomacia brasileira na Europa. Já ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco “dirige um telegrama a Oliveira Lima afirmando que no interesse do Brasil convinha que viesse com a máxima urgência assumir seu novo cargo no Peru.”¹⁸⁵ Em 1904, o ministro nomeia Oliveira Lima para a Legação do Brasil em Lima, porém o autor da biografia sobre D. João VI não parece satisfeito com tal decisão.

O Barão pretendia “usar do conhecimento e habilidade de Oliveira Lima [...] uma vez que o Peru representava um fator adicional de complicação na resolução da difícil questão do Acre [...]”¹⁸⁶. A atuação do Barão como ministro das Relações Exteriores durante dez anos esteve baseada em consolidar a fronteira brasileira, principalmente nas questões que envolviam disputas territoriais no norte e no sul do Brasil. Embora a intenção do Ministro fosse se cercar de diplomatas capazes de resolver estas questões, Oliveira Lima não concordou com a escolha.

De janeiro a agosto de 1904, o diplomata brasileiro não respondeu aos pedidos do Ministro mostrando que rejeitava o cargo oferecido. Diante da negativa, Rio Branco não entrou mais em contato, o que ocasionou um momento férias forçadas para Oliveira

¹⁸⁴ Em *O reconhecimento do Império*, Oliveira Lima iniciou os estudos que originaram a pesquisa sobre o tempo da Família Real Portuguesa no Brasil como ficou na figura de D. João VI. De certa forma, o livro de 1908 é um prolongamento destes estudos iniciais.

¹⁸⁵ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes. Ensaio preparado para o Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil” (IRBr: 28-29.08.02), no quadro das comemorações do Primeiro Centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. Washington, 935: 15 de agosto de 2002, pág. 13.

¹⁸⁶ Idem, pág. 14.

Lima. No mesmo ano, o Ministro removeu o diplomata como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Venezuela, todavia, mais uma vez, Oliveira Lima não demonstrava satisfação com o cargo que lhe era oferecido. Somente em 1905 ele assumiu o cargo na Venezuela.

De acordo com Almeida, durante os dois anos fora da diplomacia, Oliveira Lima não permaneceu inativo:

Ele aproveitou os tempos [...] para avançar em suas pesquisas sobre o período joanino, deixando as ante-salas da Secretaria do Estado para instalar-se na sala de leitura da Biblioteca Nacional. [...] ¹⁸⁷ Logo no desembarcar no Rio de Janeiro aceitou um convite para escrever no *Correio da Manhã* uma série de artigos sobre a reformulação da carreira diplomática [...]. ¹⁸⁸

O historiador-diplomata utilizou o período sem afazeres na diplomacia para dar início à pesquisa e a escrita do livro. Nesse momento, Oliveira Lima acumula rugas com o Barão do Rio Branco. Então o cenário inicial da escrita da obra sobre D. João VI é de ressentimentos por parte de Oliveira Lima. O afastamento entre os dois intelectuais contribuiu para o crescente sentimento de desilusão, o que acarretava numa decepção também com as ações dos governos republicanos. Apesar de inserido no regime, Oliveira Lima começou a se colocar como um crítico do *status quo*.

Nestes dois anos, Oliveira Lima voltou a escrever artigos para periódicos, como fazia no início da carreira, mas tendo como foco criticar a atuação da diplomacia brasileira. Movido por ressentimentos com o Barão do Rio Branco, Oliveira Lima propunha novos redirecionamentos para as relações diplomáticas do Brasil, sobretudo com relação aos Estados Unidos.¹⁸⁹

Com críticas públicas à atuação da diplomacia, Oliveira Lima passou a ser observado como um traidor aos interesses da república, já que, na época, o Barão do Rio Branco negociava com diversos países sul-americanos a estabilização das fronteiras nacionais. Cada vez mais se consolidava a imagem de Oliveira Lima como um

¹⁸⁷ Idem, pág. 11.

¹⁸⁸ Idem, pág. 17.

¹⁸⁹ Oliveira Lima pensava que a diplomacia brasileira sob orientação do Barão do Rio Branco se apegava aos Estados Unidos. O biógrafo de D. João VI desejava que a relação entre os dois países fosse mais equilibrada e menos unilateral.

dissidente do regime republicano, e posteriormente, como um intelectual ligado aos monarquistas.

A experiência vivida contribuiu para que ele formulasse *ideias* positivas sobre a monarquia brasileira. O Oliveira Lima desiludido se tornará um crítico da república tendo como consequência a aproximação à ideias monárquicas. Para compreender um Oliveira Lima que critica a república e começa a sonhar com o retorno da monarquia, Gilberto Freyre se mostra fundamental. No livro biográfico *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*, o sociólogo, antropólogo e historiador brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) apresenta um Oliveira Lima sonhador, polêmico e contraditório. A partir do convívio nas décadas de 1910 e 1920, Freyre escreveu um livro rememorando os anos de convivência com Oliveira Lima.

Segundo Freyre, os contatos de Oliveira Lima “como diplomata [...] com a Inglaterra, com a Alemanha, com a Suécia e com o Japão, [...]”¹⁹⁰ contribuíram para o reconhecimento da superioridade da monarquia sobre a república. A experiência de Oliveira Lima como diplomata contribuiu para a mudança no pensamento: antes republicano, entre as décadas de 1880 e meados de 1890, e depois monarquista, final da década de 1890 e década de 1900. Os estudos históricos, os contatos e a vivência nestes países propiciaram a gradativa mudança na convicção política de Oliveira Lima. As *ideias* cada vez mais atreladas a monarquia passaram a orientar Oliveira Lima, a partir de suas experiências.

Com a utilização dos métodos na pesquisa empírica, Oliveira Lima percebe que sem a presença do monarca português seria impossível manter o regime político e a união territorial, caso o Brasil se tornasse independente. Ao comparar o passado com o presente, Oliveira Lima faz uma análise histórica considerando o seguinte ponto: a estabilidade monárquica em contraposição à instabilidade republicana. Por isso o sistema de governo monárquico surge como solução para os problemas enfrentados pelo Brasil. Como Oliveira Lima chega a esta conclusão? O autor entrou em contato com fontes, principalmente do exterior, que poucos historiadores tinham analisado. O contato com novas fontes do passado permitiu a elaboração de novas respostas no presente.

¹⁹⁰ Cf. FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, pág. 119.

A construção de uma *forma (de apresentação)* por Oliveira Lima em 1908 é fruto das vivências, dos *interesses*, das *ideias*, das experiências e dos *métodos*. A desilusão que surgiu ao longo da década de 1890 resultou em uma obra que exaltava a monarquia. A caminhada de Oliveira Lima se iniciou com a carência de orientação no tempo, depois o interesse na escrita de uma narrativa, utilizando ideias e métodos científicos, que então configuravam uma cientificidade histórica, com o objetivo de expor de forma narrativa todo o trabalho realizado. Segundo Freyre, o livro biográfico sobre o monarca é essencial para que Oliveira Lima saia da condição de desiludido, pois “Dom João VI, personagem, talvez tenha sido o principal responsável pela conversão de um Oliveira Lima, na mocidade, republicano, [...] que chegou a ser, na idade madura, monarquista nas ideias.”¹⁹¹

O estudo que envolveu o livro *D. João VI no Brasil* foi fundamental para a convicção na superioridade da forma monárquica de governo em comparação com o regime republicano, no pensamento de Oliveira Lima. Nas décadas de 1900 e 1910 o autor será observado pelos intelectuais como um monarquista convicto, chegando até a estabelecer contatos com o herdeiro de D. Pedro II. A causa monárquica não ficará somente no plano nas ideias. Até aqui, busquei desenhar um Oliveira Lima que acaba se desiludindo com a república acarretando em uma aproximação cada vez maior aos monarquistas. Pensar o Oliveira Lima desiludido/monarquista é essencial para compreender melhor o livro de 1908

O príncipe D. Luís de Orleans e Bragança (1878-1920), segundo filho de Princesa Isabel e Conde D’eu, havia passado grande parte da vida residindo na França. Em 1889, ainda criança, ele foi exilado junto com a sua família. Nos primeiros anos do século XX, a causa monárquica e a ideia de restauração ganhava muitos adeptos no Brasil, e, entre eles, Oliveira Lima. Diante de tamanho furor, em 1907, o Príncipe chega ao Brasil tendo por objetivo estabelecer uma rede de contatos.

Já bastante próximo das ideias monarquistas, Oliveira Lima tentará iniciar contato com o neto de D. Pedro II sonhando, no fundo, com a volta do regime monárquico no Brasil. Para apresentar um Oliveira Lima bastante convicto dos seus ideais monarquistas, Teresa Malatian é uma autora que ganha bastante importância. No artigo *Biografias transgressoras: Manoel de Oliveira Lima e D. Luís de Orléans e*

¹⁹¹ Idem, pág. 122.

Bragança, Teresa Malatian pretende mostrar a proximidade entre Oliveira Lima e o príncipe D. Luís nas primeiras décadas do século XX. Malatian afirma que o príncipe logo “inseriu-se nessa agremiação (IHGB) em 1903, aos 25 anos de idade, após ter publicado *Dans lês Alpes e Tour d’ Afrique*.”¹⁹² Sendo escritor, o desejo do príncipe era se aproximar cada vez mais daqueles que pleiteavam pela causa monárquica no Brasil, e como foi mostrado nesta dissertação, o IHGB era o espaço intelectual mais propício neste momento.

Além da entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o príncipe D. Luís também almejava uma cadeira e até a presidência de outra instituição: “D. Luís nela (ABL) pleiteou amparado por Oliveira Lima, um dos seus fundadores e ativo participante das cabalas eleitorais, [...]”¹⁹³ Oliveira Lima também apoiou a candidatura do príncipe à presidência da Academia Brasileira de Letras na década de 1900.

A condição de pretendente ao trono imperial se fortaleceu justamente na época em que o príncipe se encontrava no Brasil: o seu irmão mais velho, Príncipe D. Pedro Henrique, havia renunciado ao trono monárquico e sua mãe, Princesa Isabel, não se colocava como liderança explícita. D. Luís queria ter ao seu lado o máximo de indivíduos que pudessem advogar pela causa monárquica no Brasil. Oliveira Lima se esforçou e lutou pela restauração da monarquia no Brasil passando a ser mal visto pelos republicanos. Todo o caminho percorrido até a publicação do livro em 1908 desembocou em novas *funções (de orientação existencial)* na vida de Oliveira Lima, a partir daí a causa monárquica moveu o autor em direção a novos rumos na carreira profissional.

Mesmo já inserido no corpo diplomático republicano, com boa relação com o ministro das Relações Exteriores Rio Branco e tendo uma longa carreira pela frente, Oliveira Lima não se contenta e se esforça pela implantação da monarquia. Como consequência disso, o Oliveira Lima, antes importante dentro da república das letras e do meio diplomático, se transforma em um dissidente do regime republicano. Cada vez mais próximo da causa monárquica, o historiador-diplomata será um crítico ferrenho dos que faziam parte do governo. Iniciando a vida como republicano, se torna um

¹⁹² Cf. MALATIAN, Teresa. Biografias transgressoras: Manoel de Oliveira Lima e D. Luís de Orléans e Bragança. In: Revista Maracanan. Janeiro/Dezembro 2012. pp. 207-231, pág. 221.

¹⁹³ Idem, pág. 222.

desiludido e depois monarquista. Oliveira Lima tem a trajetória marcada por expectativas que não vieram a se concretizar.

4.2 A análise do livro *D. João VI no Brasil* como obra de reescrita da história

A obra desenvolvida por Oliveira Lima é encarada aqui como uma reescrita da história, porque o autor estava buscando criar uma nova memória sobre D. João VI.¹⁹⁴ Como dito no primeiro capítulo, Oliveira Lima buscava recontar o período da família real portuguesa no Brasil tendo como contraponto a visão pessimista de Oliveira Martins, do século XIX. Dentre os parâmetros desejados pelo IHGB, a obra, necessariamente, expressaria uma visão positiva da época do reinado de D. João VI no Brasil.

Ao mesmo tempo em que há a vontade do Instituto em criar uma obra que exaltasse o passado monárquico no Brasil, Oliveira Lima pretende se colocar num fluxo temporal próprio. Na verdade, pode-se dizer que houve um rompimento entre o *horizonte de expectativa* e o *espaço de experiência* do autor.¹⁹⁵ A experiência de Oliveira Lima será analisada para pensar como os conceitos de monarquia e república mudam de acepção para ele.

Inicialmente o historiador-diplomata entra em contato com uma série de ideias que estavam em voga nas décadas finais do século XIX. No artigo denominado *A Modernidade Republicana*, Maria Teresa Chaves de Mello analisa a expansão de uma cultura democrática e científica no final do Império para demonstrar que o ideal republicano já estava presente no ambiente intelectual brasileiro. De acordo com a autora, a nova geração de intelectuais “abraçou com entusiasmo as ‘novas ideias’, especialmente [...] o positivismo, evolucionismo, anticlericalismo, ateísmo, criticismo, realismo, materialismo, republicanismo, [...]”.¹⁹⁶ O *novo* só existe como conceito

¹⁹⁴ Uma visão alternativa à de Rüsen para o ciclo hermenêutico pode ser consultada também na obra de Paul Ricoeur: *A memória, a história, o esquecimento*.

¹⁹⁵ O *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* são dois conceitos de Reinhart Koselleck. A referência desse texto se encontra em “KOSELLLECK, Reinhart. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.”

¹⁹⁶ Cf. MELLO, Maria Teresa Chaves de. A modernidade republicana. Tempo [online]. 2009, vol. 13, n. 26, pp. 15-31, pág. 70.

quando comparado ao *antigo*, por isso as “novas ideias” estão se opondo a duas instituições que prevaleceram com força na Europa desde o século XVI: a monarquia e a Igreja Católica.

Os conceitos políticos *monarquia* e *república* não estão, necessariamente, ligados ao *antigo* e ao *novo*, pois surgiram no período da antiguidade clássica. Esses conceitos vão adquirir, através da noção de progresso, certa disposição intelectual para os intelectuais da Geração de 1870, como se um fosse anterior ao outro. Nesse sentido, a república estará cada vez mais associada aos ideais do Positivismo, realizando a conexão entre cada um dos conceitos políticos anteriores a fluxos temporais distintos.¹⁹⁷ O republicano Oliveira Lima irá formar-se neste ambiente intelectual: crítica a forma monárquica de governo e luta em favor da república. O *espaço de experiência* vivido pelo autor se relaciona a um *horizonte de expectativa* sob o governo republicano.

Em 1889, acaba a monarquia no Brasil e os militares proclamam a república, a partir de então a *expectativa* gerada pela implantação do governo republicano no Brasil causa euforia em Oliveira Lima. Dezenove anos depois, o intelectual constrói uma narrativa histórica que exalta os feitos da monarquia no Brasil e critica, de forma indireta, o governo republicano. O que mudou nestes 19 anos na vida de Oliveira Lima? Buscando responder a este questionamento, tenho como referência um pequeno fragmento de Reinhart Koselleck:

Expectativas baseadas em experiências não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior.¹⁹⁸

Os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* ajudam a pensar a forma como Oliveira Lima observava o seu tempo, especialmente a primeira década republicana. O arranjo que se deu na vida de Oliveira Lima sob a *experiência* negativa com a monarquia e a *expectativa* positiva com a república só poderia ser rompido a partir de uma nova experiência. Por isso, a década de 1890 significou na vida

¹⁹⁷ As “novas ideias” serão tratadas adiante.

¹⁹⁸ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006, pág. 313.

de Oliveira Lima uma *experiência* negativa com a república, levando à elaboração de novos *horizontes de expectativa*. A partir da década de 1900, o intelectual se afastará de vez dos ideais republicanos.

Então a escrita do livro aparece para Oliveira Lima como uma tentativa de se reorientar no fluxo temporal. O passado, o presente e o futuro do autor pareciam estar totalmente em desacordo. Era preciso reordenar o tempo. O monarca português se insere aqui como um meio de resposta para a inquietação do autor, uma vez que reabilitar a figura dele significava colocar a experiência temporal novamente nos trilhos, ou seja, o D. João VI construído por Oliveira Lima serviu para colocá-lo no fluxo do tempo.

4.2.1 As “novas ideias”

A associação entre a escrita de uma obra historiográfica as ideias modernas perpassa o pensamento de muitos intelectuais do final do século XIX e início do XX. Havia um arcabouço de ideias presentes no ambiente intelectual brasileiro. Para tentar analisar melhor este fenômeno, farei uso da obra *A República, a História e o IHGB*, de Ângela de Castro Gomes. A autora tem por objetivo analisar os debates sobre a definição de uma história moderna e científica pelos intelectuais da Primeira República. Segundo Ângela de Castro Gomes:

[...] é nesse momento que o debate sobre o caráter científico desse saber /disciplina cresce, ao mesmo tempo em que ela (história) é considerada um dos índices de ‘civilização e progresso’ de uma nação moderna. História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação, no início do século XX.¹⁹⁹

A partir das “novas ideias”, os historiadores tinham como objetivo escrever narrativas históricas que estivessem próximas do que havia de mais moderno na Europa. Nesse sentido, o caso de Oliveira Lima é exemplar por demonstrar a preocupação em erigir uma obra que estivesse plenamente afinada com as ideias vigentes na época. A narrativa biográfica construída pelo autor busca estreitar a ligação entre a *civilização* e o *progresso* à história do monarca português no Brasil, e assim a nação brasileira poderia se tornar *moderna*.

¹⁹⁹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Argvmentvm, 2009, pág. 25.

Entre as principais ideias estrangeiras presentes no ambiente intelectual brasileiro no final do século XIX está o positivismo. Marcado por um cientificismo, foi uma doutrina filosófica e sociológica criada pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), que apareceu na Europa na primeira metade do século XIX tendo como base o conhecimento das leis que regulam o desenvolvimento social humano. Em *A questão nacional na Primeira República*, Lúcia Lippi Oliveira analisa tanto a relação entre os intelectuais e a questão nacional nos primeiros anos republicanos no Brasil, quanto os conceitos de *pátria* e *nação* inseridos no ambiente intelectual do mundo ocidental desde os setecentos.

Sobre as ideias positivistas, a autora considera que Comte:

[...] supõe uma natureza permanente da humanidade e as diferenças entre as sociedades deveriam ser analisadas como diferenças de ritmo, como graus de desenvolvimento ao longo de um mesmo processo; já os atrasos seriam considerados acidentes.²⁰⁰

No positivismo, as concepções intelectuais da humanidade passaram a estar calcadas sob etapas de desenvolvimento, a lei dos três estados: o primeiro estágio – Teológico, o segundo estágio – Metafísico e o terceiro estágio – Positivo. Como a humanidade caminha ao longo do mesmo processo, caso alguma sociedade não esteja em comunhão com o desenvolvimento proposto, isso pode caracterizar um acidente no percurso evolucionista.

Na obra *A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império*, Maria Teresa Chaves de Mello desconstrói a visão que prevalecia em parte na historiografia brasileira: a proclamação da república como um evento sem participação popular, no qual o povo assistiu *bestializado* ao evento de 15 de novembro de 1889. A autora se esforça para analisar a movimentação intelectual e política da década de 1880 e, em determinado momento, Chaves de Mello disserta sobre o positivismo, integrando-o ao quadro de “novas ideias”.

Segundo a autora, Comte exercia “o princípio de que só se pode conhecer os fenômenos pela razão e pela observação que neles investiga não suas causas primeiras,

²⁰⁰ Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense: Brasília: CNPQ, 1990, pág. 67.

mas suas leis e relações.”²⁰¹ De acordo com o fundador, as ideias positivistas propõem a observação dos fenômenos existentes na sociedade tendo por objetivo procurar as leis que possam regê-la. Assim, a ciência é construída sob o pilar da razão e da observação da realidade. A teoria de Comte foi essencial para inserir duas ideias no pensamento intelectual brasileiro: a ideia da história como *evolução*, que servia para entender a humanidade em um mesmo processo, e o cientificismo que propôs a possibilidade do conhecimento mediante leis.

Com relação às “novas ideias” é fundamental destacar outro filósofo que muito contribuíra para a construção de uma filosofia baseada no pensamento evolutivo: o inglês Herbert Spencer (1820-1903). Enquanto Augusto Comte está mais preocupado em detectar as leis que possam operar a sociedade, Spencer propõe uma teoria que prega um entendimento evolutivo da sociedade.²⁰² O *spencerismo*, também conhecido por darwinismo social, foi uma das ideias estrangeiras mais empregadas pelos intelectuais do Brasil na segunda metade do século XIX.

Segundo Maria Teresa Chaves de Mello, a teoria *spencerista*:

[...] distinguiu leis de evolução, pelas quais a mudança se opera por diferenciação do mais simples ao mais complexo, do uniforme ao heterogêneo, do indefinido e indeterminado ao definido e determinado. Essas leis tanto explicam os organismos naturais quanto os sociais, sendo a evolução um processo infinito porque, por efeito de agentes externos, os estados de equilíbrio não se mantêm, ocorrendo a dissolução.²⁰³

Para Spencer havia uma lei da natureza na qual a tendência de todas as coisas é sair da homogeneidade em direção à heterogeneidade. Essa lei, quando aplicada junto à sociedade, visa o processo de diferenciação dos indivíduos levando à complexificação dos agrupamentos humanos. Por isso, no início da história, o homem possuía uma atitude quase animalisca pautada na luta pela sobrevivência e depois passou a se organizar sucessivamente em tribos, cidades e impérios.

Em *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, Roberto Ventura analisa os intelectuais brasileiros que tentavam fundar, através da escrita, uma nação genuinamente brasileira. Entre a crise do império e a primeira

²⁰¹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A república, a história e o IHGB. Argumentvm, 2009, pág. 95.

²⁰² Herbert Spencer também entrou em contato com ideias positivistas, de Augusto Comte.

²⁰³ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A república, a história e o IHGB. Argumentvm, 2009, pág. 99.

guerra mundial, o autor busca explicar as ideias mais utilizadas pelos intelectuais brasileiros, como também os debates que aconteciam entre eles. Sobre a teoria de Herbert Spencer, Roberto Ventura explica que o filósofo inglês:

[...] defendia a *unidade original da espécie humana*, e rejeitava a hipótese poligenista sobre a diversidade das raças primitivas. Para ele, as raças se encontravam em estágios evolutivos distintos, sendo as diferenças entre os povos o resultado do *progresso* de alguns grupos e do *atraso* de outros.²⁰⁴

Pela lei da natureza, os mais aptos irão sobreviver ao ambiente externo, logo, Spencer considera as raças humanas em diferentes estágios evolutivos. Diante de princípios evolucionistas ligados a seleção natural, as raças mais adaptadas tendem a derrotar ou assimilar os menos adaptados. Isto é, os povos mais evoluídos irão se sobrepujar sobre os povos mais atrasados.²⁰⁵

A teoria das desigualdades raciais teve efeito na intelectualidade brasileira sendo, entretanto, fruto de amplas polêmicas e debates no final do século XIX. Devido à característica miscigenada do povo brasileiro, muitos autores rejeitavam a mistura entre povos, enquanto outros viam como a solução para o atraso brasileiro. A ideia do *Brasil atrasado* era recorrente no final do século XIX.

O escritor, jornalista e crítico literário Sílvio Romero (1851-1914) se torna uma figura exemplar na tentativa de aplicar os conceitos raciais europeus à realidade brasileira. Como o Brasil é um país que se forma em meio a junção de vários povos, Romero considera que a mistura de raças é benéfica para a identidade nacional. A nação brasileira não “era lusa, africana ou indígena [...] Nossa realidade era mestiça tanto do ponto de vista físico quanto do cultural.”²⁰⁶ A miscigenação para Romero, é, em parte,

²⁰⁴ Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pág. 51.

²⁰⁵ No século XIX, a teoria das desigualdades raciais também se expandiu pelo corpo intelectual europeu até chegar ao Brasil nas últimas três décadas do mesmo século. Inaugurada pelo filósofo francês Arthur de Gobineau (1816-1882), no livro *Ensaio sobre a desigualdade da raça humana*, a teoria das desigualdades raciais tinha como fundamento a superioridade da raça branca sobre as outras raças. Gobineau considerava as raças divididas em diferentes estágios evolutivos, desta forma os brancos seriam os mais evoluídos, enquanto os negros e asiáticos permaneciam como os mais atrasados. Outro ponto importante na teoria de Gobineau está situado na questão da miscigenação, pois para o autor a mistura entre as raças levaria ao desaparecimento de todos os indivíduos. A mistura causaria o enfraquecimento da raça branca dando origem a mestiços estéreis.

²⁰⁶ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Argvmentvm, 2009, pág. 126.

positiva, pois detecta um traço de especificidade que pertence somente ao Brasil. A partir desse ponto de vista, o mestiço é o “distintivo da peculiaridade nacional”.²⁰⁷

Os autores que se utilizaram das ideias raciais europeias se chocaram com a realidade brasileira dando origem a diferentes teses a respeito da formação do Brasil. Como dito anteriormente, Sílvio Romero pensava o mestiço como a marca da identidade nacional brasileira. Segundo Roberto Ventura, além de Romero, outros dois autores também foram essenciais para esta ideia: “[...] Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre valorizavam o cruzamento racial, como forma de dar aos elementos africanos e indígenas uma expressão nacional [...]”²⁰⁸ Romero, Nabuco e Freyre pensaram a identidade nacional brasileira em relação ao mestiço, não propriamente como uma mistura do índio, do negro e do português, mas como algo novo: o brasileiro. As “novas ideias” também causarão certo impacto nas teorias de Oliveira Lima e isso poderá ser visto a seguir.

4.2.2 A antítese “Atraso da colônia – Progresso da Corte”

Em sua obra, Oliveira Lima analisa a chegada da família real portuguesa ao Brasil como uma etapa de *progresso* para a colônia portuguesa na América: “Assim, temperar a vaidade inspirada pelos progressos alcançados, pelo lustre da corte, pela presença dos estrangeiros, surgiram os temores de extravagâncias, pouco habituais no estreito regime colonial; [...]”²⁰⁹. Nota-se que a presença da Corte Portuguesa é analisada por Oliveira Lima como um momento de *progresso* da história do Brasil. O tempo que os nobres portugueses permanecem no território colonial contribui para que o Brasil pudesse respirar *novos ares*, ou seja, os costumes civilizados da corte iniciam uma era de *progressos*. É possível perceber que Oliveira Lima constrói uma antítese entre o *progresso civilizacional* trazido pelos membros da Corte Portuguesa e a *barbárie* e a *rudeza* da colônia e do povo que habitava a região.

²⁰⁷ Idem, pág. 125.

²⁰⁸ Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pág. 67.

²⁰⁹ Cf. LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil / Oliveira Lima*. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 61.

O autor considera a ideia de *progresso* também ligada às melhorias realizadas pela administração de D. João VI: “O progresso se traduziria por cem formas: por novas ruas, mais limpeza nas velhas, para onde era costume inventado atirar as imundícies que as chuvas tropicais se encarregam de dispersar, [...]”²¹⁰. As ações de D. João VI mudaram a condição política, econômica, cultural, mas também estrutural da colônia: limpeza e construção de novas ruas. Mais uma vez Oliveira Lima estabelece a antítese entre a civilidade, aqui vista nas melhorias realizadas pelo monarca português, e a rudeza dos costumes dos habitantes da colônia. A *civilização* começa a ser implantada por D. João a partir do ano de 1808, desta forma estava em curso no Brasil um *progresso* estrutural que serviria para melhorar a condição de vida dos moradores da colônia.²¹¹

Adiante será analisado um trecho essencial para a ideia de *progresso* que Oliveira Lima atribuía a D. João VI e o tempo da Corte no Brasil:

O incontestável progresso material e moral da colônia, praticamente emancipada desde que a corte portuguesa nela se fixara, posto que com a intenção geral de constituir apenas um prolongamento provisório da de Lisboa, com o mesmo pessoal, os mesmos hábitos, as mesmas tradições, o mesmo caráter, fora gradualmente produzindo um efeito inesperado [...] Tudo aliás ia concorrendo para semelhante resultado, como a fatalidade da tragédia antiga. Era o destino das coisas a criar na corte nova a nova nacionalidade.²¹²

Na narrativa biográfica há certo tipo de visão *evolucionista – nacional*: a nação se forma de maneira gradativa, desde a sua origem até os tempos atuais tendo os fatos históricos do passado colaborado para sua consolidação, como se a cada evento histórico a nação fosse ganhando forma até que um dia ela irá reivindicar ter seu Estado próprio. O destino final de D. João VI era vir para a América transformar uma colônia em uma nação independente, como se ele já estivesse destinado a tal fatalidade. Esta visão é uma variante da linguagem evolucionista da época, pois determina um caminho

²¹⁰ Idem, pág. 81.

²¹¹ Sob a regência e o subsequente reinado de D. João no Brasil, foi feito melhoramentos no Rio de Janeiro, como a criação do Banco do Brasil, da Academia Militar, da Academia de Belas Artes, do Jardim Botânico, da Imprensa Régia, da Guarda Real, entre outros.

²¹² Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 172.

prévio de evolução.²¹³ As ações do monarca português levaram, mesmo ele não tendo consciência, a um resultado que já estava em curso.

Segundo Maria Teresa Chaves de Mello, a maior mudança provocada pelas “novas ideias” foi construir:

[...] um contexto histórico à já difundida e assimilada noção de progresso, noção que, agora, extravasava o campo dos avanços materiais que, entretanto, tanto maravilhavam os contemporâneos, orgulhosos do seu tempo. Valendo-nos de códigos visuais da época, alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’.²¹⁴

A noção de *progresso* e *civilização* expandiu-se no final do século XIX graças aos intelectuais críticos ao regime político e a sociedade no Brasil. Como já analisado nesta dissertação, a ideia de *república* se associa cada vez mais ao que há de mais moderno no ambiente intelectual, enquanto a *monarquia* se torna algo passado que necessita ser superado. Oliveira Lima, ao contrário, pretende realizar uma narrativa histórica na qual associa a imagem do monarca português a um período de *progresso* e *desenvolvimento civilizacional* do Brasil. Antes da chegada da família real portuguesa há a *barbárie* dos povos que habitavam a colônia, contudo o governo de D. João VI transforma a história do Brasil trazendo o *progresso* que antes não havia. Para o autor, a monarquia significa *progresso* no passado, mas também pode ser *progresso* para o presente. Desta forma a narrativa histórica associa os ideais monárquico e moderno.²¹⁵

Oliveira Lima utiliza o que há de mais moderno com relação às ideias para construir a imagem da monarquia e D. João VI como fundamentais para a história do Brasil. A partir das mudanças no presente, o autor reconstrói o passado utilizando as “novas ideias”, porém dá a elas um caráter próprio. Na verdade, Oliveira Lima utiliza esse arcabouço intelectual para elaborar seus próprios problemas.

²¹³ As ideias do filósofo inglês Herbert Spencer serão expostas a seguir.

²¹⁴ Cf. MELLO, Maria Teresa Chaves de. A modernidade republicana. Tempo [online]. 2009, vol. 13, n. 26, pp. 15-31, pág. 18.

²¹⁵ D. João VI como *progresso* não é contra, necessariamente, à oposição monarquia e republica, pois o *progresso* implica etapas. Na verdade ele poderia ser, na visão republicana, um *progresso* naquele momento apenas, mas já ultrapassado. Oliveira Lima busca contrapor a monarquia à república demonstrando que não há um processo natural de evolução entre as duas formas de governo, como diziam os republicanos.

4.2.3 A antítese “Civilizado – Primitivo”

Além da ideia de *progresso*, Oliveira Lima também utiliza as noções de *raça*, *primitivo* e *civilizado*. Dessa forma, é possível perceber que há uma mescla de gêneros na escrita de Oliveira Lima: biográfico e sociológico.²¹⁶ O autor compreende uma antítese entre os *civilizados* e os *primitivos*:

Calculava-se a população da Amazônia, no ano de 1820, em 83500 habitantes civilizados ou contados como tais [...].²¹⁷

As ingentes belezas naturais, o esplendor da paisagem e os esparsos enxertos sociais de civilização emolduravam um profundo atraso.²¹⁸

Se o extermínio não foi a regra para os selvagens bravios, pelo menos foram os aborígenes mansos praticamente abandonados nas suas aldeias miseráveis, sem cultura e sem futuro, quando não deixados a vaguar pelas matas e campos.²¹⁹

Daí vem que o espetáculo apresentado pelos habitantes primitivos do Brasil na época de Dom João VI não encerrava grande alteração do que se nos houvera deparado em pleno século XVI.²²⁰

Para Oliveira Lima, os *civilizados* são os portugueses ou outros estrangeiros europeus, enquanto os indígenas são caracterizados como *primitivos*. Inicialmente, quando o autor calcula o número de habitantes civilizados, está contando os que foram morar naquela região após a colonização portuguesa. Para ele, a Amazônia é percebida como *atraso*, devido ao pouco contato do homem *civilizado* com a região que é dominada por *primitivos*.

Segundo o autor, os indígenas são atrasados e *primitivos* por não possuírem cultura nem futuro. Desta forma, Oliveira Lima observa o nativo do território americano como um indivíduo que não está inserido no curso da *civilização*. Deixo claro, que na visão de Oliveira Lima, o *primitivo* vive o presente eternamente, pois não há o passado, o presente e o futuro dentro de sua concepção de vida. Primordialmente o que diferencia

²¹⁶ Esta tese será explicada mais adiante.

²¹⁷ Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 119.

²¹⁸ Idem, pág. 485.

²¹⁹ Idem, pág. 488.

²²⁰ Idem, pág. 489.

os *civilizados* dos *primitivos* é a capacidade de estar inserido no curso da *civilização humana*. Essa teoria é tipicamente positivista, originária dos estudos de Comte sobre a sociedade.

A questão das raças é tratada por Oliveira Lima com o intuito de diferenciar principalmente os brancos, os negros e os índios dentro da população brasileira:

A população era muito variada e o número de brancos inferior ao das outras raças.²²¹

A índole e os costumes dos senhores eram que tornavam o tratamento dos escravos ordinariamente benigno, ao ponto de alguns marinheiros escravos dos navios empregados no tráfico não fugirem na costa da África, por bem saberem que sua situação seria pior no meio de sua raça.²²²

A análise está centrada na possibilidade de existência de escalas evolutivas: no topo estão os *civilizados*, situados em sua maioria no continente europeu, e abaixo os *primitivos* localizados na América, África e Ásia. De acordo com as ideias de Oliveira Lima, na América Portuguesa, há várias *raças* divididas entre brancos, negros e índios em uma ordem civilizacional do mais para o menos evoluído. Ao longo da obra, Oliveira Lima dá a entender que há *primitivos* em excesso, especialmente os escravos que moram nas cidades do litoral.

Para o autor, portanto, a grande quantidade de *primitivos* é prejudicial para a inserção do Brasil na civilização humana. Então o que poderia ser realizado para que o Brasil pudesse estar integrado no *progresso civilizacional*? A solução para o autor é a maciça imigração europeia para o Brasil, tendo como objetivo misturar os *primitivos* aos *civilizados*:

Semelhantes cortejos, festivos e fúnebres, de contínuo os oferecia a cidade no seu ar pronunciadamente africano, que foi perdendo depois da abolição do tráfico, da progressiva extinção dos negros da Costa, do aumento da imigração européia e da diluição dos mestiços na população branca, ganhando de todo, senão a cor, os modos e o aspecto geral e uniforme do resto da gente.²²³

²²¹ Idem, pág. 110.

²²² Idem, pág. 275.

²²³ Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 594.

A *mestiçagem* seria a solução para o problema brasileiro. A vinda de imigrantes europeus para o Brasil seria extremamente benéfica porque as populações negra e índia poderiam ser diluídas no contato com o branco europeu e, no futuro, todos poderiam tornar-se brancos. Segundo Oliveira Lima a população branca é a mais *civilizada* e, dessa forma, os *primitivos* tendem a desaparecer a partir do momento em que ocorre a mistura entre as raças. A partir deste ponto de vista, considero que o autor observava a *mestiçagem* como uma ambigüidade: por um lado é bom porque permite que a sociedade avance em rumo à civilização, porém é ruim porque mostra um evidente atraso civilizacional. Apesar do caráter dúbio, a *mestiçagem* é a única solução para que o Brasil pudesse estar inserido na civilização europeia.²²⁴

Oliveira Lima esboça uma teoria sobre as raças que está em conformidade com alguns ideais presentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na época. Ressalto que embora os sócios da instituição possuíssem certa autonomia para a escrita dos seus trabalhos, havia princípios próprios do IHGB, ainda mais quando se tratasse de um concurso. O primeiro capítulo da dissertação mostrou que existiam alguns parâmetros que deveriam ser seguidos pelos sócios que desejassem ingressar no concurso sobre a melhor monografia do período de D. João VI no Brasil. O trabalho do sócio vencedor deveria estar plenamente alinhado com esses parâmetros.

Um trabalho importante para pensar a escrita de uma narrativa histórica do IHGB era do Conde de Afonso Celso (1860-1938)²²⁵. Afonso Celso, sócio do IHGB e filho do 2º Vice-Presidente Visconde de Ouro Preto, escreveu uma de suas principais obras, intitulada *Porque me ufano do meu país*²²⁶, em 1900. Esta obra foi importante dentro do Instituto, pois esteve baseada um tipo de escrita da história que entendia a nação brasileira em conformidade com a monarquia.

²²⁴ Esta tese é compartilhada por Gilberto Freyre posteriormente, principalmente com a escrita de Casa Grande e Senzala.

²²⁵ Conde de Afonso Celso foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1912 e 1938. Informação retirada do sítio do IHGB: www.ihgb.org.br/ihgb27.php. Acessado no dia 27/07/2015, às 18h34min.

²²⁶ A obra do Afonso Celso de Assis Figueiredo faz uma grande exaltação ao Brasil, sendo exagerada em vários pontos. O autor considera que: “Negros, brancos, peles-vermelhas, mestiços vivem aqui em abundância e paz.” Fragmentado encontrado na obra *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900, pág. 8.

Sabe-se que a condição dos escravos era deplorável no Brasil, até mesmo após 1888 com a Lei Áurea.

Na obra, o Conde de Afonso Celso propõe que o *mestiço* pode resolver a questão da nacionalidade brasileira:

E hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais da metade da nossa população.²²⁷

O cruzamento das raças presentes no território brasileiro resultava no *mestiço* que compunha grande parte da população daquela época. Na tese de Afonso Celso, o *mestiço* é a chave para a formação do povo brasileiro, pois muitas *raças* confluíram para o Brasil e acabaram por se misturar. Este trabalho de Afonso Celso se torna referência para a tese de Oliveira Lima sobre a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, e conseqüentemente, na *mestiçagem* do povo brasileiro.

Oliveira Lima se utiliza das “novas ideias” para escrever um livro biográfico que conte a estadia do monarca português no Brasil entre 1808 e 1821, contudo ressalto que Oliveira Lima não pode ser considerado somente darwinista, spencerista, positivista ou racista. Na verdade há uma mescla de elementos, na medida em que eram ferramentas conceituais para ele pensar seu problema e reelaborar uma narrativa histórica. Oliveira Lima é um intelectual que circula pelo meio intelectual tanto brasileiro quanto europeu, entrando em contato com uma série de ideias, porém criando uma teoria própria, na qual mistura elementos do gênero biográfico e do gênero sociológico.

4.2.4 D. João VI e a monarquia no Brasil: equilíbrio entre tradição e modernidade

Oliveira Lima reconstrói a história da família real portuguesa no Brasil tendo como interesse principal os fatos que envolviam a vida de D. João VI. Como já fora tratado de forma inicial no primeiro capítulo, Oliveira Lima atribui uma série de características ao monarca português que se confundem com seu próprio governo, assim como também com a nação brasileira.

É interessante ressaltar também que, no final do século XIX e início do XX, a memória de D. João VI pode ser comparada a um campo de batalha, pois autores

²²⁷ Cf. CELSO, Afonso. Por que me ufano do meu país. Rio de Janeiro: Garnier, 1900, pág. 61.

contemporâneos de Oliveira Lima reconstruíam o monarca de diferentes formas. Na tese de Hugo Hruby, *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*, o autor objetiva traçar a trajetória intelectual do escritor no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo como foco a escrita da história nacional. Hugo Hruby ressalta que a memória de personagens da história do Brasil passava por constante processo de reescrita na década de 1890, dentre eles D. João VI.²²⁸

Segundo Hugo Hruby:

Aos louvores a D. João VI e sua administração nos escritos de Lacerda Werneck, Visconde de Ouro Preto, Antônio da Cunha Barbosa e Max Fleiuss se sucederam as críticas de Euclides da Cunha e Felisbello Freire. O outrora ‘iniciador de nosso progresso e prosperidade’ e ‘verdadeiro fundador da nossa nacionalidade’ passou a ser visto como ‘mediocre’ e ‘braganção imbecil e cínico’.²²⁹

A defesa de D. João VI era praticada principalmente por alguns sócios do IHGB, instituição bastante ligada aos tempos e ideais monárquicos. Porém com a implantação do regime republicano, muitos intelectuais vão se esforçar para desacreditar os personagens que haviam sido fundamentais para o período da monarquia no Brasil. Tendo os estudos de Oliveira Martins como elemento basilar, estes intelectuais irão ridicularizar a personalidade e as ações do monarca português. A partir de uma iniciativa do IHGB, D. João VI terá a memória recontada sob o ponto de vista monarquista.

Já Temístocles Cezar no artigo *Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista* pretende discutir a ideia moderna de história a partir de discursos presentes no IHGB. Quando trata a respeito da *memória*, Temístocles Cezar observa que:

²²⁸ Ângela de Castro Gomes ressalta que o início da república foi o momento em que “inúmeros acontecimentos e personagens foram ‘revisados’ ou porque se introduziram novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada” Referência do livro *A República, a história e o IHGB*, Argvmentvm, 2009, pág. 22-23.

²²⁹ Cf. HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. / Hugo Hruby. – Porto Alegre, 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Orientação: Charles Monteiro, pág. 273.

[...] quando a memória é organizada, é depurada, por uma *associação literária* como o IHGB, ela se torna positiva: ressuscitar o passado não é então mais uma lembrança lamentável. [...] O principal é que a conversão de uma memória ou de um passado qualquer seja uma lembrança de glória.²³⁰

De acordo com o autor, os sócios do IHGB se empenhavam em alicerçar uma memória positiva acerca dos principais personagens da história do Brasil. A história daqueles homens ilustres se remete ao início das atividades do instituto no século XIX quando foi fundada a sessão de biografias. Se na década de 1900 o IHGB pretendia reescrever a história do tempo da família real portuguesa direcionada pelos feitos de D. João VI, realizaria tal ação empreendendo uma memória positiva acerca do monarca. Por isso, a ideia de uma narrativa histórica sob o ponto de vista monárquico.

Para Oliveira Lima:

De fato, porém, assim se tornou pela natural perspicácia e sensato oportunismo com que soube (D. João VI), num meio estranho ao que lhe era familiar, *adaptar-se*, a si e às instituições, às condições predominantes.²³¹

[...] O quadro por este autor célebre esboçado do futuro grandioso do Brasil e dos meios indicados para realizá-lo, merece ser lembrado porque, se Dom João VI o não cumpriu exatamente, fez muito para aproximar do programa traçado; fez quanto ao seu temperamento timorato, de decisão lenta e ao seu respeito pelas *normas tradicionais* da administração portuguesa era dado fazer nesse caminho.²³²

Na obra sobre D. João VI, Oliveira Lima constrói a imagem de um monarca que se destacou por uma série de fatores, especialmente por ter se adaptado aos novos tempos e realizado uma administração que unia *tradição e modernidade*. O monarca português conseguiu combinar a tradição portuguesa a uma nova realidade presente na colônia portuguesa da América contribuindo para o surgimento de uma nova nação. De acordo com Oliveira Lima, a nação brasileira tem uma relação de continuidade com a nação portuguesa, cujo principal elo é D. João VI o que origina uma identidade nacional tipicamente monarquista.

²³⁰ Cf. CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia: noções de escrita da história no Brasil oitocentista. In: S. PESAVENTO (org.), Escrita, linguagem, objetos: leituras de historia cultural. Bauru, Edusc, p. 43-80, pág. 57.

²³¹ Cf. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 58. Grifos meus.

²³² Idem, pág. 58. Grifos meus.

Portanto, não é possível pensar a história da nação brasileira sem o componente monárquico, pois para Oliveira Lima o tempo é um equilíbrio/conciliação entre o passado e o futuro. Para o autor não há qualquer rompimento na formação da nacionalidade brasileira, já que não precisou que algo morresse para que uma nova nação surgisse. A forma monárquica de governo e D. João VI foram necessários para a história do Brasil porque conciliavam a velha nação portuguesa à nova nação brasileira. A partir deste pensamento, outra forma de governo poderia significar um rompimento na formação da nacionalidade brasileira.

Segundo Oliveira Lima, os festejos que envolveram a cerimônia de D. João como rei de Portugal já expressavam um sentimento nacional:

O falecimento da rainha no ano de 1816 e a aclamação do novo soberano no ano de 1818, atos capitais da vida da nação sob o regime monárquico, passaram-se logo depois de fundado o reino no seu seio e, representando motivos de convergência das manifestações públicas, serviram instintivamente de elos que prenderam as populações brasileiras.²³³

A uniformidade das sensações precedeu e determinou a uniformidade das vontades.²³⁴

D. João VI era príncipe-regente de Portugal desde o final do século XVIII, quando a saúde de sua mãe D. Maria I havia piorado, tornando-se incapaz de continuar a governar o país. Durante a estadia da família real portuguesa, D. João havia centralizado as decisões do reino e agia como um estadista, como o chefe de uma nação. Após a morte de D. Maria I, D. João é aclamado, no Rio de Janeiro, rei de Portugal. Oliveira Lima analisa este momento histórico a partir das comemorações ocorridas em todo o território, desta forma percebe que há certo sentimento de coletividade em decorrência da formação da nacionalidade brasileira. Com uma visão teleológica, o autor analisa o ano de 1818 como um pré-1822, como se fosse destino do Brasil se tornar independente.

Quando Oliveira Lima arquiteta a nação brasileira sob bases monárquicas procura fazer, ainda que timidamente, um contraponto entre a própria visão e a de alguns autores, como Oliveira Martins, que observavam a nação brasileira a partir de

²³³ Idem, pág. 170.

²³⁴ Idem, pág. 170.

princípios republicanos. Não há uma crítica veraz à república brasileira das décadas de 1890 e 1900 na obra de Oliveira Lima, contudo é possível perceber alguma insatisfação: “Na época da monarquia absoluta era muito mais fácil do que hoje, época de constitucionalismo tímido e de democracia inquieta, seguir uma política una e definida.”

²³⁵ Para Oliveira Lima, a nação brasileira está intimamente atrelada a uma ideia de unidade política, assim *democracia*, *monarquia* e *centralização* são conceitos que andam unidos e personificados na figura de D. João VI.

A maior prova da união entre os conceitos políticos acima pode ser observada no seguinte fragmento:

Aquele somente a que com efeito deu nascimento, uma monarquia híbrida, misto de absolutismo e de democracia: absolutismo dos princípios, temperado pela brandura e bondade do príncipe, e democracia das maneiras, corrigindo o abandono bonacheirão pela altivez instintiva do soberano. ²³⁶

O que D. João VI realiza no Brasil é uma forma de governo que combina princípios absolutistas e democráticos, uma vez que na visão de Oliveira Lima, não eram ideias antagônicas. Desta forma é possível analisar o governo ideal para o autor: monárquico, com grande centralização política, democrático, unido territorialmente e forte. A nação brasileira é fundada sobre estes princípios políticos. Se uma forma de governo não seguir os preceitos traçados acima pode ser considerado um rompimento na formação da nacionalidade brasileira. Para o autor, o contraponto a sua forma ideal de governo seria uma república federalista com amplos poderes dado aos estados, antidemocrática, instável, fragmentada e fraca: a república dos tempos de Oliveira Lima. A república brasileira entre 1889 e 1908 adquire todas as características que Oliveira Lima considera negativas para um governo, por isso que o autor se encontra profundamente desiludido na década de 1900.

Abaixo segue uma tabela mostrando a diferença entre as formas de governo idealizadas por Oliveira Lima:

MONARQUIA

REPÚBLICA

²³⁵ Idem, pág. 285.

²³⁶ Idem, pág. 56.

(Forma ideal de governo)	(Pior forma de governo)
Grande centralização política nas mãos do rei/imperador	Descentralizada (federações com grande poder)
Democrática	Ditatorial
Territorialmente unida	Território fragmentado
Estável	Instável
Ordem	Desordem
Presença de um grande estadista	Fraca liderança política

É percebido que a presença de D. João VI é essencial para a independência do país e para a criação do sentimento nacional, sendo o Brasil formado a partir de um governo forte e uno. Também há em Oliveira Lima uma mescla de gêneros historiográficos: um gênero biográfico e um gênero sociológico. O autor arquiteta uma escrita singular no qual o meio é importante, assim como o sujeito biografado. Todas as ações partem da vontade de D. João VI o que confirma a narrativa como um gênero biográfico, contudo o destino do monarca o levou para terras americanas.

A *matriz disciplinar* ajuda a pensar a obra de Oliveira Lima como uma reescrita da história devido às mudanças ocorridas no presente do indivíduo. No caso de Oliveira Lima, as ações empreendidas pelos sucessivos governos republicanos da década de 1890 contribuíram para a desilusão do autor e, posteriormente, a aproximação às ideias monárquicas. Desta forma, todo o capítulo se baseou em praticar uma análise da obra do autor como reescrita da história, como se estivesse lutando para reabilitar positivamente a memória de D. João VI enquanto sonhava com a implantação de um regime monárquico em pleno ano de 1908.

5. Considerações Finais

A dissertação buscou analisar o livro *D. João VI no Brasil* sob diferentes perspectivas: a história do concurso que deu origem à obra, a figura de D. João VI inserida em uma narrativa histórica de cunho biográfico, a comparação com algumas biografias produzidas pelo IHGB, o momento vivido pelo Instituto no final do século XIX e início do XX, a obra como uma reescrita da história e Oliveira Lima como um sujeito desiludido escrevendo uma obra que enaltecia a monarquia. Tudo que envolveu a pesquisa e a escrita da dissertação teve o objetivo de abarcar essas possibilidades analíticas.

O concurso que originou a obra elaborada por Oliveira Lima em 1908 tinha um tom claramente elogioso ao passado monárquico brasileiro – ideia promovida pelo Visconde de Ouro Preto. Tendo a entrada no IHGB iniciada em 1895, o historiador-diplomata conseguiu se adaptar rapidamente à instituição, o que contribuiu para a consolidação de sua posição como sócio correspondente. O desejo de uma escrita da história monarquista pelo Visconde se uniu à vontade de Oliveira Lima em recontar os momentos do monarca português em solo brasileiro, mas agora a partir de um ponto de

vista glorioso. Aquele D. João VI consolidado como covarde e bonachão até o início da década de 1900 foi alvo de críticas por Oliveira Lima, já que considerava a importância do monarca para a história do Brasil e de Portugal. Para Oliveira Lima, o monarca português foi necessário no contexto histórico de seu tempo.

A ideia da obra de Oliveira Lima como uma biografia foi explorada no segundo capítulo, pois considerei que a escrita biográfica é um gênero híbrido, que tende a se transformar ao longo do tempo. Desta forma, a narrativa histórica do autor pode ser observada como uma biografia. Tentando entender melhor a obra, realizei a análise de oito biografias produzidas pelos sócios do IHGB entre 1889 e 1908 buscando examinar o perfil dos biografados e as características presentes na escrita. É possível notar que há algumas semelhanças, como o uso de alguns termos modernos: *progresso*, *civilização*, entre outros. Em Oliveira Lima os termos mais modernos estão conectados ao contato com a sociologia de Comte e o darwinismo social de Spencer, porém o mais importante foi a forma que o autor conseguiu lidar com essas ideias em sua escrita.

Oliveira Lima elabora uma escrita biográfica que reconta os tempos da família real portuguesa no Brasil. Com um tom elogioso, o autor coloca D. João VI no centro de sua narrativa na qual o monarca é o elo entre todos os fatos ocorridos naquele momento histórico. Desta forma a narrativa pretende elencar uma série de características positivas atribuídas ao governo de D. João VI, e de um modo mais genérico, a forma monárquica de governo. Devido à obra de Oliveira Martins sobre a história de Portugal e a propaganda dos republicanos brasileiros, a monarquia era percebida como *atraso* e resquício do passado em contraposição ao sistema de governo republicano que parecia integrado aos ideais de *progresso* e *futuro*. No final do século XIX, a oposição entre os dois conceitos políticos era bastante comum.

O autor rejeita a visão da monarquia aliada ao *passado* e ao *atraso* considerando que a nacionalidade brasileira estava plenamente afeiçoada aos ideais monárquicos, assim a república seria como um desvio de rota na formação da nação. A grande especificidade da obra de Oliveira Lima se dá no momento em que o autor estabelece a monarquia como algo *moderno*, a partir de sua reescrita da história. Para isso, o historiador-diplomata utiliza uma série de conceitos e ideias modernos quando se trata sobre a escrita biográfica. Na verdade, Oliveira Lima mescla o gênero biográfico ao gênero sociológico propondo uma nova forma de escrita. Para exemplificar, considero que

havia um caminho que levaria D. João VI ao Brasil do qual o monarca não tinha como interromper, pois é considerado pelo autor o fundador da nacionalidade brasileira, por outro lado ele é o agente de todas as transformações acontecidas no Brasil entre 1808 e 1821.

D. João VI no Brasil é construído por um indivíduo cada vez mais desiludido e próximo ao ideal monarquista. Alguns fatos da vida do autor contribuíram para essa desilusão, como a frustração com as ações do governo republicano brasileiro, os constantes embates com o Barão do Rio Branco e o contato com o príncipe D. Luís – filho da Princesa Isabel. A desilusão toma conta de Oliveira Lima originando uma narrativa histórica elogiosa ao passado monárquico e que realiza críticas indiretas à república.

Com isso a obra de cunho biográfico e monárquico é construída levando em consideração uma série de fatores externos, porém o que une todos estes fatores é a presença de D. João VI. Só seria possível a criação de uma nacionalidade tipicamente brasileira com a vinda do monarca português para o Brasil. Havia um caminho em curso que D. João VI não poderia deter na visão de Oliveira Lima. O autor constrói a nação brasileira sem romper com a nação portuguesa o que representava uma continuidade no fluxo temporal. Toda a obra de Oliveira Lima caminha para esta conclusão.

Oliveira Lima analisa os anos da família real portuguesa no Brasil tendo como parâmetros ideias da sua época, ou seja, os primeiros anos do século XIX são analisados por um homem que escreve no século XX, havendo uma diferença temporal, de ideias e concepções. O autor tentou atualizar os estudos sobre o tempo da Corte Portuguesa no Brasil a partir do ano de 1908. Já o meu estudo se baseou em duas passagens de tempo que devo levar em consideração: 1808-1821 para 1908 e 1908 para 2015. D. João VI é analisado através de duas camadas temporais, a primeira aberta por Oliveira Lima e a segunda aberta quando analisei a obra.

Ao abrir a primeira camada temporal, Oliveira Lima percebe o passado e o presente em desarranjo como se houvesse uma interrupção no fluxo temporal. O presente era estranho à Oliveira Lima, enquanto o passado era motivo de exaltação. Devido a este estranhamento, o autor procurou alinhar o tempo passado ao tempo presente, dando origens a novas perspectivas de futuro. Mas como isso seria possível? Somente através de uma narrativa histórica. A escrita do livro sobre o passado

monárquico do Brasil que recontasse o momento da família real portuguesa deveria colocar não só o fluxo temporal das coisas em ordem, como também o próprio fluxo de sua vida. Oliveira Lima entendeu que o sentimento de desilusão deveria ser o motor de uma nova ordenação temporal.

A abertura da segunda camada temporal entre os anos de 1908 e 2015, diz respeito à pesquisa sobre a obra de Oliveira Lima. Meu objetivo sempre esteve baseado na análise de *D. João VI no Brasil* por meio de várias perspectivas possíveis, desde a história do concurso que deu origem ao livro até ao sentimento de desilusão sofrido pelo autor. Na verdade, observei o ano de 1908 a partir de 2015 levando também em consideração os fatos que envolveram a escrita da obra.

Concluo considerando que o que menos analiso é justamente o tempo de D. João VI, pois minha análise esteve detida na narrativa histórica de Oliveira Lima. Analisei uma obra que foi escrita em 1908 por um homem que nasceu no século XIX, que estava analisando os anos de 1808-1821. Aqui há a ideia central da dissertação: o passado é constantemente transformado pelos tempos posteriores – presente e futuro, pois Oliveira Lima muda a imagem construída anteriormente sobre D. João VI, o que acarreta, em seu caso, em uma nova e positiva visão sobre o monarca português.

6. Anexos

6.1 Breve histórico sobre a carreira de Oliveira Lima²³⁷

Manoel de Oliveira Lima nasceu no dia 25 de dezembro de 1867, na cidade de Recife.²³⁸ O autor é originário de uma união habitual da época: o pai era um bem-sucedido comerciante português no Brasil, e a mãe era filha de um senhor de engenho pertencente a decadente oligarquia pernambucana. Em 1873, sua família se transferiu para Portugal, e lá o autor se formou no Curso Superior de Letras, em Lisboa, entre os anos de 1884 e 1888. Só retornou no ano de 1890, ao Rio de Janeiro, em busca de

²³⁷ Todas as informações sobre a vida de Oliveira Lima têm como referência o livro de Teresa Malatian: *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*.

²³⁸ Em seu livro *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*, Gilberto Freyre notou uma curiosidade interessante que envolve os dois: “Curiosa coincidência: o ano de 1967, marcando o bicentenário do nascimento de Dom João VI, marcou também o centenário do historiador-sociólogo brasileiro que o reabilitou: Manoel de Oliveira Lima”. Pág. 110.

Com relação a data de morte, D. João VI faleceu 1826 e Oliveira Lima em 1928, tendo apenas dois anos de diferença. Não a toa, Gilberto Freyre ressalta que Oliveira Lima se espelhava em D. João VI, ou seja, queria ser como o monarca português. Para ele, o D. Quixote gordo – Oliveira Lima – retirava do esquecimento o Sancho Pança português.

contatos para que pudesse ingressar na diplomacia brasileira. No mesmo ano foi nomeado para a Legação do Brasil, em Lisboa.

Nos primeiros anos em Lisboa, Oliveira Lima contribuía para alguns jornais, como o *Correio do Brasil*, o *Jornal do Recife* e o *Jornal do Brasil*. A face jornalística é que dá o tom nos primeiros anos da carreira profissional. Em meio ao jornalismo, Oliveira Lima publicou sua primeira obra de cunho histórico: *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* (1894). A obra destaca o Brasil como uma nação construída sobre valores europeus, considerados civilizados, estando a nação edificada sobre três patamares: território, povo e Estado.

Também na década de 1890, deu início a colaboração na *Revista Brasileira* e, como já falado anteriormente, se tornou sócio correspondente do IHGB publicando outra obra bastante conhecida: *Aspectos da Literatura Colonial* (1896). Em decorrência de suas publicações, trabalhos jornalísticos e importância no corpo diplomático, Oliveira Lima foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1897, com apenas 30 anos.

A partir disso começou uma série de publicações no qual traçava impressões sobre alguns países que havia residido: Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Venezuela, entre outros. Vale destacar o período que Oliveira Lima passou no Japão (1901-1903), pois sua principal tarefa consistia em informar ao governo brasileiro às condições que o país se encontrava para o estabelecimento de trocas comerciais, e posteriormente, a imigração. Dessa estadia resultou o livro *No Japão – impressões da terra e da gente* (1905) em que o autor rejeita a imigração dos japoneses para o Brasil. No momento posterior a estadia no Japão, Oliveira Lima achou que fosse ser designado para algum país europeu.

Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, designa Oliveira Lima para a Legação do Brasil na capital peruana para resolver uma questão: a crise entre Bolívia, Peru e Brasil com relação à demarcação de fronteiras. Por meio de sua rede de apadrinhamentos, Oliveira Lima indica Joaquim Nabuco para intervir diretamente, mas o pedido é rejeitado por Rio Branco. Durante o período que Oliveira Lima deveria exercer o cargo no Peru (1903-1904), acaba residindo no Rio de Janeiro, sem aceitar a nomeação. Estes anos corresponderam aos últimos levantes monarquistas na Primeira República, e aos primeiros anos de escrita do livro sobre D. João VI.

Com a aposentadoria do corpo diplomático em 1912, iniciou uma série de conferências nos Estados Unidos e na Argentina apresentando suas mais recentes obras. Em 1920 mudou-se para os Estados Unidos dando início a reunião de diversas obras: surge assim a *Oliveira Lima Library*, aberta no ano de 1924. Mesmo em solo estadunidense, publicou uma série de obras e deu início a escrita de suas memórias.

6.2 Tabela das 34 biografias pesquisadas na Revista do IHGB entre os anos de 1889 e 1908

Título	Autor	Ano
Vida do Padre Estanislao de Campos	Tristão de Alencar Araripe	1889
Alguns apontamentos biográfico de Libero Badaró e crônica de seu assassinato	Argimiro da Silveira	1890

Biografia do Dr. Antonio Luiz Patricio da Silva Manso	Dr. J. Remedios Monteiro	1890
Esboço Biográfico de José Bonifacio	Joaquim Norberto de Souza Silva ou Antonio Carlos (irmão de Bonifacio)	1891
Necrologia de Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Periódico <i>Nacional</i> , publicação de 1844	1891
O Regente Padre Diogo Antonio Feijó	Comendador Jozé Luiz Alves	1891
D. Beatriz de Assis, mais algumas páginas para as brasileiras célebres”	Joaquim Norberto de Souza Silva	1892
Notas sobre o finado Barão de Macahubas	Jornal <i>Gazeta de Notícias</i> , publicação de 1891	1892
Notícia sobre Joaquim Norberto de Souza Silva	Damasceno Vieira	1893

Notícia sobre o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo (Visconde do Bom Conselho)	Comendador Bernardino José Borges	1893
O Monsenhor Manoel da Costa Honorato	Dr. Sacramento Blake	1893
Apontamentos Biográficos: Coronel Antonio Florencio Pereira do Lago	Visconde de Taunay	1893
Visconde de Baurepaire Rohan (Esboço Biográfico)	Visconde de Taunay	1895
Esboço Biográfico do Dr. Nicolao Moreira	Domingos S. de Carvalho	1895
Biográfica do General Antonio Maria Coelho	<i>Jornal do Comércio</i> , publicado em 1894	1895
Traços Biográficos do chefe de divisão: Augusto Venceslao da Silva Lisboa	<i>Diário da Bahia</i> , publicado em 1877	1897

Três Cidadãos Beneméritos da República: Marechal Deodoro, General Benjamin Constant e Marechal Floriano	Tristão de Alencar Araripe	1897
Estrangeiros Ilustres no Brasil, Dr. Luiz Couty, Esboço Biográfico pelo Visconde de Taunay	Visconde de Taunay	1897
Singelos apontamentos biográficos sobre o Capitão de artilharia João Baptista Marques da Cruz	Visconde de Taunay	1897
Colombo	Antonio Zeferino Candido	1899
Visconde de Mauá, Esboço Biográfico	J. C. de Souza Ferreira	1899
Biografia do Visconde de Beaurepaire pelo Barão Homem de Mello	Barão Homem de Mello	1899
Francisco Antonio Martins	Barão Homem de Mello	1899

(Bibliotecário do IHGB)

Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.: Biografia de Francisco Manoel Chaves Pinheiro	Moreira de Azevedo	1900
--	--------------------	------

Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.: Basilio Carvalho Daemon (Traços bibliográficos) por seus filhos Capitão Dr. Ticiano Corregio Daemon e Tenente Daemon	Capitão Dr. Ticiano Corregio Daemon e Tenente Daemon	1900
---	--	------

Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Galvão	Desconhecido (Artigo extraído das atas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da sessão de 13 de março de 1841)	1902
---	--	------

Conego Januario da Cunha Barboza: Esboço Biobibliográfico por Antonio da Cunha Barboza	Antonio da Cunha Barboza	1902
--	--------------------------	------

do IHGB

Traços Biográficos de Serranos Ilustres, já falecidos, precedidos de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do serro / Minas Gerais	Nelson Coelho de Senna	1902
Guilherme Pinto de Magalhães	F. B. Marques Pinheiro	1902
Biografias de Brasileiros distintos por Armas, Letras, Virtudes, etc.: Conselheiro Paulino José Soares de Souza, pelo Barão Homem de Mello	Barão Homem de Mello	1903
Raymundo José da Cunha Mattos, Marechal em campo: Notícia Bibliográfica	Dr. Antonio da Cunha Barboza	1903
Robert Southey	Manoel de Oliveira Lima	1905
Reabilitação Histórica do	Dr. F. A. Pereira da Costa	1908

Conde de Nassau		
Um grande brasileiro: Frei Vital, bispo de Olinda	Desconhecido	1908

7. Referências

7.1 Fontes: documentos do Arquivo do IHGB

Ata das sessões de 1895 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1895, volume 2.

Atas das sessões de 1903 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1903, volume 2.

Atas das sessões de 1904 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1904, volume 2.

Ata das sessões de 1907 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II /1907, volume 2.

Ata das sessões de 1909 da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Bibliografia. Parte: II /1909, volume 2.

ALVES, José Luiz. O Regente Padre Diogo Antonio Feijó. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da imediata proteção de S. M. I., o Sr. D. Pedro II. Parte: II. Tomo: LIV. Ano: 1891.

ARARIPE, Alencar. Três Cidadãos Beneméritos da República. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: I. Tomo: LX. Ano: 1897.

AZEVEDO, Moreira de. Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.: Biografia de Francisco Manoel Chaves Pinheiro. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXIII. Ano: 1900.

BARBOZA, Antonio da Cunha. Conego Januario da Cunha Barboza: Esboço Biobibliográfico por Antonio da Cunha Barboza do IHGB. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXV. Ano: 1902.

_____. José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), pelo Dr. Antonio da Cunha Barbosa. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXXII. Ano: 1909.

_____. Raymundo José da Cunha Mattos, Marechal em campo: Notícia Bibliográfica. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXVI. Ano: 1903.

CANDIDO, Antonio Zeferino. Colombo. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte I: Tomo LVIII. Ano: 1895.

CARVALHO, Alfredo de. Um 'Globe-Trotter' do século XVII, por Alfredo de Carvalho. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838. Parte: II. Tomo: LXXII. Ano: 1909.

CARVALHO, Domingos S. de. Esboço Biográfico do Dr. Nicolao Moreira. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: I. Tomo: LVIII. Ano: 1895.

COSTA, Dr. F. A. Pereira da. Reabilitação Histórica do Conde de Nassau, pelo Dr. F. A. Pereira da Costa”; Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838. Parte: II. Tomo: LXXI. Ano: 1908.

FAZENDA, Dr. José Vieira. O Brigadeiro Alpoym, pelo Dr. José Vieira Fazenda. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838. Parte: II. Tomo: LXXII. Ano: 1909.

FERREIRA, J. C. de Souza. Visconde de Mauá, Esboço Biográfico. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXII. Ano: 1899.

LIMA, Oliveira. Robert Southey. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838. Parte: II. Tomo: LXVIII. Ano: 1905.

MELLO, Barão Homem de. Biografias de Brasileiros distintos por Armas, Letras, Virtudes, etc.: Conselheiro Paulino José Soares de Souza, pelo Barão Homem de Mello. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXVI. Ano: 1903.

_____. Biografia do Visconde de Beaurepaire pelo Barão Homem de Mello. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXII. Ano: 1899.

_____. Francisco Antonio Martins (Bibliotecário do IHGB): notícia biográfica pelo Barão Homem de Mello (Vice-Presidente do mesmo Instituto)”. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXII. Ano: 1899.

MONTEIRO, Dr. J. Remedios. Biografia do Dr. Antonio Luiz Patricio da Silva Manso. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LIII. Ano: 1890.

PINHEIRO, F. B. Marques. Guilherme Pinto de Magalhães; Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXV. Ano: 1902.

SENNA, Nelson Coelho. Traços Biográficos de Serranos Ilustres, já falecidos, precedidos de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do serro / Minas Gerais”. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LXV. Ano: 1902.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. D. Beatriz de Assis, mais algumas páginas para as brasileiras célebres. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LV. Ano: 1892.

SILVEIRA, Argimiro da. Alguns apontamentos biográfico de Libero Badaró e crônica de seu assassinato, perpetrado na cidade de São Paulo, em 20 de novembro de 1830. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LIII. Ano: 1890.

TAUNAY, Visconde de. Apontamentos Biográficos: Coronel AntonioFlorencio Pereira do Lago. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II, Tomo: LVI. Ano: 1893.

_____. Estrangeiros Ilustres no Brasil, Dr. Luiz Couty, Esboço Biográfico pelo Visconde de Taunay. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LX. Ano: 1897.

_____. Visconde de Baurepaire Rohan (Esboço Biográfico). Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: I. Tomo: LVIII. Ano: 1895.

VIEIRA, Damasceno. Notícia sobre Joaquim Norberto de Souza Silva. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro. Parte: II. Tomo: LVI. Ano: 1893.

7.2 Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Usos e abusos da história oral / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 8 e. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. A ilusão biográfica.

CALDAS, Pedro. “A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de JörnRüsen.” In: Revista de História e Estudos Culturais. 2008.

CATROGA, Fernando – O Republicanismo Português (Cultura, história e política). Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA – Porto, III, Série, vol. 11, 2010, pp. 95-119.

CELSONO, Afonso. Por que me ufano do meu país. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

CERTEAU, Michel. A Escrita da História. RJ, Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia: noções de escrita da história no Brasil oitocentista. In: S. PESAVENTO (org.), Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural. Bauru, Edusc, p. 43-80.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. TOPOI, v. 8, n. 15.

DIAS, Fabiane Rodrigues. Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856) / Fabiana Rodrigues Dias, 2009. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães, Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma vida / François Dosse; tradução Gilson César Cardoso de Sousa – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros / Armelle Enders. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREYRE, Gilberto. Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

GOMES. Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB, Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro. Editora do Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional nação e civilização nos trópicos. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Ciência, civilização e império nos Trópicos. Rio de Janeiro, Acces Editora, 2001.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo / François Hartog. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado, Orientação: Dr. Charles Monteiro. Porto Alegre, 2007.

_____. O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). / Hugo Hruby. – Porto Alegre, 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Orientação: Charles Monteiro.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhartk. Historia/Historia. Madrid: Trotta, 2004.

LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil / Oliveira Lima. – 3. Ed – Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. Formação histórica da nacionalidade brasileira / Oliveira Lima; prefácios de Gilberto Freyre, E. Martinenche, Jose Veríssimo. – 3º ed. – Rio de Janeiro :Topbooks ; São Paulo : Publifolha, 2000.

LORIGA. O pequeno x: da biografia à história / Sabina Loriga; tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MALATIAN, Teresa. Biografias transgressoras: Manoel de Oliveira Lima e D. Luís de Orléans e Bragança. In: Revista Maracanan. Janeiro/Dezembro 2012. pp. 207-231.

_____. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade / Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : FAPESP, 2001.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. História de Portugal, volume 2, Lisboa, Guimarães Ed. 1951.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. A modernidade republicana. Tempo [online]. 2009, vol. 13, n. 26, pp. 15-31.

_____. A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império / Maria Teresa Chaves de Mello. – Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur). 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense: Brasília: CNPQ, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PRADO, Maria Ligia. Natureza e identidade nacional nas Américas. In. América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 2004.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? In: Plural; Sociologia, USP, Tradução de Samuel Titan. Jr, S. São Paulo, 4: 154-175, I. sem. 1997.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico / Jörn Rüsen ; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º reimpressão, 2010.

_____. *Reconstrução do passado*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)* / Francisco Gouveia de Sousa; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TURIN, Rodrigo. *Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860)* In: *L'Atelierdu Centre de recherches historiques*.

_____. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista* / Rodrigo Turin. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista*. *Revista História da Historiografia*. Número 2, de março de 2009.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *A Questão da Narrativa na Teoria Histórica Contemporânea*. In Novais, F.; Silva, R. F. (orgs.) *Nova História em Perspectiva*. SP, CosaicNaify, 2011, Vol.1.